

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - CAMPUS II
CENTRO DE HUMANIDADES
CURSO BACHARELADO EM HISTÓRIA

**«AS
CHAMAS
DA SECA»:**

"A DIMENSÃO DOS SAQUES NO IMAGINÁRIO DAS ELITES DOMINANTES DA
PARAÍBA - 1979/1983."

POR

EUGENIO PACELLI DE MORAIS FIRMINO

CAMPINA GRANDE - PARAIBA
SETEMBRO DE 1989



Biblioteca Setorial do CDSA. Dezembro de 2022.

Sumé - PB

EUGENIO PACELLI DE MORAIS FIRMINO

AS CHAMAS DA SECA A DIMENSÃO DOS SAQUES NO IMAGINÁRIO DAS ELITES DOMINANTES DA PARAÍBA

MONOGRAFIA APRESENTADA AO CURSO DE BACHARELADO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA CAMPUS II PARA JULGAMENTO DA BANCA EXAMINADORA COMPOSTA PELOS PROFESSORES: DURVAL MUNIZ A. JUNIOR (ORIENTADOR), ELIETE GURJÃO DE QUEIROZ E MARTA LÚCIA RIBEIRO, EM CUMPRIMENTO AS EXIGÊNCIAS PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE BACHAREL EM HISTÓRIA.

DEDICATÓRIA

Aos Trabalhadores, que unidos nos momentos mais di fíceis de sua existência , constroem a dimensão de sua própria História.

À minha Mãe, Enedina Morais Firmino, e ao meu Avô João Evangelista de Moraes, que permanecerão vivos entre as chamas de minha lembrança.

Ao meu Pai, José Firmino de Maria, com muito ca rinho, pela preocupação in sistente com o destino de minha vida.

AGRADECIMENTOS

Ao Durval Muniz, Professor, Amigo e Orientador, que através de sua dimensão e lucidez acadêmica, aceitou "esquentar a cabeça" com "as chamas" de minhas idéias.

À Professora Áurea Ramos, que despertou em mim o desejo de conhecer a História, da qual somos feitores e viajantes.

Aos Professores do Curso de História, que nos anos de graduação transmitiram conhecimentos indispensáveis à execução desta monografia, em especial às Professoras Geny da Costa e Silva e Josefa Gomes, exemplos de dedicação e de compromisso com o estudo da História.

Ao Diário da Borborema, particularmente à simpatia das funcionárias Martha Helena, Maria Ferreira Dapaz, Maria Salomé, e à colaboração de Severino Francisco da Silva (Chico), que nos facilitou o acesso à coleção de jornais.

À Professora Eliete Gurjão de Queiroz, pela gentileza em ceder alguns dos jornais O MOVIMENTO, através dos quais colhemos informações fundamentais para a realização deste trabalho.

Aos colegas de curso pela convivência e companhei-

rismo, sem os quais este trabalho estaria incompleto. Com muito apreço, ao Fábio Gutemberg Ramos, Silvana Vieira, Maria do Socorro Rangel, Rôberval Veras, Socorro Alcântara, Fernanda, Luciano Mendonça, Maria da Assunção, Lairton, Nanci, Mara, Cassandra, Sandra e Evanildo.

Aos Professores Alzir Oliveira, Francisco Gaspar de Meneses Cruz; aos meus irmãos Maria das Graças Morais Firmino e Emanuel Morais Firmino, pela paciência que tiveram na correção dos enganos ortográficos.

Ao meu irmão José Firmino de Maria Júnior, pela disposição de datilografar as páginas desta Monografia.

Enfim, à minha família, por ter me suportado como um indivíduo "afobado" e às vezes "mal educado".

SUMÁRIO

- INTRODUÇÃO

I CAPÍTULO - "O FANTASMA DA SECA": AS MOTIVAÇÕES DOS SAQUES NO
IMAGINÁRIO DAS ELITES DOMINANTES

II CAPÍTULO - "O FASTÍGIO DA SECA": A REALIDADE DOS SAQUES E
AS ESTRATÉGIAS PARA ENFRENTÁ-LOS

III CAPÍTULO - "DE SUBVERSIVOS A PRÉ-POLÍTICOS": A IMPORTÂNCIA PO
LÍTICA DOS SAQUES EM DISCUSSÃO

CONCLUSÃO

BIBLIOGRAFIA

INTRODUÇÃO

Recuperar as práticas políticas consideradas não-organizadas, que surgem à margem das instituições tradicionais não é tarefa fácil, principalmente porque raramente são estudadas, isto é, são marginalizadas, excluídas da memória histórica pelo fato de não se encaixarem em premissas teóricas elaboradas com a finalidade de se atribuir um curso racional à história, à luta de classes.

Lo (fornalmente)

Como em qualquer época ou sociedade dividida em classes, os conflitos nunca deixaram de existir no sertão da Paraíba. E existem não em função das condições naturais deste espaço, mas como resultado das contradições sociais ali existentes. Se até o presente as lutas dos trabalhadores rurais dessa região foram marginalizadas, excluídas das páginas da história, pretendemos aqui resgatá-las através de suas manifestações concretas, produzidas e vivenciadas cotidianamente no embate entre as classes sociais.

Este trabalho não trata da seca em si, mas dos problemas sócio-políticos intensificados no instante em que ela ocorre. Por isso é que resolvemos estudar não a seca, mas a forma como as lutas sócio-políticas se agudizam e são imaginadas durante sua ocorrência.

No Sertão da Paraíba, desde o início da sua história, as secas são momentos delicados nos quais os conflitos de

(mas chama)
Mes manipula
Essa não é a única
no trabalho.

caráter individual afloram coletivamente, provocando pânico aos setores da classe dominante, que vivenciam estas lutas como uma grave ameaça à ordem social, econômica e política.

Assim sendo, o nosso trabalho tem um duplo objetivo: a partir do imaginário das elites dominantes, analisaremos a forma como os saques ocorridos no sertão da Paraíba foram imaginados e enfrentados nos anos de 1979 a 1983, e ao mesmo tempo, buscaremos recuperar as lutas consideradas espontâneas, apolíticas e desestruturadas, desencadeadas pelos próprios camponeses famintos durante a seca. Faremos isto à medida em que analisaremos o discurso das elites que tinham o controle direto das instituições do poder estadual, especialmente nas áreas sertanejas. Salientamos que as elites referidas aqui, correspondiam a uma parcela da classe dominante, no caso, os vereadores, prefeitos, deputados estaduais e federais, secretário de segurança pública e o governo estadual.

Nosso interesse em estudar os conflitos durante a seca, justifica-se pelo fato de ser esta o momento em que os conflitos sociais emergem de forma coletiva. Também porque são raros e quase inexistentes os estudos sobre os movimentos sociais das áreas semi-áridas da Paraíba. Isto se explica porque tudo indica que existe um certo desinteresse em relação ao Sertão, já que esta é considerada uma sociedade atrasada, afastada do desenvolvimento econômico, político e cultural de outras regiões do Estado.

Nos estudos de alguns marxistas a zona da mata aparece como politicamente avançada, pois é nela onde estão presentes as áreas de tensão social, enquanto que o Sertão é considerado atrasado porque não existe tensões sociais, porque os trabalhadores rurais são vistos como submissos e alienados. Entretanto, estas considerações podem parecer preconceito ou negligência, mas fazem parte de uma controvérsia que, aparentemente teó-

rica, é muito mais ideológica e político-partidária, pois universaliza as práticas sociais e desconhece as possibilidades e a natureza das lutas sociais em tempo e espaço diferentes.²

Apesar de ter sido um problema de âmbito estadual, limitamos nosso estudo ao Sertão paraibano, porque além de ser a área tradicionalmente afetada pela estiagem e pelos saques, abrange 3/4 partes do Estado da Paraíba. Além do mais, porque embora o agreste e o brejo tenham sido atingidos, não se registrou - de acordo com as fontes pesquisadas - nenhum motim por alimentos nestas regiões.

Parabense
Mostraremos ao longo deste trabalho que a seca foi um momento de uma produção imaginária ideológica que dissimulava as contradições sociais, desqualificava os conflitos e legitimava a intervenção do Estado nas lutas entre as classes sociais. A seca aparecia no discurso das elites dominantes não simplesmente como fenômeno natural, mas como o lugar onde a história era produzida pelos sujeitos históricos que a vivenciavam; ou seja, nestes momentos os homens agiam em função da seca, pois era ela a razão maior que determinava e explicava as ações humanas, as desigualdades sociais etc.

A questão fundamental para nós é se devemos pensar o imaginário social como a imagem invertida de um mundo "real", ou como mero "reflexo" deste mundo "real"; como também se devemos pensar o imaginário social como um conjunto de idéias bem ordenadas, independentes e autônomas das condições materiais da sociedade.

Segundo Castoriadis, o mundo das significações cada vez instituído pela sociedade não é evidentemente nem uma réplica ou um decalque ("reflexo") de um mundo "real", nem tampouco sem relação com um certo ser - assim da natureza.³ Não é simplesmente aquilo que individualmente queremos e pensamos que

as coisas sejam, mas o que elas são realmente, da forma como é possível que elas possam ser e pensadas socialmente. Não ^{são} imagens apolíticas ausentes de significações ideológicas, e muito menos se reduz ao simples projeto político de instrumentação ideológica.

Dessa forma, para Castoriadis o imaginário é criação incessante e essencialmente indeterminada (social-histórica e psíquica) de figuras, formas, imagens, que modelam, instituem a sociedade e por esta é instituída, que a partir das quais somente é possível falar-se de "alguma coisa".⁴

Quando a seca aparecia no discurso das elites dominantes como um momento de desorganização social, política e econômica, era porque estas tinham medo do caos e do imprevisível, sentindo a partir daí a necessidade de corrigir as contradições sociais, de reorganizar a sociedade, procurando impedir a luta de classes. *Como, com que poder são impulsionadas a lutar?*

Bom!
Quando apresentavam a seca como o lugar onde a história acontecia, era porque necessitavam apontar o lugar onde esta deveria acontecer. Portanto, acabar ou combater a seca significava manter a sociedade vigente, torná-la ordeira, pacífica e livre das ameaças de desintegração social. Neste sentido, naquele momento tentavam dar um curso racional ao processo histórico segundo os seus interesses. Isto acontecia no instante em que as lutas sociais aconteciam e de acordo com os acontecimentos. No discurso das elites dominantes o problema não estava na seca em si mas nos conflitos sociais que a tornavam em problema porque ameaçavam os interesses da sociedade vigente.

Os acontecimentos que marcaram a seca de 1979/83 foram instantes de medo, de angústias e de tristezas. O medo que os dominantes e os dominados tinham de se enfrentarem era vivenciado num cotidiano de conflitos, de repressão e reação. Es-

te medo representava um sinal de luta de classe; uma prova concreta de que existia uma cisão no seio da sociedade.⁵

A forma como os grupos sociais imaginam os problemas de uma determinada época, surge a partir da mentalidade e dos interesses culturais desta época. O imaginário de um grupo social não se submete totalmente à ideologia dominante da sociedade; existe várias formas de imaginar o real. É lógico que quando as elites dominantes da Paraíba pensavam a seca como determinante dos problemas sociais era porque estavam convencida disto, e portanto tentavam convencer a sociedade que isto era verdade, procurando evitar os conflitos sociais, a luta de classes, mantendo a ordem social estabelecida. Imaginavam assim, porque nasceram no seio da cultura da classe dominante. Entretanto, a realidade existe não porque pensavam dessa forma, mas porque na sociedade existiam interesse, práticas sociais, idéias contraditórias, que em conflito legitimavam e instituíaam a realidade como ela se apresentava.

Portanto, as idéias que um grupo social elabora com a finalidade de explicar o real, existe a partir de uma cultura social, e vem se tornar a própria realidade no instante em que estas idéias se expressam em ações, atos, comportamentos, atuando sobre a natureza, as relações econômicas, sociais, culturais e políticas: moldando-as e sendo moldadas por estas.

As fontes documentais que originaram este trabalho foram de dois artigos de jornais de circulação estadual, e do arquivo da Assembléia Legislativa do Estado. Iniciamos nossa pesquisa pelo Diário da Borborema no primeiro semestre de 1982. No segundo semestre desse mesmo ano pesquisamos a coleção do Jornal da Paraíba e as Atas das Sessões da Assembléia Legislativa Estadual.

No Diário da Borborema pesquisamos a coleção de 1979 a 1983. Com relação ao Jornal da Paraíba, só foi possível pesquisar a coleção correspondente aos anos de 1980 a 1981, pois,

esta estava incompleta, segundo as informações que nos foram prestadas. Quanto aos livros de Atas da Assembléia Legislativa Estadual pesquisamos dois livros referentes aos anos de 1981 e 1982; aos demais não tivemos acesso por dificuldades de localização. Colhemos as informações encontradas fazendo anotações, quando possíveis, e fotocopiando os trechos mais extensos que nos interessavam. Após colhermos as fontes documentais e fazermos um estudo prévio das informações que apareciam a primeira vista, definimos três questões que se apresentavam como desafio para uma análise dos acontecimentos no período da seca de 1979 a 1983:

1. No discurso das elites dominantes quais as motivações que explicavam o ato de saquear e de que forma elas se relacionavam com a realidade?

2. Como os saques aconteciam e de que maneira os comerciantes das cidades, a polícia, os políticos locais e o Governo Estadual enfrentavam as multidões de trabalhadores rurais? Como se deu a intervenção do Estado nos conflitos sociais e quais as estratégias de controle social adotadas?

3. Qual a importância política dos motins por alimento e trabalho definidos pelas elites dominantes e por alguns autores da historiografia marxista?

Finalmente, estas questões passaram a ser, então, o corpo desta monografia que está dividida em três capítulos. No primeiro fazemos uma análise crítica sobre as motivações dos saques no imaginário das elites dominantes, no segundo falamos sobre a realidade dos saques e das estratégias para enfrentá-los, ou seja, neste capítulo procuramos fazer uma narração sobre os conflitos sociais durante a seca, e no terceiro buscamos discutir o significado político dos saques no imaginário das elites dominantes da Paraíba e para alguns autores da historiografia marxista, ao mesmo tempo em que procuramos resgatar a importância política dos motins por alimento e trabalho no processo de luta de classes no sertão paraibano.

INTRODUÇÃO

NOTAS

1. Aprendemos com José de Souza Martins que ouvir o campesinato não significa, simplisticamente, partir do próprio discurso dos "agentes sociais". Para ele significa isso e muito mais. Quer dizer que é preciso mobilizar recursos teóricos que permitam decifrar a fala do camponês, especialmente a fala coletiva do gesto, da ação, da luta camponesa.

- Ver MARTINS, José de Souza. Os Camponeses e a Política no Brasil - As Lutas Sociais no Campo e seu lugar no processo político. Petrópolis, editora Vozes, 3^a edição, 1986. pag. 17

2. A propósito, ver: ANDRADE, Maria Antonia Alencar de. Relações de trabalho e relações. João Pessoa, Texto UFPB/NDHIR, nº 18, outubro de 1987. pag. 23

3. Ver CASTORIADIS, Cornelius. A Instituição Imaginária da Sociedade. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2^a edição, 1982. Pag. 399.

4. Idem, pag. 13

5. Segundo Maria do Socorro Rangel "O medo representa a consciência dos antagonismos sociais em todas as suas nuances e por, ao mesmo tempo que incita à luta, promove a consciência dos desníveis no exercício do poder: do lado dos dominantes o Estado, a justiça, a polícia; do lado dos dominados, a esperança na união."

--RANGEL, Maria do Socorro. "Medo da Morte; Esperança de Vida: as ligas no imaginário camponês". Campina Grande/PB., Mono

grafia de conclusão do curso de história - UFPB, campus II-,
1988. pag. 14.

"Nas ruas estão os agricultores famintos
portando seus instrumentos de trabalho
e ameaçam saquear a cidade.

... O clima é de apreensão na cidade,
enquanto a fome já é uma triste certeza
nos campos queimados pelo sol.

Queremos trabalho! Estamos com fome,
não temos o que dar para nossos filhos!
É o que se escuta pelas ruas desta cidade."

(Diário da Borborema, 19 de abril de
1979. Pag. 01 - Campina Grande-PB.).

I - "O FANTASMA DA SECA": AS MOTIVACOES DOS SAQUES NO IMAGI
NÁRIO DAS ELITES DOMINANTES.

A partir dos interesses de classe que representam, é comum aos grupos sociais elaborarem explicações sobre o processo histórico e os acontecimentos sociais; em função de condições e de interesses determinados, os grupos sociais buscam construir lugares onde a história humana é ou deve ser produzida.

Se a luta de classes produz a história, e se esta até ao presente tem sido produzida pelo fazer-se histórico das classes sociais em conflito, podemos então afirmar que esse fazer histórico é também produzido no âmbito da ideologia, do discurso, do imaginário, o que não significa dizer que estas manifestações imaginárias por si sós, apresentadas por um grupo social num dado momento histórico, dêem conta desse momento produzido e efetivado pelo fazer-se histórico das classes sociais em conflito.

Não podemos concordar que estas manifestações imaginárias representem e instituem uma história verdadeira, das ações humanas no processo histórico, sobretudo porque quando a isso se propõem, passam a ser dispositivos estratégicos, que elaborados e acionados a partir da posição de classe e dos interes-

ses que o discursante assume na sociedade, veiculam uma visão de mundo no sentido de instituir "racionalmente" uma realidade imaginada.

Daí, o nosso interesse, nesta parte do trabalho em analisarmos de que forma as elites dominantes da Paraíba imaginaram e apresentaram as motivações que levaram os trabalhadores rurais a saquearem as cidades sertanejas desse Estado, no período da "grande seca", que se estendeu de 1979 a 1983, segundo os marcos do imaginário dominante.

Neste sentido, há alguns anos antecedentes ao período que ora estudamos (1979 a 1983), a sociedade era apresentada - pelo discurso das elites dominantes deste Estado - como ordeira e pacífica. Se assim consideravam, era justamente para anular ideologicamente as contradições sociais, evitar que os conflitos sociais acontecessem, esconder o exercício da dominação, e dissimular a luta de classes.

Pelo discurso dominante, parecia até que a sociedade caminhava sobre os trilhos da mais perfeita harmonia social e política. Sem grandes acontecimentos, sem grandes problemas, no social tudo e todos pareciam estar no seu devido lugar, como se no cotidiano a sociedade caminhasse normalmente, na sua "natural tranqüilidade". Parecia até que não existiam desigualdades sociais, dominação de classe, contradições sociais que se constituíssem em uma ameaça constante para quem dominava, para a ordem estabelecida e quem detinha o controle do poder de Estado.

Porém, em 1979, um corte neste discurso se estabelece. Nos documentos históricos da classe dominante, 1979 aparece como fronteira para outra história. Mudança inesperada a nível do discurso e das práticas sociais: parou de chover "e a essência de tudo reside no problema da falta d'água". Movidas pelo medo mas também fazendo medo, as elites dominantes imaginaram

a seca como grande causa que justificava todos os problemas sociais no semi-árido do sertão da Paraíba. Neste discurso a seca parece idealizada como causa principal dos problemas sociais deste espaço.

Durante cinco anos (1979/1983), a seca representava um tema central nas discussões dos poderes legislativos municipais e estadual, era a seca durante este período, o referencial estratégico para se explicarem os problemas e as contradições sociais existentes.

De baixo para cima, na hierarquia dos poderes políticos administrativos, as lideranças políticas - dos municípios ao Estado e deste à federação - solicitavam a adoção de "medidas urgentes, a fim de evitar conseqüências mais drásticas, como a violência dos saques às sedes dos municípios - pelos flagelados - onde o fenômeno da seca" era mais acentuado.

Imagens da seca são imagens desastrosas e contraditórias que aparecem como se fossem metafísicas, traçadas pelo discurso das elites dominantes, sem passado, sem presente, sem historicidade: "drama da miséria", "trágico momento social", "angustiante problema que martiriza a todos" sem distinções de qualquer natureza, "quadro de tristeza", "fantasma" repentino causador das "mazelas sociais".

Sendo um fenômeno climático cíclico, determinado pelas condições naturais dessa região, a seca iniciada em 1979 aparece, nesse discurso, como um símbolo que ocultava as razões reais dos problemas, dos conflitos sociais e da dominação de classes do sertão paraibano.

Para que possam controlar e dirigir os acontecimentos é de suma importância, e as elites dominantes necessitam, criar um lugar onde a história é e deve ser produzida. E levada à categoria de "fato histórico" pelo discurso dos domi-

nantes, a seca foi um momento de uma produção ideológica que dissimulava o exercício da dominação de classe, que procurava suprimir, pelo discurso, a experiência histórica dos dominados, procurando evitar uma luta política porque ameaçava a ordem vigente.

A seca foi um dos momentos privilegiados pelas elites dominantes da Paraíba para eliminar a memória e controlar as ações políticas dos dominados. Anular a memória dos oprimidos para fazerem as suas idéias aparecerem como as idéias de toda a sociedade, a "razão da história", a "racionalização" da sociedade, racionalização esta que é a própria legitimação do arbítrio que impõe; legitimação das relações de exploração presentes no campo e na cidade.

No imaginário das elites dominantes da Paraíba, a seca - surgindo inicialmente apenas como escassez de água - trazia a desgraça para as maravilhas do sertão, e representava a motivação geral que justificava e explicava os problemas, os conflitos sociais como a "onda dos saques" às cidades do sertão paraibano. Neste discurso, a seca aparecia como num passe de mágica, trazendo a falta de trabalho, criando o desemprego, gerando a fome, acabando com a alimentação, promovendo a violência e fazendo desaparecer o dinheiro (principalmente os recursos públicos).

Para as elites dominantes da Paraíba, da seca advinha-se a revolta, o perigo da subversão da ordem estabelecida criando um "clima de tensão social"; promovendo o risco de uma "desastrosa comoção social".

Aparecendo como fatalidade natural, observamos que neste discurso a seca gerava crises econômicas, provocava instabilidade social e política; desorganizava a estrutura econômica e agitava o corpo social - "anteriormente organizado e estável" -, escondia o fato de que a forma como a sociedade sertaneja estava estruturada, as condições sociais, econômi-

cas e políticas aí prevalescentes eram os mecanismos que explicavam as conseqüências "trazidas pelo fenômeno da estiagem".

Justificando as contradições sociais em torno da seca, enquanto "fenômeno natural" ou advindos daí, as elites dominantes "escondiam" que os problemas, os conflitos sociais, eram conseqüências geradas pela concentração fundiária, pelo monopólio da terra controlada por uma minoria de proprietários, que adotavam a pecuária como atividade econômica prioritária; já que para isto contavam com a política de benefícios agrícolas, cujas benesses favorecia a grande propriedade da terra. Além disso, nesse discurso as lutas sociais aconteciam não devido à introdução de novas relações de trabalho tipo assalariados, mas por causa da estiagem:

"A situação de muitas regiões do Estado atualmente é de calamidade pública, pela falta de chuvas, com a ameaça de comoção social através de pressões junto às prefeituras que, exauridas financeiramente, não dispõe de meios suficientes para o atendimento generalizado de flagelados que aos milhares já ameaçam invadir cidades em busca de trabalho e de gêneros alimentícios, ..."¹

Não se entendem os problemas sociais sertanejos, assim como os conflitos sociais que daí emergem e acontecem, tendo como determinantes as condições naturais deste espaço nem tampouco iremos compreender as contradições sociais no sertão da Paraíba sem atentarmos para a organização do sistema produtivo e das relações de trabalho aí estabelecidas, que determinam as formas de exploração adotadas.

No sertão paraibano, em 1980, predominavam

fortemente em número os pequenos estabelecimentos agrícolas, enquanto que as grandes propriedades rurais abrangiam quase a metade da área total (não esquecendo que o chamado sertão paraibano abrange mais de três quartas partes do Estado compreendendo uma área de 43.427 km² e uma densidade demográfica de 27,61 hab/km², estendendo-se do centro ao oeste do território).² Dominava portanto, um padrão de estrutura fundiária extremamente concentrada (ver tabela nº 1 em anexo) comum a outras regiões do estado; permitindo que uma minoria de potentados rurais tivesse o controle econômico e político do semi-árido, explorando uma massa de trabalhadores rurais expropriados, e de pequenos proprietários, sujeitos às mais deploráveis condições de subordinação e dominação, sendo explorados em todos os momentos de sua vida cotidiana no trabalhar com a terra ou no campo de um modo geral.

As relações tradicionais de trabalho, "não tipicamente capitalistas", no sertão paraibano, estavam baseadas no regime da moradia. Os "moradores" parceiros eram trabalhadores rurais sem terra, admitidos pelos fazendeiros para plantarem na base da "meia", da "terça" ou da "quarta" parte da produção. Durante uma parte do ano estes "moradores" eram remunerados (espécie de financiamento) pelo proprietário, que após vender o produzido descontava com juros a dívida contraída pelo trabalhador durante alguns meses do ano. Os "moradores" trabalhavam a terra pessoalmente com a ajuda de seus familiares, sendo a tecnologia adotada de cunho rudimentar, e sua produção (agricultura de subsistência) uma forma de conseguirem roupas e utensílios que não produziam diretamente. Embora os "moradores" e sua família fossem explorados e estivessem sob o olhar do patrão, sempre "vigia do", fiscalizado, era através do regime de moradia que os moradores rurais garantiam o acesso à terra, e nela, com seu trabalho, projetavam seus horizontes, sua vida, vendo no futuro sempre uma esperança de possuí-la de verdade, nunca pensando em abandoná-la.

O sistema de produção das áreas semi-áridas da Paraíba baseava-se no consórcio pecuária/algodão e na força

TABELA Nº 1
 SERTÃO PARAIBANO
 ESTABELECIMENTOS POR GRUPOS DE ÁREA (Ha.)

DISCRIMINAÇÃO	ABS.		%	
	ESTABELEC. (Nº)	ÁREA (Ha)	Nº ESTAB.	ÁREA (Ha)
TOTAL	90.185	3.797.461	100,00	100,00
- 10	44.884	184.476	50,00	5,00
10 a -100	37.984	1.139.847	42,00	30,00
100 a -1.000	6.854	1.660.034	7,50	44,00
1.000 a -10.000	444	813.104	0,50	21,00

FONTE: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística = IBGE
 IX Recenseamento Geral do Brasil. Paraíba, 1980 - Vol.02 - Tomo
 3, nº 11.

Handwritten notes and a signature in the right margin.

de trabalho dos "moradores". Aliás, como no passado, a pecuária ain era a principal riqueza do sertão; era uma atividade econômica que funcionava como elemento de acumulação e reprodução de capital, uma vez que, ao garantir condições para a produção de produtos de valor comercial, dava maior dinâmica à integração do sertão Paraibano com outras regiões do país, fortalecendo-se, dessa forma, como uma atividade que "dá bons negócios".

Sendo a estrutura fundiária extremamente concentrada, o latifúndio dedicava-se à pecuária hiperextensiva. De uma área total correspondente a 3.797.461 ha. de terra, 47% estava voltado para a pecuária, enquanto que 43,3% ocupava-se com a agricultura. (ver tab. nº 2).

Beneficiada pela intervenção do Estado na Econo - mia sertaneja que concedeu incentivos financeiros através de projetos criados para promover o desenvolvimento (nas décadas de 1970/80), a concentração fundiária voltada para a atividade criatória possibilitava transformações "modernizantes" na unidade produtiva do sertão, assim como nas relações de trabalho ai organizadas; e constituía uma das principais razões que promoviam sistematicamente a expulsão dos antigos "moradores" das terras em que trabalhavam.

Percebe-se, então, que, representando a atividade de maior expressão econômica do sertão paraibano, e na medida em que se expandia, a pecuária economizava o emprego de mão-de-obra, possibilitando assim a formação de uma força de trabalho em reserva; de vendedores ambulantes da sua força de trabalho, que perambulavam entre as propriedades a procura de emprego nas atividades agrícolas, quando não migravam para as grandes cidades em busca de melhores condições de vida.

Portanto, além de ser uma atividade econômica rentável, que permitia a concentração de capital, a pecuária justificava e possibilitava a expulsão dos antigos "moradores" pelos proprietários rurais, que posteriormente tinham de volta parte substancial dessa mão-de-obra disponível que se submetia a determinadas formas de exploração do trabalho.

TABELA 2
 SERTÃO PARAIBANO
 CLASSE DA ATIVIDADE ECONÔMICA

DISCRIMINAÇÃO	ABS.		%	
	ESTABELEC. (Nº)	ÁREA (Ha)	Nº ESTAB.	ÁREA (Ha)
TOTAL.....	90.155	3.797.461	100,0	100,00
Agricultura.....	54.476	1.646.949	60,5	43,30
Pecuária.....	30.191	1.787.161	33,5	47,00
Agropecuária.....	4.327	293.076	4,7	7,70
Horticultura e flo ricultura.....	79	249	0,1	0,01
Silvicultura.....	83	7.835	0,1	0,20
Avicultura.....	383	7.562	0,4	0,20
Ext. Vegetal.....	666	54.627	0,7	1,40

FONTE: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística = IBGE
 IX Recenseamento Geral do Brasil, Paraíba, 1980. Vol.2 - Tomo 3
 nº 11.

Normalmente os antigos "moradores" - expulsos da terra em que trabalhavam - transformavam-se em "rendeiros" ou "diaristas". Estes eram trabalhadores desvinculados da terra, que passavam a morar nas pontas de rua das cidades, e a relacionar-se sazonalmente com os trabalhos do campo. Geralmente, os trabalhadores "rendeiros" trabalhavam um lote de terra cedida pelo proprietário ao qual pagavam uma renda, em recursos financeiros ou em uma parte da produção realizada, pelo uso de um determinado espaço agrícola num tempo estabelecido para isso.

Os "diaristas" eram também trabalhadores desvinculados da terra, que passavam a morar nas pontas de rua das cidades, "assalariando-se"³ em trabalhos eventuais nos latifúndios, nas médias e pequenas propriedades, em troca de uma remuneração paga por cada dia de trabalho prestado.

A expansão da atividade criatória provocava, além de outros problemas para o trabalhador rural, a liquidação gradativa da agricultura de subsistência, já que esta tinha que ceder espaços para as plantas forrageiras que alimentavam a criação bovina. Aliás, a falência gradativa da agricultura de subsistência, assim como a invasão da cultura de capim em áreas férteis e propícias para a agricultura, dificultavam a produção de gêneros alimentícios para abastecer a população sertaneja, que se via obrigada a importar de outros estados (como da Bahia, por exemplo) os produtos alimentares necessários à sobrevivência humana, tornando oneroso, por causa dos elevados preços, o consumo para a população de baixa renda, especialmente a da zona rural.

Como se vê, a pecuária dominava cada vez mais a agricultura, pois devido a sua valorização passava a ocupar os melhores solos - vales úmidos, áreas de vazantes dos açudes - com plantas forrageiras que substituíam o alimento humano pelo alimento bovino. É importante se ressaltar, porém, que a resistência secular da economia de subsistência vem anular a idéia - sempre veiculada pelo discurso das elites agrárias - de "vocação pastoril"

do sertão paraibano, servindo para demonstrar a viabilidade desta área como produtora de gêneros alimentícios.

Sendo por excelência uma atividade econômica realizada pela mão-de-obra familiar camponesa, a cultura do algodão constituía uma atividade acessória para a pecuária em expansão. A indústria de beneficiamento do algodão que priorizava a produção da torta para a alimentação do rebanho bovino, servia como suporte fundamental para o desenvolvimento da pecuária do sertão paraibano.

Nas pequenas e médias propriedades, a produção do algodão estava em franca diminuição, por vários motivos. Desprovidos de recursos financeiros - consequência imediata da inexistência de uma política de crédito - os pequenos e médios proprietários paulatinamente foram vivendo as suas decadências. A falência dos pequenos proprietários correspondia a um declínio considerável da produção do algodão. Complementada pela força de trabalho dos chamados "diaristas" que se "assalariavam", esta cultura aos poucos foi deixando de ser uma atividade realizada pelos pequenos proprietários que não dispunham de recursos e condições para adquirir as sementes, combater as pragas, custear os transportes nos períodos de safra, preparar a terra e empregar a mão-de-obra complementar necessária.

Obrigados à situação de falidos, parte dos pequenos proprietários que se desfaziam de seus bens quando ficavam na terra continuavam sob a condição de "assalariados permanentes".

Estes correspondiam a uma "elite" de empregados especializados que administravam os latifúndios, no caso, eram os vaqueiros ou gerentes de fazendas. Quando não permaneciam na terra, os pequenos proprietários iam para as cidades viver de um pequeno ponto comercial.

Os pequenos proprietários que mesmo sem condições de produzirem não se desfaziam de seus bens, se "assalariavam temporariamente" nos latifúndios como forma de adquirirem recursos que permitissem a manutenção familiar. Os "assalariados temporários" no sertão paraibano correspondiam aos pequenos proprietários que alugavam eventualmente seus braços assim como de seus dependentes, em trabalhos nas grandes fazendas.

No caso dos médios proprietários, a situação se complicava quando alguns, ao contraírem empréstimos junto aos bancos, se endividavam obrigando-se posteriormente a se desfazerem dos bens e saldarem seus débitos. Esta situação se agravava ainda mais nos períodos de estiagem, quando sem condições de produzirem, os pequenos e médios produtores vendiam as poucas cabeças de gado por um preço abaixo do preço médio estabelecido pelo mercado. Os médios proprietários que estavam em melhores condições, não deixando de lado a produção do algodão, priorizavam seus investimentos na pecuária, porque viam nesta uma atividade econômica "que dá bons resultados".

Portanto, embora a concentração fundiária voltada para a pecuária fosse o processo que atingia os trabalhadores vinculados tradicionalmente à terra, que os expulsava de sua situação de "moradores" parceiros, era, ao mesmo tempo, um processo que aproveitava parte dessa mão-de-obra disponível para o trabalho no campo sob formas diversas de exploração imposta pelos proprietários rurais.

Provocadas pelo processo de expansão da pecuária, as transformações "modernizantes" nas relações de trabalho possibilitavam a existência de categorias diferenciadas entre os trabalhadores rurais. Como resultado, isto permitia, no período que ora estudamos, maior exploração do trabalho pelos proprietários rurais. Entretanto, foi no processo de negociação e imposição destas formas de exploração do trabalho que a-

conteceram os conflitos sociais durante a seca de 1979/83, no sertão paraibano.

Neste sentido, entendemos que a seca foi um momento especial de agudização dos conflitos sociais, em que as relações de poder foram questionadas e enfrentadas com maior rigor. Nesse momento, os trabalhadores presentes no campo e na cidade uniam-se com os trabalhadores urbanos. Visando a enfrentar essa união, os grandes proprietários também se aliavam aos comerciantes e políticos das cidades. Assim, nem sempre de forma consciente, articulava-se uma união, possibilitada por um apoio mútuo entre as classes sociais que se opunham. Nesta ocasião, as elites dominantes da Paraíba exigiam do Estado uma atuação "minimizadora" dos conflitos sociais desencadeados pelos camponeses. Enquanto estes, através da pressão "da força bruta", solicitavam desse Estado providências que pudessem garantir o acesso à terra, melhores condições de trabalho e de vida.

Embora camuflada pelo discurso das elites dominantes, o processo que explicava a existência das "mazelas sociais", dos conflitos sociais, era a concentração fundiária - voltada para a pecuária extensiva - que inclusive provocava a expulsão dos "moradores" das terras em que trabalhavam e permitia a introdução de novas relações de trabalho.

A seca era apenas um momento em que este processo se acelerava, já que ao ser imaginada como fenômeno natural, como um grande problema, servia como um excelente álibi que visava à eliminação dos "moradores" antes que estes pudessem reivindicar seus direitos, acentuando-se com isso os deslocamentos de levadas de camponeses que sem trabalho se aglomeravam na zona urbana, criando assim, um clima de tensão social.

Quem trabalhava?
 - Tentavam convencer e impor ao imaginário social, a ideia de que a seca - enquanto fenômeno natural - era a

(A seca portuguesa)

causa geral e central que justificavam os problemas sociais existentes (a falta de trabalho, a fome, os conflitos sociais), como se estes não existissem anteriormente. Pensando assim, as elites dominantes municipais e estaduais procuravam chamar a atenção da sociedade, das autoridades competentes em escala nacional, para o fato de que as áreas atingidas careciam de uma "injeção monetária" de recursos financeiros a fim de desenvolver a estrutura produtiva da região e evitar os conflitos sociais, isto é, "uma situação insuportável, inclusive com saques e quebra-quebra, através da população faminta e revoltada".

Consideravam a seca um contexto especial que fazia emergir contradições anteriormente inexistentes e que por isso mesmo careciam de recursos financeiros para se evitar "uma verdadeira catástrofe econômica e social".

Okimo

A falta de recursos financeiros para as prefeituras e demais órgãos públicos do Estado criava os mesmos problemas "trazidos pela seca", como se a escassez destes recursos representassem a própria seca. Interessadas no dinheiro público, as elites dominantes transformaram a seca numa situação de carência financeira, argumentando que a falta de verbas governamentais representava uma motivação crucial que levava os camponeses a saquearem o comércio das cidades sertanejas.

Como vemos, no discurso das elites dominantes paraibanas, sobre as causas dos saques, a seca aparece como a motivação geral que impulsionava os trabalhadores rurais a saquearem. Neste sentido, operavam-se deslocamentos essenciais a nível das significações imaginárias sociais elaboradas por estas elites para atender seu interesse mais imediato: o financiamento de obras na região.

Exatamente, em determinados períodos as próprias condições naturais contradisseram o discurso das elites

dominantes, anulando a validade de suas manifestações discursivas e imaginárias, pois se inicialmente os problemas eram causados pela falta d'água, como se explicava o fato de, mesmo chovendo, os camponeses continuarem saqueando? Se os problemas eram causados pela falta d'água, como se conseguirem rios de dinheiro se em determinados momentos os rios já estavam cheios de água? Portanto, as chuvas que caíam em determinados períodos, forçavam um deslocamento a nível do discurso sobre a seca. Esta foi transformada, de um fenômeno meramente natural, em uma estratégia política e econômica de dominação: a seca passou a ser vista com escassez de recursos financeiros:

"Nas portas das prefeituras tem aumentado o número de pessoas em busca de auxílio sem que os Chefes de Executivos municipais tenham recursos para atendimento total, gerando insatisfação e até conflitos. Se perdura o atual quadro da seca, as cidades próximas a Campina Grande poderão entrar numa situação insuportável, inclusive com saques e quebra-quebra, a través da população faminta e revoltada." ⁴

Grande parte dos recursos reivindicados destinava-se às chamadas "frentes de trabalho". Providenciada pelo Governo para conter a onda dos saques e salvar a situação que ameaçava encerrar numa "tragédia social", as "frentes de trabalho" representavam uma das formas de se resolver ou encarar o problema da seca. Por outro lado, a desmobilização das "frentes de emergência" pelo governo logo após as primeiras chuvas, ou o corte de trabalhadores rurais emergenciados, constituíam, também, decisões que motivavam os trabalhadores rurais a saquearem as cidades sertanejas:

"A desativação das Frentes de Trabalho no

alto sertão do Estado, tem causado verdadeiro pânico aos agricultores alistados, pois ficaram sem condições de arcar suas despesas de alimentação. Além de tudo, a lavoura que ainda recebeu algumas chuvas, está completamente perdida e a expectativa da safra do algodão é muita remota. Isto possibilita o registro de novas invasões por parte dos flagelados às cidades sertanejas, uma vez que a situação é caótica e os habitantes da região, não têm como encontrar um meio de vida diferente da agricultura." 5

Para as elites da Paraíba, o corte dos recursos financeiros que mantinham as "frentes de emergência" representava uma decisão equivocada do Governo Federal, porque, mesmo chovendo, elas deveriam ser preservadas para "se evitar o pior", pelo menos para os dominantes:

"As recentes chuvas não irão resolver os problemas da estiagem, havendo necessidade de continuação das frentes de serviços, evitando assaltos e massacres pelos agricultores." 6

Com um discurso ambíguo, mas estratégico, as elites dominantes elaboravam imagens que mostravam, para a opinião pública, as desigualdades sociais e as conseqüências por elas trazidas como determinadas de fora, isto é, pela seca e não pela organização das relações de poder existentes, pela forma como se dava a exploração do trabalho.

Com essas afirmações, as elites dominantes do Estado, colocavam-se acima dos interesses da classe, "inter-

pretando os sentimentos dos habitantes das zonas rurais" paraibana; em nome do interesse geral do povo, procuravam chamar a atenção das autoridades em escala federal, para conseguirem recursos financeiros que seriam para o benefício de todos. Pensavam em desenvolver a estrutura produtiva da região e criar, a partir disso, condições de emprego para o homem do campo; evitando, dessa forma, a fome e a revolta.

Segundo as elites dominantes, esses recursos seriam carreados para solucionar o "gravíssimo problema da falta de trabalho" e da fome, porque "assolados pela estiagem", em fuga dos sítios", "expulsos pela seca", "inanidos", "edrajosos" (sic), alijados do trabalho, "sem emprego nas fazendas", "deparados pela fome" que campeava, "completamente desesperados", movidos pelos "instintos bestiais", "levados pelo extremo pauperismo", "as levas de camponeses" em "ondas" rondavam as cidades, ameaçavam a "tranqüilidade social". Antes que eles chegassem ao extremo, "as agruras da seca" deviam ser combatidas.

Ameaçadas, em pânico com as multidões, com as legiões de homens famintos, temerosos, mas prevenidas, as elites dominantes reivindicavam do Governo Federal "medidas corajosas", "providências enérgicas" para se combater "o grande mal da seca", que estava "levando os desesperados para o caminho do vício, do crime e do meretrício":

"Deputados Estaduais da Assembléia Legislativa da Paraíba, interpretando os sentimentos dos habitantes das zonas rurais deste Estado, comunicam V. Excia. a situação desesperadora dos ruralistas famintos em decorrência da estiagem que forma legiões e ameaça invadir as cidades à procura de alimentos levados pelo extremo pauperismo,

constituindo grave ameaça à tranquilidade social. As prefeituras desprovidas de recursos financeiros, estão impossibilitadas de qualquer mantimento. Diante de calamitosa e aflitiva situação, apelam para que sejam tomadas urgentes medidas para a solução do gravíssimo problema, impedindo de-sastrosa comoção social. Confiantes em atendimento imediato, expressamos os agradecimentos. Atenciosamente." 7

Se nos discursos das elites dominantes a seca aparecia como motivação geral que determinava os conflitos sociais nas áreas semi-áridas da Paraíba, a falta de trabalho - considerada uma consequência inevitável do "fenômeno natural" - era apontada como motivação específica para a ocorrência dos saques praticados pelas levas de camponeses "sem trabalho, famintas e revoltadas". Neste discurso a falta de trabalho - que significava o afrouxamento dos laços de subordinação - constituía um momento perigoso porque legitimava a desordem, o caos social e a decadência econômica:

"O clima de tensão reside, em Sousa nos últimos dias com os constantes deslocamentos de flagelados da zona rural, e até dos bairros - já que grande parte dos lavradores trabalham na zona rural, mas mora nos bairros - para o centro da cidade em busca de uma solução salvadora da situação, enquanto a terra continua rachando com a ausência de chuva.

O agravamento da situação, bem como a demo

ra do Governo do Estado em tomar sérias providências que venham tranquilizar parcialmente o homem do campo, em decorrência do pânico tudo pode acontecer, já estando às autoridades temerosas e prevenidas para o problema.

...O município continua esperando uma medida urgente por parte do Governo do Estado, criando frentes de trabalho para absorver todos os flagelados, antes que eles cheguem ao extremo.

Pelas ruas da cidade observa-se quadros tristes, com pessoas pedindo gêneros, formando filas, com seus sacos vazios a mendigar comida, depois de abandonar seu roçado na zona rural.

Dessa forma, eles invadirão as cidades em busca de empregos, havendo um risco de saques e depredação quando não conseguirem seus objetivos, uma vez que a prefeitura não terá condição de empregar todos os solicitantes." 10

Em certas ocasiões as elites dominantes apresentavam a seca como a causa crucial que provocava o desemprego (falta de trabalho). Apresentavam os homens como vítimas das ações da natureza, do caos natural. Achavam que a sociedade era prejudicada diretamente pelos efeitos e pelas condições naturais, parecendo até que inexistiam relações sociais de produção em que todos eram iguais perante a natureza, na relação mantida

com esta e entre sí.

Imaginavam o desemprego como motivo da "saída natural" do homem do campo para as cidades, "em razão da grande seca". Em outras ocasiões, este desemprego era considerado pelo discurso dominante como um fator conseqüente das relações sociais de poder, dos conflitos sociais, embora continuassem, a inda assim, justificado pela seca. Deslocava-se o significado da seca como um fenômeno meramente natural para um acontecimento social, embora este, permanecesse justificado ou legitimado pelo natural. Nessa passagem de significação imaginária não era mais a seca que obrigava o homem do campo a abandonar as terras em que trabalhava, mas agora eram os proprietários que "dispensavam seus empregados" simplesmente porque não havia mais recursos que pudessem manter ou "dar assistência aos seus trabalhadores em suas terras, "em razão da seca". Por outro lado, para não saírem das terras em que trabalhavam e residiam, os trabalhadores rurais saqueavam as cidades, reivindicando das autoridades "frentes de trabalho" como providência imediata para amenizar a situação que enfrentavam.

No imaginário das elites dominantes, a expulsão do homem do campo não era conseqüência da concentração fundiária, que privilegiava a expansão da pecuária como atividade econômica poupadora de mão-de-obra; não se levava em conta que desenvolvimento dessa atividade econômica - cada vez mais articulado com a indústria e um mercado capitalista - determinava alterações, que embora gradativas, alteravam as relações tradicionais de trabalho no sertão, mas era, acima de tudo, a falta de recursos financeiros provocado pela seca.

Com esse discurso, as elites dominantes deixavam de compreender as alterações socio-econômicas que se processavam no mundo rural sertanejo, embora se aproveitassem da seca como um momento adequado para se livrarem de eventuais questões

trabalhistas que envolvessem a luta pela posse da terra, e que pudesse acontecer num futuro bem próximo. A expulsão dos "moradores" era uma das formas de se livrarem da pressão da luta pela posse da terra que sentiam emergir no contexto estadual e nacional.

No imaginário das elites dominantes estava ausente a visão de que a progressiva expulsão do homem do campo, realizada nas últimas décadas, ainda mais acelerada a partir da última grande seca - período que ora estudamos - estava ligada, também à tomada de consciência de classe que os proprietários rurais haviam incorporados ao saber do perigo que o "morador" representava, por ser este um homem apegado à terra, capaz de teimar que "a terra é para quem nela trabalha".

Em nome da seca e com um discurso contraditório, as elites dominantes terminam abafando o medo que os proprietários rurais tinham, existente em função de alguns direitos que os trabalhadores rurais sem terra adquiriram na Lei, e por outro lado, devido à luta que os camponeses travaram até este momento (em nível nacional) pela reforma agrária como única saída para o trabalhador do campo. Neste discurso, ficavam escondido, entretanto, que este medo representavam uma tomada de consciência pelos proprietários de terra, ao temerem que os "moradores" um dia tomassem a terra que era sua propriedade particular:

"Quarenta e cinco dias de seca, depois das últimas chuvas caídas na região, vieram agravar cada vez mais o problema, provocando, invasões de cidades, como aconteceu esta semana em Puxinanã e poderá a qualquer momento acontecer em outras cidades se não houver uma providência imediata de socorro aos flagelados. Os proprietários de terra não têm mais recursos

que permitam a manutenção dos seus moradores, e estes sem a emergência não terão outros meios de sobreviver ao fenômeno da seca, senão o de apelar para a invasão das cidades..."¹⁰

"... Devido à grande seca que atualmente assola a região, os proprietários já dispensaram todos os empregados, fato que fez com que os comerciantes, que antes forneciam a alimentação para os mesmos, suspendessem o fornecimento, coisa que veio afetar mais ainda a vida do sertanejo que agora não tem mais para quem apelar. ... Isto é uma das causas que vem contribuindo para os constantes saques que vêm sendo realizados em algumas cidades, e que de uma coisa se pode ter certeza, que esses tristes acontecimentos não cessarão agora perdurando ainda por muito tempo, pelo menos até que o Governo adote novas providências."¹¹

Provocada pelo "fantasma da seca", a fome era apresentada pelas elites dominantes estadual, como uma das motivações cruciais que impulsionavam os trabalhadores rurais a saquearem as cidades do sertão paraibano. Causada pela seca e gerada apenas pela falta de gêneros alimentícios¹² de primeira necessidade, a fome - sendo assim imaginada pelas elites dominantes - promovia o desespero e despertava a revolta. Esta era, aliás, a única alternativa para quem estivesse faminto e o principal acontecimento que amedrontava as elites do sertão, uma vez que, segundo elas, ^{era} imprevisível o que o homem faminto, desesperado e revoltado,

pudesse de grave fazer:

"O fantasma da seca assola mais uma vez as regiões do sertão e curimataú paraibano, onde a lavoura está praticamente perdida.

Novamente os prefeitos mostram-se preocupados com o prolongamento da estiagem, que poderá determinar, se não chover imediatamente, novas invasões de flagelados às feiras de seus municípios. O clima que se respira em toda zona sertaneja e do curimataú, já é de tensão, principalmente nos municípios de São José de Piranhas, Monte Horebe, Bonito de Santa Fé e Triunfo, na expectativa de que possa acontecer de grave se o verão se prolongar.

A maioria dos proprietários rurais já não tem nenhuma condição de continuar dando assistência aos moradores de suas propriedades, e a fome continua invadindo os lares mais pobres, obrigando as famílias a procurarem meios de sobrevivência nas cidades, onde os prefeitos também não sabem o que fazer com a falta de recursos financeiros, para conter a onda de desespero das pessoas famintas, que poderão de um momento para outro invadir as cidades acutiladas pela falta de alimento.

Diante de tal conjuntura, não há como o Governo do Estado precaver-se do que de grave possa acontecer, enviando esforços junto a SUDENE e Ministério do Interior, no sentido de serem enviados recursos e gêneros de primeira necessidade para a área mais atingida pela ausência de chuvas e onde as lavouras se encontram totalmente perdidas. Na hipótese de qualquer contemporização do Governo, na esperança de que as chuvas possam voltar, o Sertão poderá ser palco de um problema social como talvez nunca tenha acontecido em secas anteriores. A situação a esta altura já é das mais desesperadoras, não se podendo mesmo prever a reação dos flagelados se não lhes chegar em tempo o auxílio governamental que lhes permita sobreviver às inclemências da estiagem, o mesmo ocorrendo na região do curimataú." 13

Como se não existisse anteriormente e não fosse provocada pelas condições estruturais da organização sócio-econômica e política da sociedade vigente, as elites dominantes imaginavam a fome como uma realidade momentânea, localizada num tempo e espaço determinado, que se restringia apenas às áreas atingidas pelo "fenômeno da estiagem":

"O que está se verificando nesta hora no Nordeste, onde tantas cidades estão sendo invadidas por bandos de flagelados, não se pense absolutamente que tenha outra causa,

a não ser a fome que assola a população rural na faixa atingida pelo fenômeno da estiagem." 14

Se num momento, a fome era causada simplesmente pela falta de alimento, uma vez que com a terra rachando, sem chover, inexistiam as condições naturais para a produção de gêneros alimentícios que abasteciam as cidades - ficando estas, por isso, "acutiladas" pela escassez de produtos alimentares -, e se a fome motivavam os camponeses à revolta, a saquearem as cidades sertanejas, em outro momento o mesmo discurso se denunciava, ao mostrar que os comerciantes escondiam os alimentos temendo que os camponeses saqueassem os municípios atingidos pela estiagem, pondo em risco a segurança da propriedade privada, provocando pânico aos comerciantes e às autoridades da região no período da seca.

"É de verdadeiro pânico a situação por que vêm passando os comerciantes e autoridades da região do sertão da Paraíba, onde as ameaças de saques são feitas constantemente pelos flagelados, havendo muitos municípios onde essas promessas já foram cumpridas, fato que vem ocasionando os mais graves prejuízos para a economia da região, uma vez que muitos comerciantes estão temendo expor seus produtos à venda com medo de que as mesmas sejam saqueadas pelos trabalhadores famintos." 15

Era preciso, portanto, tornar os saques um acontecimento negativo porque, sendo uma consequência da seca, contribuía para agravar a situação. Sendo considerados acontecimentos negativos, os motins por alimento e trabalho deviam ser

combatidos "com meios eficazes" (política etc.), assim como a fome devia ser evitada com as "frentes de trabalho", já que sem estas os comerciantes suspendiam o fornecimento de gêneros alimentícios para os trabalhadores.

A seca era imaginada, também, como um dos momentos em que os laços de amizade se rompiam instantaneamente, era uma situação delicada porque permitia ao homem "rude" do campo deixar de ser dócil às leis e perder o respeito venerado pelas autoridades. A seca fazia emergir as intrigas pessoais, estas acirrando-se abruptamente. Neste sentido, no imaginário das elites dominantes os saques aparecem, inclusive, como motivados pela emulação pessoal.

Colocando-se estrategicamente como vítimas das ações individuais, as elites dominantes dissimulavam o significado social e político da luta, desprezando, pelo discurso, as contradições reais que fizeram os conflitos sociais emergir. Naquele momento não se tocava nos desmandos da política encaminhada pelo poder local. Era necessário, entretanto, abafar as falcatruas administrativas do poder público local, falcatruas estas que, inclusive, manipulavam para fins próprios os recursos destinados para o combate ao problema da estiagem e suas seqüelas.

Ao colocar-se como representante do interesse geral, o poder público municipal aparecia, no discurso dominante, como se nenhuma parcela de contribuição tivesse para as contradições sociais ali existentes. As pressões sociais exercidas contra o poder da autoridade local aparecem neste discurso como ações motivadas simplesmente pelo desejo pessoal, pela antipatia individual.

Quando pressionadas individualmente, as autoridades locais dissimulavam que por trás da sua condição pessoal estava impregnada a representação do poder, da autoridade, entrando em contradição, portanto, com a imagem que fazia de si enquan-

to autoridades constituídas que representavam o interesse geral (condição esta que, aliás, havia sido pregada e prometida em períodos eleitorais passados).

Enfim, se apresentava a emulação pessoal como uma das motivações que moviam os trabalhadores rurais a saquearem, era porque tinham como objetivo estratégico dissimular a sua condição de representante político de uma determinada classe:

"Outro alvo da invasão foi a casa do prefeito Sebastião Feliciano dos Santos. "Acredito que estas pessoas, cerca de mil, que tentaram invadir minha residência foram incitadas por alguém que não gosta de mim". Disse Feliciano, que, juntamente com dez vereadores e oito policiais, procuraram dissuadir o grupo. Mas o prefeito não pôde se aproximar muito de casa, "pois o tumulto era muito grande e só graças a Deus é que não houve nada." 16

Nas manifestações imaginárias das elites dominantes, os saques aparecem, ainda, como sendo motivados pela "desordem inescrupulosa" pela ação de "conhecidos desordeiros" que em atos de "escandalosa subversão" insuflava os camponeses a saquearem o comércio e as feiras das cidades do sertão da Paraíba. Afirmavam ser a ação dos desordeiros profissionais, dos "perturbadores da ordem pública", uma das causas que faziam os saques e mergir. Neste discurso, não eram as condições sócio-econômicas e políticas que faziam os trabalhadores rurais ir à luta, mas a vontade individual de "elementos inescrupulosos" que se posicionavam contra o regime político local.

Geralmente eram os políticos oposicionistas apontados como sendo esses "perturbadores da ordem pública", como sendo os agentes políticos que insuflavam os trabalhadores rurais para invadirem as cidades à procura de trabalho e comida. Se isto argumentavam era justamente para apontar a prática oposicionista local como uma motivação específica que incentivava os camponeses aos saques.

Desqualificados pela simbologia dominante como sendo desordem - que aliás só era tolerada, naquele momento, até onde não fosse além da luta oposicionista - os saques vão aparecer no discurso das elites dominantes como sendo movidos pela prática da oposição local, exatamente para encobrir a idéia de que por trás dos conflitos estavam presentes as 'contradições' sociais, que determinavam o nível e a dimensão dos saques como sendo uma das manifestações da luta de classes naquele momento. Era fundamental suprimir, ou mesmo impedir, no imaginário social, a formação de ideologias perigosas que explicassem os saques, ligando-os às contradições sociais geradas pela organização sócio-econômica e política do sertão paraibano. Devia-se evitar, antes de mais nada, que certas ideologias identificassem estes conflitos aos antagonismos criados pela existência de classes sociais na sociedade vigente.

Sendo a motivação geral que criava outras motivações específicas para os trabalhadores rurais saquearem as cidades sertanejas, entendemos que a seca era considerada, pelas elites dominantes, um fator de desorganização econômica, política, cultural e social. Entendemos ainda, que para elas a seca aparecia como responsável pela desorganização das relações de dominação, que rompia com os laços de subordinação.

Os trabalhadores rurais viviam esta desorganização como a desestruturação de seu mundo, de sua vida, de suas esperanças, como uma luta sem tréguas, uma ameaça de miséria, e da morte como um fim angustiante. A classe dominante vivia esta

desorganização como uma ameaça de enfraquecimento de seu poder , como um perigo à ordem pública estabelecida, e aos interesses da propriedade privada.

Na imaginação das elites dominantes a seca a gitava o corpo social e provocava crises na produção econômica . Portanto, ela devia ser combatida com investimentos, para desenvolver a estrutura econômica das áreas semi-áridas sob o controle da iniciativa particular, com estratégias que visassem a solidificar determinadas formas de relações de trabalho, inovando e reforçando os laços de subordinação política, rompidos, esfacelados com o "mal da seca". Combater essa "crise", esse "caos", essa "tragédia crônica", significava, para os dominantes, preservar a sociedade evitando o perigo de uma decadência social, política e econômica.

Na história, sempre foi esta a tendência dos grupos sociais em conflitos que, sem medir esforços, buscam o aperfeiçoamento da sociedade pela sua completa organização. Movidos pelo medo, os grupos sociais lutam para evitar o imprevisível, o indefinido, o caos, a decadência, a desorganização; numa verdadeira luta sem tréguas contra a morte, com uma sede indefinível pela vida: o que significa o medo de ver morrer o mundo que por ele lutam e defendem, de ver morrer seus interesses, suas paixões; a esperança de fazer viver seus ideais, de fazer valer suas idéias, seus princípios que também são paixões e interesses.

Com estas imagens que apresentavam a seca como a motivação geral e, a falta de trabalho, a fome, a escassez de recursos financeiros, a emulação pessoal, a "ação inescrupulosa" dos "perturbadores da ordem pública" como motivações específicas que faziam os camponeses saquear as cidades do sertão da Paraíba, as elites dominantes buscavam comprometer o Estado a uma intervenção racional para a solução dos problemas da região , servindo para demonstrar o quanto estavam distantes de resolve-

rem a situação enfrentada pelos trabalhadores rurais.

Esta busca pela organização, pelo aperfeiçoamento da sociedade, se materializa em ações elaboradas e encaminhadas a partir de condicionamentos sócio-econômicos, políticos e culturais da classe a que pertencem os grupos sociais. Para os dominantes, a estrutura econômica, as relações de trabalho e de poder, que foram afetadas, desorganizadas pelas "seqüelas da seca", precisavam ser inovadas, reorganizadas com estratégias de controle político-ideológicas e repressivas, "com medidas eficazes enérgicas" que pudessem combater esse trágico momento social".

III CAPITULO

NOTAS

1. Diário da Borborema, 07 de abril de 1979, pag. 03 (Campina Grande-PB.)
2. Dados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. In: IX Censo Agropecuário - Recenseamento Geral do Brasil, Paraíba, 1980. vol. 2, tomo 3, nº 11
3. Não podemos cair na cilada que confunde esse "assalariamento" rural com o assalariamento tradicional tipicamente burguês e existente nas relações entre o operário e o empresário capitalista industrial. Porém, não podemos desconsiderar, ou mesmo negar, que este "assalariamento" rural não seja uma forma de assalariamento capitalista em gestação, imposta pelas circunstâncias históricas e pelo tipo de desenvolvimento capitalista que se processa no mundo rural sertanejo, pois se não considerarmos assim, como poderemos falar e admitir uma penetração do capitalismo e das relações capitalistas no campo brasileiro, especialmente no sertão paraibano?
4. Diário da Borborema, 12 de março de 1981, pag. 05 (Campina Grande-PB)
5. Diário da Borborema, 13 de junho de 1982, pag. 01 (Campina Grande-PB)
6. Fala do Deputado Estadual Evaldo Gonçalves. Sessão Ordinária da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, 11 de maio de 1982. Ata da 38ª Sessão Ordinária
7. Telegrama de Deputados Estaduais da Paraíba para o Presidente

da República João Baptista de Figueiredo. Apud Diário da Bor**bo**rema, 22 de maio de 1981. pag. 07 (Campina Grande-PB.)

8. "Prefeitos e vereadores do interior indicam que no sertão, pe-
lo menos 40%(por cento) da população rural estão desemprega-
dos e este número tende a aumentar devido à estiagem que já
está se caracterizando como uma verdadeira seca, a terceira
consecutiva. O saque a um caminhão da COBAL, anteontem, po-
de, certamente ser considerado o início de novos momentos
de apreensão no interior."

Diário da Borborema, 13 de maio de 1981, pag. (Campina Gr**an**
de-PB.)
9. Fala do Secretário de Administração de Sousa, sr. Doca Perei-
ra. Diário da Borborema, 30 de abril de 1980, pag. 07 (Campi-
na Grande-PB.)
10. Diário da Borborema, 23 de maio de 1981, pag. 04 (Campina
Grande-PB.)
11. Fala do Candidato a vereador de Nazarezinho/PB, Sr. Francis-
co Ferreira Lins. Diário da Borborema, 16 de maio de 1981. '
pag. 07 (Campina Grande-PB.)
12. As elites dominantes da Paraíba compreendiam que a fome era
provocada apenas pela falta absoluta de alimentos para a sa-
tisfação do apetite. Réalmente, os camponeses saqueavam por
que estavam sem alimentos básicos para se alimentarem. Entre-
tanto, segundo Antonio Estevam, a fome é gerada pela "falta '
de quaisquer dos quarenta ou mais elementos nutritivos indis-
pensáveis à manutenção da saúde. Esta falta ocasiona a mor-
te prematura, embora não acarrete, necessariamente, a inani-
ção por falta absoluta de alimentos". Para ele, "a solução

do problema da fome não deriva de uma melhor distribuição de produtos alimentares. A solução passaria antes por uma redistribuição das possibilidades de acesso a aos meios de produção".

- SOBRENHO, Antonio Estevam de Lima. FOME, a agricultura e política no Brasil - a chantagem alimentar. Petrópolis, Ed. Vozes, 2^a edição, 1982. Pags. 13 e 20.

13. Diário da Borborema, 08 de maio de 1981, pag. 01 (Campina Grande-PB.)
14. Diário da Borborema, 23 de maio de 1981. Pag. 04 (Campina Grande-PB.)
15. Diário da Borborema, 06 de agosto de 1982. pag. 07 (Campina Grande-PB.)
16. Fala do Prefeito de Princesa Isabel, Sr. Sebastião Feliciano dos Santos. Diário da Borborema, 24 de julho de 1982. pag 01 (Campina Grande-PB.)

"Desde cedo que a cidade sentia clima de intranquilidade e medo. A todo momento era esperada a invasão e a polícia, armada de fuzís, metralhadoras e usando capacetes de combate, patrulhavam todas as ruas... mesmo assim não foi possível evitar a invasão...

... Mesmo com toda a segurança oferecida pela polícia, acreditam os comerciantes que, na próxima feira, o mercado público não reabrirá as suas portas, tendo nova investida dos famintos, desta feita em número muito maior..."

(Diário da Borborema, 7 de julho de 1982. Pag. 1, 4ª coluna - Campina Grande -PB.).

"A consequência será fatal para a paz social. Os saques continuados dos famintos que agora ainda gritam que não querem esmolas mas trabalho, ainda dominados pelo espírito da fé irão se repetindo."

(Diário da Borborema, 15 de agosto de 1982. Pag. 04 - Campina Grande-PB.).

III - "O FASTÍGIO DA SECA": A REALIDADE DOS SAQUES E AS ESTRATÉGIAS PARA ENFRENTÁ-LOS.

"Seca era para as oligarquias momento de medo, portanto, acabar com a "desordem", acabar com os conflitos sociais nestes momentos, manter o controle social, era para eles "resolver o problema", já que este era um dos aspectos que transformara a seca em "problema". Assim como a crise econômica e política tinha que ser combatida com trabalho, investimento, obras e instituições políticas em que os oligarcas estivessem presentes, a crise social tinha que ser combatida com a elaboração de estratégias de controle. Resolvidas estas crises, estava resolvido o "problema da seca", pelo menos para os dominantes".¹

Enquanto fenômeno natural cíclico que assola o Nordeste brasileiro desde o século XVI, a seca foi sempre apresentada, pelo discurso das elites nordestinas, como fator primordial que caracteriza uma espécie de "atraso" social, político, econômico e cultural do Nordeste. O "atraso" econômico do nordeste está relacionado à predominância da ati

vidade agrária sobre a atividade industrial que dificulta a integração dessa região no desenvolvimento econômico brasileiro: É "atrasado" social e culturalmente pela pobreza de uma parcela majoritária da população, que resiste de formas diversas às condições do meio, e pelas formas de comportamento ético-culturais: geralmente o nordestino aparece no discurso dominante como sendo um homem "rude", "ignorante", quase irracional. O "atraso" político relaciona-se às formas como os conflitos sociais acontecem, como os nordestinos organizam seus protestos, suas lutas contra a dominação imposta.

Mesmo sendo um fenômeno detectado já na época colonial, foi somente no século XIX que a seca deixou de ser tratada como um simples fenômeno natural para aparecer como "um problema humano de profundo alcance". Segundo Durval Muniz, a seca "realmente passa a ter uma nova face a partir do final do século XIX, pois o simples fenômeno climático, passa a ser revestido por um discurso elaborado pela classe dominante da região, que dá nova dimensão ao problema e o coloca como centro de todas as reivindicações de benefícios e privilégios que esta promove a nível nacional".²

Neste século XX diversas secas aconteceram. Contudo, desde que passou a ser encarada como "um problema humano de profundo alcance" pelo Estado Nacional, foram imaginadas, pelas elites dominantes regionais, como um momento perigoso para a manutenção dos interesses privados da sociedade vigente. Daí ter sido sempre necessário conter essa "ameaça insuportável".

Para conter os motins, evitar que os camponeses invadissem e saqueassem as cidades, impedir que se amotinasse nas fazendas ou praticassem "roubos", foram instalados em todo o Nordeste muitos "acampamentos" de flagelados. Os lugares mais visados eram aqueles em que existia, segundo os setores da classe dominante, "graves ameaças à tranquilidade social", isto é, onde os conflitos sociais incidiam com

maior frequência. Em muitos casos estes "acampamentos" eram cercados de arame, constituindo-se, assim, em verdadeiros campos de concentração. Os indivíduos flagelados dentro deles recebiam alimentação, vacinas contra doenças contagiosas e eram disciplinados pela polícia que em vigília encarregava-se de "manter a ordem e a paz" no local.³

No Nordeste brasileiro, as secas sempre foram consideradas um fenômeno natural característico das áreas semi-áridas dos estados nordestinos. Um problema vivido por toda a região nordestina sempre foi considerado, pelos nordestinos, como um problema localizado nos sertões dos estados do Nordeste. Em função disso sertão representa, nestes momentos, sinônimos de atraso.

Entretanto, "a grande seca de 1979/83" (período que ora estudamos) é considerada a maior de nosso século porque, além de sua duração, veio extrapolar os limites das fronteiras sertanejas do estado da Paraíba. Além do sertão ser afetado integralmente como sempre, o brejo e o agreste também passaram a ser áreas afetadas pelos "efeitos da longa estiagem". Segundo o discurso das elites dominantes parecia até que o brejo e o agreste haviam se transformado em sertão.

Dessa forma, na Paraíba "a grande seca de 1979/83" apareceu como um problema de âmbito estadual. Acreditamos que isto se explica por vários motivos, além do fato de esta ter atingido todo o Estado. Em primeiro lugar porque cidades de outras regiões do Estado estiveram sob ameaça de invasão, de saques. Em segundo lugar porque, se esta seca foi um momento oportuno para o governo estadual conseguir, do governo federal, recursos extra-orçamentários, foi também um momento oportuno para os prefeitos municipais disputarem estes recursos destinados à solução do "flagelo social". Além de

servirem para proporcionar a construção de obras no setor público e privado, estes recursos serviram para os governantes locais implementarem medidas clientelísticas como a distribuição de alimentos, de dinheiro, e criar "frentes de trabalho" de caráter provisório.

Com um discurso comovedor, os governantes locais e estaduais utilizaram-se da seca como pretexto para conseguirem recursos públicos para enfrentar os motins de trabalhadores rurais, aplicar em obras que beneficiassem o setor público e a iniciativa privada, garantindo, assim, maiores condições de manterem sob o controle e dominação os camponeses da Paraíba, especialmente nas áreas sertanejas.

No discurso das elites dominantes, era sobretudo destes recursos que tanto o governo como os proprietários de terra careciam para evitar que o homem do campo morresse de fome juntamente com sua família. Com certeza podemos afirmar que a finalidade principal voltava-se para impedir que as populações pobres do campo e da cidade se revoltassem; pois esta revolta ameaçava a paz, a tranqüilidade de setores da classe dominante. Com os recursos liberados pelo Estado tentava-se evitar "convulsões temerárias no seio das populações famintas". Mais precisamente, os governantes argumentavam que os recursos carreados para a região sertaneja seriam para desenvolver a infra-estrutura das "áreas afetadas pela estiagem" objetivando dar emprego e acabar com a fome das populações pobres do sertão paraibano.

Porém, era com revoltas, com "desespero das massas famintas" que as elites dominantes se preocupavam. Portanto, é do "fastígio da seca" de 1979/83, é da luta de classes naquele momento, é da realidade dos saques e das estratégias para enfrentá-los, que iremos tratar nesta parte do nosso trabalho. As estratégias elaboradas deviam ser o lugar

onde a história humana devia acontecer. Com estas estratégias as elites dominantes procuravam conduzir a história à sua maneira, segundo os seus interesses, visando impedir a luta de classes, já que esta era o principal aspecto do qual tinham medo. As denominações de "desordem", "assaltos", "desespero", etc., que utilizavam para definir os motins por alimentos e trabalho, era um dispositivo ideológico que ocultava a luta de classes, pois representava esta como o "fastígio da seca", que devia ser anulado a todo custo, com instituições políticas, medidas de segurança, trabalho, investimentos e obras para a região.

Nesta seca o Estado foi chamado a intervir nos problemas sociais sob formas diversas e de acordo com as circunstâncias dos acontecimentos. Nos cinco anos de seca, diversas medidas foram adotadas pelo poder municipal, estadual e federal para conter "o grande mal da seca", que ameaçava "a paz social". As medidas adotadas foram de caráter conjuntural e estrutural.

As diretrizes conjunturais estavam relacionadas às ações imediatas deliberadas no momento em que as cidades eram invadidas e saqueadas, no caso foram as estratégias de segurança planejadas pelos órgãos militares e as estratégias de cooptação clientelística. As diretrizes estruturais estavam relacionadas às obras reivindicadas para modernizar e desenvolver a estrutura produtiva da região, sob as quais recaem as argumentações de que seriam para melhorar, no futuro, as condições de vida da população pobre sertaneja, afastando de uma vez por todas o "cautério da seca" que martirizava a todos. Foi durante e diante destes acontecimentos que estas medidas foram discutidas, deliberadas.

Envolveram-se na execução das estratégias de controle social as seguintes instituições: Secretaria

de Segurança Pública Estadual, Delegacias de Polícia Militar local, EMATER, Associações Comerciais, prefeituras Municipais, Câmaras de Vereadores, SENAR, SENAC, SENAI, UFPB, LBA, e INAMPS, IPEP, Centros Sociais Municipais, Secretarias de Estado, Polícia Federal e o 1º Batalhão de Engenharia do Exército". O papel destas instituições foi o de elaborar estratégias de controle que disciplinassem e adestrassem o trabalhador sertanejo ao trabalho e às regras ditadas pelas Leis.

O PREÇO DA REVOLTA

"Mas do lado dos poderosos, também há medo: tem medo da desobediência, da revolta, da perda de prestígio e do lugar do poder. Medo dos que possam refutá-los.

Medo sobretudo dos iguais, dos que possam rivalizar com eles, fabricando máquina imaginária mais potente que a sua porque mais persuassiva. Se do lado dos que se deixaram dominar ou a isto foram forçados, o inexplicável aterroriza, paralisa todo esforço de compreensão e de ação, por seu turno, a máquina doutrinária estabelecida, mantida pela força ou pela palavra faz estiolar a tentativa de oposição. Ao medo das coisas e dos homens vem acrescentar-se o medo do pensamento e da ação." ⁴

Saques! Num momento em que a paz parecia existir entre todas as classes sociais, nenhuma outra questão se apresentava como uma situação temerária para as elites dominantes espalhadas nas pequenas cidades do sertão paraibano. Esta situação era anunciada por imagens assustadoras que, nascidas de um medo, faziam e deixavam medo: "multidões enfurecidas" de homens "rudes", "brutos", "legiões de homens famintos e desesperados" com enxadas, picaretas e sacos nas mãos.

Envolvidas num imaginário de pavor, de-

putados e prefeitos anunciavam que as cidades sertanejas corriam o "risco de saques e depredação". Era "a situação (...) grave, a flitiva e de conseqüências imprevisíveis". Deputados Estaduais a cusavam "a situação como muito grave, verdadeiro barril de pólvora em pleno coração do Nordeste". Era "uma situação que se" a nunciava "das mais sombrias e calamitosas". para tanto solicitavam providências "no intuito de serem evitadas aglomerações de famintos nas cidades, ocasionando sérios transtornos à ordem pública".⁵

De 1979 a 1983 as pequenas cidades do alto sertão paraibano foram sacudidas por uma onda de motins cujas proporções representaram ameaça aos comerciantes e às autoridades municipais. O fato é que os camponeses sertanejos entraram em plena ebulição, assumindo com uma certa ousadia, ou desafios crescentes, ações que poderiam trazer "conseqüências de males imprevisíveis", porque movidas pelo medo provocava pânico, inquietude e medo à polícia, aos comerciantes, aos políticos locais. É fácil imaginar como estes assim se sentiam. Diante de levadas de trabalhadores ociosos, à procura das cidades em busca de alimentos, dispostos a praticar "roubos", a depredar o comércio e as prefeituras locais.

O Estado da Paraíba é formado por 171 cidades, incluindo a sua capital, João Pessoa. Desse total, o sertão paraibano abrange um percentual de 62,6% dos municípios, ou seja, 107 cidades.⁶ Nos cinco anos de seca ocorreram 67 saques em aproximadamente 50 cidades atingidas, com uma participação de 47.190 saqueadores. (ver tabela nº 06).

Os alvos mais visados pelos saqueadores foram as instituições públicas, o comércio local, mercados públicos, residências das autoridades. Geralmente os trabalhadores rurais procuravam as prefeituras municipais, maternidades, depósitos e veículos da COBAL, CIBRAZEM, Depósitos da Merenda Esco -

lar, as Cooperativas Rurais Mistas, Mercearias, Armazéns Particulares de cereais, feiras de frutas, açougues públicos e as residências dos prefeitos. (ver tabelas nºs 1, 2, 3, 4 e 5).

1982 foi o ano em que se registrou a maior ocorrência de saques: em nossa pesquisa acusamos, nesse ano, a ocorrência de 29 saques, 43,2% do total, em 18 cidades atingidas, como uma participação registrada em torno de 20.330 saqueadores, 43,1% do total em cinco anos de seca. (ver tabela nº 06). Os saqueadores selecionavam os alvos de acordo com as circunstâncias do momento. Era comum, antes de atacarem o comércio local, os camponeses se concentrarem em frente às prefeituras como ação prévia de pressão sobre as autoridades locais. Em 1982 os alvos mais visados foram os órgãos públicos e as prefeituras municipais. Este fato está ligado ao corte de trabalhadores rurais do programa das "frentes de trabalho" e à realização, naquele ano de eleições para a escolha dos prefeitos dos municípios. É provável que o momento eleitoral tenha legitimado a ação dos camponeses que se amotinavam. Por outro lado, se os trabalhadores rurais aproveitavam as eleições para conseguirem concessões, os políticos tiravam proveito do momento para conseguirem eleger seus candidatos atendendo às pressões camponesas com benesses clientelísticas.⁷ Embora concordemos que as oligarquias sertanejas mantivessem o controle do voto, achamos inadmissível que isto seja um dos aspectos que caracterizem o sertão como uma região onde não se conhece nenhuma área de tensão social.⁸ Enfim, em 1982 os motins tiveram características mais políticas do que econômicas.⁹

Entre os cinco anos de seca, 1979 foi o ano em que houve o menor número de saques e o maior número (em termos de proporcionalidade) de participação dos trabalhadores nos motins ocorridos: se neste ano ocorreram apenas 04 saques, 6% do total, em três cidades atingidas, houve uma participação efetiva de 10 mil saqueadores, isto é, 21,1% do total de partici-

pação entre os cinco anos de seca. Pois se em 1982 ocorreram 29 saques com uma média de 701 saqueadores por motim ; em 1979 ocorreram 04 saques com uma média de 2.500 saqueadores por motim. O fato de ter acontecido um número de saques em 1979 com um número maior de amotinados (em termos de proporcionalidade entre os cinco anos de seca), nos indicam o potencial e o nível de ameaça & com que as ocorrências de saques iniciaram-se nesta seca.

Em 1980 registrou-se um maior número de saques com relação ao ano anterior, porém houve uma baixa no número de participação dos trabalhadores sertanejos, pois se ocorreram 11 motins, 16,4% do total em cinco anos de seca, atingindo 8 cidades do sertão paraibano, participaram apenas 4.900 saqueadores, o que equivale a uma taxa de 10,3% do total de participantes, com uma média de 445 saqueadores por saque. (ver tabela nº 06). A participação dos trabalhadores decresceu em 1980 devido às medidas de controle social adotadas a partir de 1979, no caso, o programa de emergência a nível de propriedade, e as medidas de segurança adotadas pela Secretaria de Segurança Pública do Estado.

É importante observar que nos dois primeiros anos de seca os saques visaram mais a iniciativa privada do que as instituições públicas e os próprios prefeitos. Entretanto, 1981 e 1982 foram anos em que houve um número maior de ataques contra as prefeituras municipais e as instituições públicas do Estado. Parece-nos que quando os motins sedirigiam diretamente à iniciativa privada havia uma intervenção automática da polícia contra os camponeses, em defesa da propriedade privada dos meios de produção. Quando os trabalhadores rurais se dirigiam aos prefeitos locais a polícia raramente reprimia. Isto nos dá alguma idéia em relação à natureza de classe tanto do poder público municipal como da própria polícia. Era comum os políticos locais juntamente com a polícia tentarem evitar os saques acalmando "os ânimos dos mais exaltados através do diálogo e das medidas clientelísticas adotadas. Estrategicamente aproveitavam

estes momentos para ostentarem uma imagem de circunspecção e controle competente da situação.

Em 1983 aconteceram motins de pequeno alcance, isto é, houve uma inferior participação dos camponeses em relação aos anos anteriores. Este fato se deu em função de dois fatores: em primeiro lugar porque, com a chegada do inverno na maioria das cidades, os trabalhadores rurais se ocuparam com o trabalho em suas roças. Em segundo lugar, devido a imigração em massa acontecida nos anos anteriores. Neste ano ocorreram 12 saques em 11 cidades atingidas. Envolveram-se nestes motins uma quantia aproximada de 2.300 camponeses, atingindo uma média de 192 saqueadores por saque. Houve somente um caso em que os trabalhadores "atentaram contra uma instituição pública", nos demais os saqueadores atacaram a iniciativa privada. (ver tabela nº 05).

As dez principais cidades saqueadas e invadidas em cinco anos de seca foram: Bonita de Santa Fé, Brejo do Cruz, Cajazeiras, Catolé do Rocha, Coremas, Itaporanga, Monteiro, Pombal, Sousa e Uiraúna. Selecionamos estas dez cidades levando em conta os seguintes critérios: números de motins ocorridos, número de trabalhadores envolvidos, potencial de ameaças aos interesses da propriedade privada e riscos de confrontos armados entre saqueadores com comerciantes, com políticos locais e com a polícia. (maiores detalhes ver tabela nº 07).

Tradicionalmente os saques surgem nas feiras-livres realizadas semanalmente nos pequenos municípios do sertão paraibano. Acreditamos que isto se deve ao fato de os dias de feira nestas cidades facilitarem o encontro ou o ajuntamento dos habitantes da zona rural, já que as feiras-livres das cidades do interior da Paraíba são essencialmente camponesas.

As feiras camponesas realizadas semanalmente nas cidades sertanejas, além de representarem uma oportunidade de encontro, de troca de idéias entre os trabalhadores ru-

TABELA 1

SERTÃO PARAIBANO

CIDADES INVADIDAS E SAQUEADAS PELOS TRABALHADORES EM 1979

C I D A D E S	Nº		MÉDIA SAQUEADORES /SAQUES	MÊS	A L V O S
	SAQUES	SAQUEADORES			
T O T A L	04	10.000	2.500	01	04
Catolé do Rocha..	02	9.200	4.600	ABRIL	CIBRAZEM, Armazém de Ce- reais, Feira-livre.
Brejo do Cruz....	01	500	500	ABRIL	Prefeitura.
Triunfo.....	01	300	300	ABRIL	Comércio Local.

FONTES: Diário da Borborema (1979/1983), Jornal da Paraíba (1980/1981), Atas da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba (1981/1982).

TABELA 2

SERTÃO PARAIBANO

CIDADES INVADIDAS E SAQUEADAS PELOS TRABALHADORES RURAIS EM 1980

C I D A D E S	Nº		MÉDIA SAQUEADORES/ SAQUES	MÊSES	A L V O S
	SAQUES	SAQUEADORES			
TOTAL	11	+4.900	445	03	13
Boqueirão dos Co- chos.....	01	500	500	Abril	Feira-livre. Comércio local. Armazéns de ce reais, Feira-livre. Co
Cajazeiras	03	+400	133	Mai/Jun	mércio local, Mercado
Catolé do Rocha	01	+200	200	Abril	Central, Prefeitura .
Ibiara.....	01	1.500	1.500	Maio	CIBRAZEM, Centro de Me
Itaporanga.....	01	1.000	1.000	Maio	renda Escolar. Comér- cio Local. Feira-livre.
Sousa.....	02	300	150	Abr/mai	Comercio local. Merce arias.
Pombal.....	01	1.000	1.000	Maio	
Serra Branca...	01	?	?	Maio	

FONTES: Diário da Borborema (1979/1983), Jornal da Paraíba (1980/1981), Atas da
Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba (1981/1982).

TABELA 3

SERTÃO PARAIBANO

CIDADES INVADIDAS E SAQUEADAS PELOS TRABALHADORES RURAIS EM 1981

C I D A D E S	Nº		MÉDIA SAQUEADORES/ SAQUE	MÊSES	A L V O S
	SAQUES	SAQUEADORES			
TOTAL.....	10				
Bonito de Santa Fé	01	9.660	878	04	14
Boqueirão dos Cochos...	01	5.000	5.000	Março	Comércio Local, Feira
Brejo do Cruz	01	?	?	?	Livre, Comércio Local,
Catolé do Rocha.....	01	100	100	Maio	Comércio Local, Feira-
Lastro	01	?	?	Março	livre, Prefeitura, Co-
Monteiro	01	110	110	Junho	mércio local, Comércio
Patos	01	660	660	Março	local, Veículo da COBAL,
Pombal	01	400	400	Junho	Prefeitura, Comércio
Sousa	02	3.000	1.500	Maio	local, Prefeitura, Re-
Riacho dos Cavalos.....	01	± 150	± 150	Maio	sidência do Prefeito ,
	01	300	300	Março	Comércio local.

FONTES: Diário da Borborema (1979/1983), Jornal da Paraíba (1980/1981), Atas da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba (1981/1982).

TABELA 4

SERTÃO PARAIBANO

CIDADES INVADIDAS E SAQUEADAS PELOS TRABALHADORES RURAIS EM 1982

C I D A D E S	Nº		MÉDIA SAQUEADORES POR SAQUE	MÊSES	L O C A L I D A D E S	
	SAQUES	SAQUEADORES				
TOTAL.....	18	29	20.330	701	03	25
Boqueirão dos Cochos..	01	01	400	400	Julho	Feira-livre. Coop.Rural
Cachoeira dos Índios..	02	02	900	450	Jun/Jul	Mista. Feira-livre, Com. local, Prefeitura. Feira-livre. Prefeitura. Co
Cajazeiras	02	02	1.500	750	Jul/Ago	ra-livre. Prefeitura. Co
Conceição	01	01	300.	300	Julho	mércio local, Prefeitu
Coremas	01	01	350	350	Agosto	ra. Feira-livre. Merca
Diamante	02	02	± 2.000	± 1.000	Agosto	do público, CIBRAZEM. '
Ibiara	01	01	500	500	Julho	Comércio local. Feira -
Itaporanga	03	03	4.000	1.333	Jul/Ago	livre. Depósito do Pro
Jurú	01	01	?	?	Julho	grama da Merenda Escolar,
Monteiro	01	01	6.000	6.000	Agosto	Resid.do Prefeito.Arma
Nova Olinda	01	01	80	80	Julho	zéns de cereais, Posto'
Princesa Isabel	02	02	+ 800	+ 400	Julho	da COBAL, Com.local. Co
São José de Piranhas..	02	02	1.000	500	Jul/Ago	mércio local. Feira-li
São Sebastião do Tigre	01	01	2.500	2.500	Julho	vre. Caminhão da COBAL.
São José dos Cordeiros	01	01	200	200	Agosto	Com.local. Feira-livre,
Sousa	01	01	200	200	Agosto	Comércio local.
Taperoá	01	01	?	?	?	
Uiraúna	05	05	5.000	1.000	Jun/Ago	

FONTES: Diário da Borborema (1979/1983), Jornal da Paraíba (1980/1981), Atas da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba (1981/1982).

TABELA 5

SERTÃO PARAIBANO

CIDADES INVADIDAS E SAQUEADAS PELOS TRABALHADORES RURAIS EM 1983

C I D A D E S	Nº		MÉDIA DE SAQUEADORES POR SAQUE	MÊSES	A L V O S
	SAQUES	SAQUEADORES			
TOTAL	12	+ 2.300	192	03	16
Aguiar	01	?	?	Janeiro	Armazéns de Cereais e
Antenor Navarro	01	?	?	Janeiro	Casas Comerciais. Fei-
Bom Jesus	01	?	?	Janeiro	ra-livre. Comércio lo-
Brejo do Cruz	01	+ 200	+ 200	Março	cal. Comércio local .
Cajazeiras	01	100	100	Janeiro	Comércio Local. Comér-
Condado	01	500	500	Março	cio local. Feira-livre,
Coremas	01	500	500	Janeiro	Comercio local. Mater-
Emas	01	200	200	Março	nidade pública.Comércio
Pocinhos	01	?	?	Janeiro	local. Armazéns de Ce-
Pombal	02	+ 500	+ 500	Janeiro	reais,Mercearias,Feira
São Vicente do Seridó:	01	300	300	Janeiro	-livre.Feira-livre e
					Comércio local.

FONTES: Diário da Borborema (1979/1983), Jornal da Paraíba (1980/1981), Atas da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba (1981/1982).

TABELA 6

SERTÃO PARAIBANO

INVASÕES E SAQUES OCORRIDOS EM CINCO ANOS DE SECA - 1979/1983

A N O	Nº		MÉDIA SAQUEADORES POR SAQUE	%		CIDADES		M É D I A	
	SAQUES	SAQUEADORES		SAQUES	SAQUE- ADORES	Nº	%	SAQUES POR CIDADE	SAQUEADORES POR CIDADES
TOTAL . . . 05	67	47.190	704	100,0	100,0	50	100,0	1,3	944
1979	04	10.000	2.500	5,9	21,2	03	6,0	1,3	3.333
1980	11	4.900	445	16,4	10,3	08	16,0	1,4	612
1981	11	9.660	878	16,4	20,5	10	20,0	1,1	966
1982	29	20.330	701	43,2	43,1	18	36,0	1,6	1.129
1983	12	+2.300	192	18,0	5,0	11	22,0	1,1	210

FONTES: Diário da Borborema (1979/1983), Jornal da Paraíba (1980/1981), Atas da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba (1981/1982).

TABELA 7

PRINCIPAIS CIDADES INVADIDAS E SAQUEADAS EM CINCO ANOS DE SECA - 1979/1983

SERTÃO PARAIBANO

C I D A D E S	Nº		MÉDIA	%		
	SAQUES (Nº)	SAQUEADORES (Nº)	SAQUEADORES POR SAQUE	SAQUES (Nº)	SAQUEADORES (Nº)	
T O T A L :	50	67	47.190	704	100,0	100,0
Cajazeiras	06	06	2.000	333	9,0	4,2
Pombal	05	05	4.500	900	7,5	9,5
Uiraúna	05	05	5.000	1.000	7,5	10,5
Itaporanga	04	04	5.000	1.250	6,0	10,6
Sousa	04	04	650	162	6,0	1,4
Catolé do Rocha	04	04	9.400	2.350	6,0	20,0
Brejo do Cruz	03	03	+ 800	267	4,5	1,7
Princesa Isabel	02	02	+ 800	400	3,0	1,4
Monteiro	02	02	6.600	3.300	3,0	14,0
Bonito de Santa Fé	01	01	5.000	5.000	1,5	10,6
Coremas	01	01	350	350	1,5	0,7
Ibiara	02	02	2.000	1.000	3,0	4,2
São Sebastião do Tigre	01	01	2.500	2.500	1,5	5,3
T o t a l :	13	40	44.600	-	60,0	94,5

FONTES: Diário da Borborema (1979/1983), Jornal da Paraíba (1980/1981), Atas da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba (1981/1982).

rais, que ali fluem para adquirirem os meios necessários à sua sobrevivência, é também um dos momentos em que os camponeses se defrontam com os preços das mercadorias, questionam a inflação galopante, a falta de dinheiro para os trabalhadores sertanejos, e criticam a política econômica do Governo Federal. As feiras semanais são momentos oportunos para as populações pobres conversarem sobre a sua situação, sobre as condições de trabalho e de vida. Enfim, as feiras-livres são momentos de revolta, de articulação da luta do trabalhador rural nos períodos mais agudos e difíceis de sua vida; quando as ameaças de proletarização se tornam mais presentes.

Quando as feiras semanais estavam sob a vigilância intensiva e ostensiva do contingente policial local, os motins por alimentos e trabalho eram articuladas numa das entradas da cidade, geralmente em lugares estratégicos onde os trabalhadores transitavam com maior frequência; em "botecos", lugar este que paravam para tomar uma "bicada" (e esquentar os ânimos!, evidentemente) ou para fazer a feira, em "latadas" onde amarravam os animais que lhes serviam de transporte, ou então na periferia e paragens de veículos que transportavam em maior número os habitantes da zona rural.

Os saques eram, também, articulados e planejados nos locais de trabalho ou nas fazendas. Quando a vigilância se tornava severa nas cidades ameaçadas de invasão, os camponeses chegavam a se encontrar nas imediações de uma fazenda no intuito de articular os motins. Os lugares mais indicados e estratégicos eram os pontos de encruzilhada, local estes que polarizavam o trânsito de trabalhadores rurais que afluíam as cidades nos dias de feira semanal.

Não existia um lugar determinado (sindicato, sede de partido político, salões de igreja etc.) para os camponeses se articularem, planejarem os motins. Daí o pânico

provocado no seio das elites dominantes, uma vez que tornava-se difícil conter os saques, de prever a ação dos saqueadores. Os saques eram organizados nos lugares em que os trabalhadores ser tanejos conviviam cotidianamente, nos locais onde necessariamente frequentavam, e com os quais se identificam, porque nestes a chamavam estar mais próximos de seu mundo, de seus desejos, de su as idéias, enfim, de seus interesses.

A maioria dos saques registrados foram realizados por homens. Por sua vez, houve uma participação efetiva e bastante destacada da população feminina rural e urbana acompanhada de crianças. Em certos casos os motins foram li derados por um número determinado de agentes cuja maioria foi constituída de mulheres. A participação das mulheres nos mo tins deve-se, talvez, a uma preocupação na "esfera tradicional", isto é, à manutenção do lar e ao bem estar familiar. Mas serve para desmentir a idéia da fragilidade feminina, a idéia de sua acomodação e desinteresse em lutar pela garantia dos direitos ' sociais.

Em alguns saques os camponeses foram apoiados por cidadãos pobres e por políticos locais da oposição. Mesmo assim, os motins por alimentos e trabalho nasciam principalmente das condições hostís em que se encontrava o homem do campo. Entretanto, a maioria dos saqueadores envolvidos nos sa ques eram da zona rural, situados entre as categorias dos moradores parceiros, rendeiros, assalariados permanentes e temporários, diaristas, pequenos proprietários e desempregados.

Não sendo imaginados como uma manifestação da luta de classes, os saques ("esses tristes acontecimentos") são considerados, pelas elites dominantes, situações que poderiam gerar conseqüências drásticas para toda a sociedade ; consideravam estas lutas como uma situação que poderia gerar "conseqüências imprevisíveis". Imaginavam e defendiam serem es sas conseqüências uma ameaça não para as classes que exerciam a

dominação, mas para o conjunto da sociedade. Era necessário , portanto, ocultar e impedir que essas conseqüências fossem uma ameaça à classe dominante, tornando os motins por subsistência uma situação negativa que devia ser contida, já que apresentava um perigo, uma "grave ameaça" à sociedade constituída.

Surgidos abruptamente, inesperadamente, os saques ocorridos nesta seca deixaram as elites dominantes da Paraíba inseguras, mas em estado de alerta. De repente o pânico tomou conta das autoridades e dos órgãos governamentais. Por tanto, como combater as "desordens", "as badernas", "os atentados contra a ordem pública"? como impedir que a ordem social fosse perturbada? eis uma das questões que as elites dominantes do Estado da Paraíba se preocuparam e se empenharam em responder durante "a grande seca de 1979/83".

No mês de abril de 1979 um dos parlamentares paraibano apresentava requerimento solicitando segurança para a área da micro-região de Catolé do Rocha. Neste requerimento enviado para o então Secretário de Segurança Pública do Estado, o Deputado solicitava providências para "a manutenção" da ordem pública "em Catolé do Rocha e cidades circunvizinhas". A proposição apelava para o Secretário de Segurança no sentido de que fosse adotada "enérgicas providências com o reforço policial" naqueles municípios, "tendo em vista as grandes aglomerações ali verificadas", de flagelados que buscavam alimentos, verificando-se "a ação inescrupulosa de elementos desordeiros" que gritando "impropérios contra as autordades constituídas" lideravam "os movimentos de perturbação da ordem pública" com a ocorrência de saques e "desordens generalizadas". Solicitava portanto "a abertura de rigoroso inquérito policial sobre o atentado à ordem pública, indigitando os agressores e punindo-os como medida preventiva de novos atentados".¹⁰

Para os políticos municipais e estadual

era fundamental manter a paz para assegurar o progresso. Identificavam a ordem pública à paz e à harmonia social. Sem tranquilidade e harmonia social não haveria prosperidade no sertão paraibano. Para as elites dominantes era necessário combater as "desordens" preservar a conciliação social, para isso os meios deviam atingir os fins.

Convictos de que a sociedade estava sob ameaça, devia-se evitar que esta fosse agredida; que a ordem constituída fosse subvertida ou transgredida por líderes responsáveis pela organização dos saques, porque sendo perigosos, inimigos da "paz social" deviam ser "punidos como medida preventiva de novos atentados" que viessem realizar. Num dia de julho de 1982, a cidade de Itaporanga esteve sob o clima de apreensão. O destacamento policial local, avisada com antecendência, dispondo de um efetivo de 18 homens que patrulhava a feira-livre, reprimiu uma tentativa de saque, fazendo duas prisões. A polícia disse que:

"A invasão foi evitada com a prisão de duas pessoas sobre as quais recai a suspeita de haver preparado o saque. Tão logo foram presos, um grupo de agricultores, que começava a se avolumar na periferia da cidade, dispersou-se".¹¹

Colocando-se na condição de vítimas, as elites dominantes buscavam situar os saqueadores no lado oposto da sociedade, fazendo de quem saqueava um indivíduo pernicioso para os que vivem em sociedade e anseiam pela tranquilidade social. As imagens de intranquilidade social, "desordens", "invasores", "perturbador", e as ameaças de prisão deviam ser difundidas para que o sertanejo pobre incorporasse a idéia de paz, harmonia e sossego social, tornando-se um dócil às leis que ser

viam para mantê-los sob o controle, a dominação, e subordinados politicamente. Com estas imagens os dominantes conseguiam, de certa forma, paralisar a ação dos trabalhadores e desfazer os motins que articulavam.

Representando uma ameaça para quem, saqueava, a prisão funcionava como um dos mecanismos intimidatórios que moldava os trabalhadores rurais como agressor, elemento desordeiro que perturbava a ordem pública. O ato de prender representa o momento em que o poder de Estado aparece como sendo, no discurso das elites, "o poder" acima das classes sociais, como a instituição que organiza a sociedade. No dia 09 de março de 1981 cerca de 500 flagelados invadiram a cidade de São José de Piranhas. A polícia local e mais 20 soldados da CIESE conseguiram, com muitos esforços, deter o grupo faminto, quando este já encaminhava para o açougue público, provocando o pânico entre os marchantes, que trataram de cerrar as portas de seus estabelecimentos comerciais. A polícia prendeu um dos líderes do grupo, Jesus de Tal, e o acusou de "perturbar a ordem pública". Os flagelados foram, então, levados para fora da cidade, onde receberam alimentos distribuídos pelo aflito prefeito Luiz Alberto de Paiva. ¹²

Sempre que se referiam aos saques, aos saqueadores, os governantes paraibanos deixam entrever o medo que era sinal de sua impotência diante dos acontecimentos e das contradições sociais. Quando se referiam às lideranças, consideravam-nas uma grave ameaça às autoridades constituídas porque tinham interesses ideológicos para "insuflar" os camponeses contra os comerciantes e os prefeitos locais. A caça aos líderes organizadores dos saques era uma das primeiras providências pela polícia juntamente com os políticos locais, daí as prisões efetuadas no instante em que os saques ocorriam.

Em 1980 a Paraíba, mais especialmente as áreas semi-áridas deste Estado, estava vivendo sob "o clima de insegurança", segundo o discurso das elites dominantes. Temerosas, em pânico com os motins ocorridos no ano anterior, a Se-

cretaria de Segurança Pública armou um "esquema de represália" aos trabalhadores rurais do sertão paraibano, para assegurar a ordem nas cidades. O Governo do Estado encarregou a Polícia Militar da responsabilidade de exercer uma vigilância intensiva, ameaçando punir os que tentassem fugir das normas estabelecidas. 1980 foi um ano em que os trabalhadores sertanejos ficaram sujeitos a uma severa vigilância policial. Os lugares mais vigiados eram aqueles em que se registravam maiores ocorrências de saques, às feiras-livres.

Sendo um lugar de indisciplina, onde há revoltas nos períodos de seca, as feiras-livres realizadas semanalmente eram um dos pontos detectados pela polícia como local estrategicamente perigoso, responsável pelo desencadeamento dos saques que ocorriam nas cidades sertanejas. As feiras camponesas eram lugares privilegiados que a polícia selecionava para vigiar, controlar, armar esquemas de atuação contra as possíveis tentativas de invasão aos estabelecimentos comerciais.

Através da vigilância, a polícia visava impedir as aglomerações, conter a emergência de ações nefastas, perigosas, de atos subversivos; visava controlar o deslocamento dos indivíduos, o encontro confuso de estranhos. Nos dias de feira a polícia vigiava, cercava o camponês em todos os momentos, até os mais íntimos e corriqueiros. Nenhum lugar era desprezado pela polícia. A vigilância ostensiva fazia todos se olharem, se espiarem, se separarem, se controlarem. Todos deviam se esconder...e fugir! Essa vigilância devia disciplinar, tornar os trabalhadores sertanejos incapazes de qualquer ação contra o comércio local, contra as autoridades.

Cajazeiras, um dos principais centros urbanos da Paraíba, durante o ano de 1980 esteve sob sérias ameaças de saques. A feira-livre desta cidade, uma das maiores do Estado, chegou mesmo a ser saqueada pelos camponeses sem terra e trabalho. Portanto, com medo dos famintos

"As corporações de polícia estão armando esquemas a fim de atuarem hoje, sábado, nas feiras-livres das cidades tidas como ponto de atenção dos flagelados, em consequência da seca que vem castigando impiedosamente as plantações, que encontra-se perdidas em quase toda a sua totalidade.

A feira-livre de Cajazeiras, uma das maiores do Estado, está merecendo maior atenção das autoridades. Para tanto a Secretaria de Segurança determinou uma severa vigilância na feira-livre de Cajazeiras, com a determinação de promoverem a vigilância ostensiva e preventiva, não permitindo grandes concentrações. Aquelas pessoas que estiverem em grandes grupos serão advertidas. Um grande contingente da I CIESE* estacionada em cajazeiras permanecerá em estado de prontidão durante todo dia para reprimir as possíveis invasões que possam vir ocorrer hoje.

Há um temor generalizado no seio dos comerciantes, que mesmo tendo que vender os produtos para a sua alimentação se sentem ameaçados de saques por parte dos flagelados que padecem com a falta de alimentos". 13

Apesar da intensa vigilância adotada pelos policiais, no dia 17 de maio de 1980 os trabalhadores do município de Cajazeiras, concentrados em pequenos grupos, saquearam em locais diferenciados os estabelecimentos comerciais daquela cidade sertaneja. Para fugir da vigilância policial os camponeses organizados em pequenos grupos saquearam diversos pontos do comércio local. O plano visou paralisar a ação da polícia, tornando-a incapaz de reprimir os saques, todos ocorridos em horários e lugares diferenciados.

"Mais uma vez a cidade de Cajazeiras foi abalada com a invasão de flagelados. Ontem durante todo o dia aconteceram fatos esporádicos (sic) com pequenos saques nos estabelecimentos comerciais apesar da intensa vigilância adotada pelas autoridades policiais da CIDSE que estão em estado de prontidão a quase um mês prevendo invasões tanto em Cajazeiras como nas localidades por elas guarnecidas.

A situação que já está praticamente insustentável se agravou na tarde de ontem com a chegada de mais de 200 homens, e o Secretário José Hildemar Pires, sem maiores possibilidades de contornar o problema chamou a polícia para manter a ordem e para ajudar no alistamento dos agricultores." 14

Foi no decorrer de 1980 que houve uma maior repressão aos trabalhadores rurais em luta no período da

seca. Daí ter havido, naquele ano, a menor taxa de participação dos camponeses nos saques ocorridos. Uma das estratégias adotadas para se evitar motins nas cidades baseou-se na demonstração de força feita pela Polícia Militar.

Com um aparato bélico estruturado, o poder de repressão da Polícia Militar procurava intimidar as populações das zonas rural e urbanas, provocando temor e medo. Para preservar-se enquanto tal, em determinados momentos de conflitos, dissensão, o poder de Estado necessita mostrar sua força na perspectiva de enfraquecer qualquer ação de um contrapoder a meaçador, estruturado na força do número e da união.

Achando não ser a medida mais inteligente e hábil para conter os "riscos de uma convulsão social", em maio de 1980 um Deputado opositor protestava contra a vigilância, contra o esquema repressivo, adotado em Patos e nas cidades circunvizinhas para enfrentar os trabalhadores que "apenas reivindicavam alimentos e trabalho" para aquela região.

"... Numa acintosa demonstração de força brutal contra supostas ameaças de famintos, cerca de cem soldados, de fuzís e metralhadoras em punho, ocupavam o mercado da cidade de Patos e isso vai se registrando em outros locais. Há possibilidade de concentração de flagelados.

... Não é com aparato bélico e intimidativo dessa natureza que se resolve o drama da miséria que neste trágico momento, está sacudindo as populações sertanejas desabrigadas da Paraíba. An

tes poderá resultar em lamentáveis conflitos com evidentes sacrifícios ainda mais para as multidões de pobres que apenas pedem, na angústia de seus deseseperos, alimentos e trabalhos." 15

Encontrando dificuldades para manterem uma vigilância intensiva, alguns prefeitos locais tiveram que suspender, "como medida de segurança", as feiras-livres realizadas semanalmente em suas cidades. Suspendiam porque sabiam que elas representavam o espaço tradicional da emergência dos motins por subsistência. Em maio de 1980 o prefeito de Catolé do Rocha suspendeu uma das feiras-livres que seria realizada numa semana daquele mês, "temendo a ameaça de saques pelos flagelados famintos". 16

Nesse mesmo ano (1980), a Secretaria de Segurança Pública articulou uma estratégia de atuação militar para as áreas sertanejas. A finalidade crucial voltava-se, de acordo com o discurso das elites dominantes, para proteger as cidades dos "assaltos" pelos agricultores. Os contingentes policiais de Patos, cidade que atuou como polo de segurança no alto 'sertão paraibano, encarregou-se de vigiar as cidades de sua "área de jurisdição" para proteger os comerciantes de possíveis '"ataques" aos seus estabelecimentos comerciais.

"O Terceiro Batalhão de Polícia Militar sediado em Patos começou desde a última sexta-feira a tomar providências distribuindo reforços policiais para todas as áreas de jurisdição. Assim a Polícia 'pretende proteger os comerciantes dos possíveis ataques". 17

Outra das estratégias de segurança adotadas foi a campanha de desarmamento geral lançada pelo Governo Estadual de 1980. Logo às primeiras horas da manhã, a polícia de proteção formava piquetes nas entradas das cidades, revistando "indistintamente" a quem se dirigia às feiras semanais. Durante as operações que a polícia determinava de "desarmamento geral", foram a prendidos até instrumentos agrícolas - foices e machados - que al guns feirantes destinavam à comercialização. Devia-se diminuir os riscos de um conflito armado entre comerciantes e trabalhadores rurais, a exemplo do que ocorrera no ano anterior quando uma mul tidão invadiu as ruas de Catolé do Rocha com os instrumentos de trabalho em mãos clamando das autoridades soluções paliativas para a situação do homem do campo daquela região.

As contradições presentes no discurso das elites dominantes e nas próprias argumentações dos seus discursantes, le va-nos a compreender que não existe um discurso monolítico, uniforme, fechado em sí mesmo. Nem tampouco acreditamos que existe um discurso plenamente determinante ou dominante. A prática discursiva é dinâmica porque funciona e atua de acordo com as circunstâncias e interesses momentâneos. Depois que uma multidão de 1.200 homens invadiu as ruas de Catolé do Rocha em abril de 1979, o Deputado Américo Maia enviou requerimento ao Governo do Estado solicitando medidas de segurança como o reforço policial para aquela área sertaneja. Em março de 1980 este mesmo deputado chegou a enfatizar "que a ação ostensiva da polícia, em desarmar indiscriminadamente a população" criava "um clima de medo" aos que freqüentavam a feira semanal daquela cidade.¹⁸ Terá sido is to arrependimento ou complacência pelos habitantes da micro-região de Catolé do Rocha? Vejamos! No dia 13 de maio de 1981, em pro nunciamento na Assembléia Legislativa do Estado, o Deputado Estadual Américo Maia afirmava que "o clima de insegurança está se a poderando de todo o Estado desde as cidades até a zona rural". As severava ainda, que o governador do Estado devia estar atento para estas denúncias. Apresentando um outro requerimento, Américo Maia solicitava do Governo Estadual "medidas urgentes para a re-

pressão à criminalidade da região de Catolé do Rocha", "medidas coercitivas contra os infratores". Segundo ele, estes crimes que deviam severamente serem punidos eram os "crimes de latrocínios", como roubos de animais e utensílios domésticos, veículos estacionados nas portas dos proprietários, etc.¹⁹

Pois bem, se em 1980 o Governo do Estado "atendia" o pedido do Deputado Américo Maia, feito no ano anterior, foi após o seu pedido ser atendido que ele apresentou contra as medidas de segurança adotadas e por ele mesmo solicitadas. Em 1981 ele solicitava as mesmas providências reivindicadas em 1979.

Em função dos acontecimentos do ano anterior, no ano de 1980 o Governo do Estado lançava a "Campanha de desarmamento geral". Segundo a Secretaria de Segurança Pública do Estado da Paraíba, a campanha tinha como objetivo preservar a sociedade "ordeira" sempre "como tem sido (...) em favor da tranquilidade de todos". Ideologicamente as autoridades passavam para o imaginário social a imagem de que aquele era um momento perigoso para todos, a sociedade devia se conscientizar que aquela situação era de união entre povo e governo, pois somente assim a paz poderia existir. Mesmo com a "ação ostensiva da polícia" contra o povo este era chamado à desarmar-se por si mesmo, já que no discurso dos dominantes a ameaça "dos crimes mais bárbaros" pairavam sobre todos sem distinção de classe.

"Esperamos, tão somente, que a população do Estado, tão ordeira como tem sido, colabore nessa campanha do Governo; Dê as mãos e ofereça o seu apoio para que o êxito seja obtido representando, dessa maneira, uma união de esforços de Governo e Povo em favor da tranquilidade de todos.

È necessário que todos se conscientizem da realidade do momento e passe a apoiar a campanha "desarme-se" lançada pelo Secretário de Segurança Pública, pois só assim, poderemos no futuro cantar os loiros (sic) de uma melhoria que virá beneficiar a todos e nos livrar dos crimes mais bárbaros".²⁰

Não somente a polícia estava armada para defender os comerciantes dos saques e enfrentar os trabalhadores famintos, os próprios comerciantes se auto-defendiam; armavam-se para enfrentar os camponeses. Em março de 1981 a cidade de Bonito de Santa Fé foi abalada por uma multidão de 5 mil flagelados, que organizados em grupos e aos gritos saquearam o comércio, expulsando o prefeito da cidade que não havia tomado providências que pudessem atendê-los. Pressionado, com medo de morrer, de ser desmoralizado publicamente e perder o prestígio, o prefeito daquela cidade saiu às pressas para a sede do poder estadual em busca de socorro.

"O prefeito de Bonito de Santa Fé, Tiburtino de Almeida, do PDS, temendo ser ferido, abandonou a cidade logo que a mesma começou a ser invadida por cinco mil flagelados que chegaram em grupos, procedentes das cidades vizinhas, e até mesmo do Ceará e aos gritos começaram a saquear a cidade.

O prefeito de Bonito de Santa Fé, que fugiu para João Pessoa, onde ontem estava para cobrar providências do Govern

no, disse que autorizou o Vice-prefeito a fornecer gêneros alimentícios aos flagelados, mas reconhece que os recursos disponíveis são insuficientes.

Nós estamos diante de fatos reais que exigem providências enérgicas do Governo, sob pena de surgir uma convulsão social sem precedentes no interior. Disse o Deputado José Lacerda".²¹

Em agosto de 1982 quinhentos trabalhadores famintos invadiram a cidade de Cajazeiras e saquearam a feira-livre, de onde levaram grande quantidade de alimentos. Para enfrentar a multidão, numa atitude "desesperadora" (ou num gesto heróico), um dos vendedores ambulantes, reagiu, puxou uma faca, porém foi desarmado e apanhou bastante dos flagelados.

Em janeiro de 1983 em Coremas, cidade que tem maior reservatório d'água do Estado (um dos maiores do Nordeste), um grupo de moradores se preparou para enfrentar, com armas, centenas de agricultores "atingidos pela seca" que, acompanhados de mulheres e filhos, acercaram-se da cidade em busca de comida e emprego. Imediatamente os comerciantes locais trataram de esconder seus estoques "temendo a iminência de saques". Informado da possibilidade de um "choque armado" entre moradores de Coremas e camponeses famintos, o Governo do Estado mandou emissários à cidade com a "missão de desarmar os espíritos". Segundo o Governador o grupo armado era formado pelos "habitantes mais graduados da cidade". Tão logo informado, o Governo Estadual mandou um "recado curto": "fome não se combate com armas".²²

Embora sejam casos particulares e loca-

lizados, parecendo até não ser importante analisá-los, algo está por trás destes fatos, valendo a pena, por isso, considerá-los. Gostaríamos de analisar o caráter relacional dos personagens envolvidos nos acontecimentos, cada qual posicionado num grupo sócio-econômico definido.

Antes porém, chamaremos a atenção para o fato de que as ações repressivas nunca representaram as estratégias mais acertadas e únicas para conter as "multidões enfurecidas".

De fato, considerar o uso da repressão como única ou a principal estratégia para conter os trabalhadores rurais famintos, impedir os motins, os saques, é um puro engano. Consideramos esta afirmação um extremo equívoco. As elites dominantes se dividiam em relação as estratégias de controle para fazer barrar a ação dos amotinados.

A polícia, instituição disciplinar e repressiva, em muitos casos foi encarregada de apoiar as estratégias de controle clientelístico. Nestes casos, ela foi aconselhada "a agir com moderação", a evitar o conflito direto. Entretanto, embora demonstrassem medo (tanto os policiais como políticos locais), achamos que três aspectos devem ser considerados em relação a este fato: primeiro, porque alguns que assim imaginavam desejavam uma polícia moderna que soubesse evitar o conflito e a violência, que tivesse capacidade de estabelecer a paz social; em segundo lugar, porque pretendiam criar uma imagem positiva da polícia enquanto instituição do Estado. E em terceiro lugar porque tornava-se mais fácil "diminuir a extensão do saque" fazendo a polícia intervir de forma "racional". Podemos citar um exemplo em dois motins por alimentos ocorridos na cidade de Itaporanga no dia 13 de agosto de 1982. O primeiro saque, que foi contra os depósitos da CIBRAZEM, os funcionários foram incapazes de impedir que os trabalhadores famintos levassem tudo. Não satisfeitos com o saque inicial, que não

deu para atender às necessidades de seus familiares, os flagelados partiram, meia hora depois, para o mercado público da cidade, na avenida Getúlio Vargas. Era dia de feira e foram atacadas, sem possibilidades de defesa, as barracas de todos os feirantes. Contudo, em ambos os saques

"A polícia foi aconselhada a não intervir, sob pena de piorar o conflito, já que os camponeses famintos, estavam dispostos a tudo para assegurar a alimentação de seus filhos e mulheres. A própria polícia resolveu colaborar com os flagelados, por sugestão de políticos locais, e passou a pedir alimentos aos comerciantes, a fim de que, fornecendo-os aos camponeses pudessem diminuir a extensão do saque."²³

A relação estabelecida entre os atores destes acontecimentos (narrados neste parte do trabalho) é uma relação de poder. A reação dos comerciantes aos flagelados, destes com as autoridades locais e comerciantes nos leva ao encontro de uma posição que entende não ser o poder uma coisa que se detém, situado do lado de uns contra outros. Aliás, a imagem de que uns têm o poder, outros não, faz parte de uma pedagogia totalitária universal que preserva a dominação da maioria pela minoria, minoria esta que se considera a única capaz de compreender, de desvendar os mistérios, de dirigir o Estado como único instrumento dotado de poder; como o único caminho para a transformação social, para estabelecimento da justiça, da democracia e da igualdade social.

O poder não é uma coisa que determina, que está de fora das relações sociais, econômicas e políticas. Não é uma propriedade ou algo que se detém hoje e amanhã não.

O poder é uma relação social constituída historicamente; é uma relação efetivada, exercida e produzida cotidianamente nas práticas, nos conflitos sociais.²⁴

Para silenciar os trabalhadores rurais do sertão paraibano, as elites dominantes faziam aqueles acreditarem que o poder estava com as autoridades constituídas, que em nome do interesse geral trabalhavam pela "tranqüilidades de todos", pelo bem-estar social, cabendo aos governados o dever da cidadania, da obediência, do cumprimento das regras estabelecidas por Leis que preservavam as desigualdades sociais, garantiam práticas de dominação. Quer fossem estas repressivas ou clientelísticas.

"FOME NÃO SE COMBATE COM ARMAS"

Antes que as providências do Governo Federal e Estadual chegassem para "minorar o sofrimento do trabalhador rural" e "conter a onda dos saques", os governantes locais decretavam medidas próprias a fim de que, conseguindo alimentos, pudessem "acalmar" as "multidões desesperadas".

Além da distribuição de alimentos, as elites dominantes distribuía^m dinheiro com os flagelados da seca. Esta era uma estratégia clientelística adotada no momento em que os agricultores se concentravam em frente das prefeituras ameaçando as cidades de saques.

Nestes momentos era comum os prefeitos municipais decretarem estado de calamidade pública para abrirem créditos financeiros que pudessem ser distribuídos com os "casacos" da seca. O estado de calamidade pública legitimava a situação, assim como os acontecimentos legitimavam os atos da administração, permitindo a aquisição de recursos extra-orçamentários, além da utilização dos recursos já existentes, para atividades especificamente planejadas pelo poder municipal.

Distribuindo dinheiro a uma parte dos flagelados a administração conseguia dividir os trabalhadores, construindo uma aparência legítima e positiva das ações do governo local para com os habitantes do município. Podemos apresentar como exemplo um saque ocorrido na cidade de Pombal em maio de 1980, quando uma "turba" composta por cerca de mil agricultores famintos invadiram as ruas desta cidade e obrigaram o

prefeito local decretar estado de calamidade pública, através do qual foi possível distribuir dinheiro com os flagelados.

"Cerca de mil flagelados invadiram a cidade de Pombal, provocando inúmeros problemas junto a população e aos comerciantes temerosos de terem os seus estabelecimentos saqueados pela turba de agricultores famintos que, a todo custo procuravam alimento para as suas famílias e a si próprios. O prefeito Paulo Pereira resolveu, em decorrência da invasão decretar estado de calamidade pública em seu município abrindo de imediato um crédito de Cr\$ 200 mil cruzeiros, importância esta que foi distribuída com os cassacos".²⁵

Ideologicamente as elites dominantes da Paraíba criaram a ilusão, a necessidade da solidariedade e harmonia social, tentando convencer que aquele momento carecia de uma sólida união de classes, capaz de vencer as dificuldades determinadas pelos caprichos da natureza, que intimava o homem do campo à miséria, à revolta.

Como eles próprios colocavam, "é chegado o momento de uma mobilização geral de todas as lideranças da região, sem discriminações de partidos políticos, de classes organizadas (...) a fim de conter os possíveis flagelados", "pois o homem com fome é capaz de tudo", "...é capaz de enfrentar até armas". Segundo os deputados Estaduais da Paraíba, a todo custo devia-se evitar o "choque armado" entre autoridades, camponeses e polícia; conter as aglomerações de trabalhadores famintos nas cidades.

Numa manhã de abril de 1979 uma multidão de oito mil pessoas estevenas ruas de Catolé do Rocha reivindicando das autoridades alimentos e trabalho para a população pobre daquela área. De repente a cidade passou a viver momentos de "apreensão e expectativa" pois com instrumentos de trabalho em punho ameaçavam saquear a cidade. Constatando as intensões dos camponeses, os políticos locais adotaram três estratégias para dividi-los, tornando impossível a efetivação do saque. Quando este se tornou uma realidade emergente, as autoridades imediatamente buscaram o apoio de classe dos comerciantes e proprietários de terra, objetivando distribuir alimentos com uma parte dos flagelados, enquanto a grande maioria aguardava que promessas fossem cumpridas pelas autoridades competentes. Outra parcela dos camponeses foi empregada em propriedades rurais para trabalhar na conservação de ^{CERCAS} secas e de outras benfeitorias.²⁶

Num saque ocorrido em maio de 1981 na cidade de Pombal,²⁷ mais de dois mil "flagelados da seca" arrombaram e saquearam o carro volante da Companhia Brasileira de Alimentos - COBAL, levando todo o estoque existente no veículo. Ao sentirem a presença dos flagelados - homens, mulheres e crianças - os funcionários da COBAL fecharam o carro volante com cadeados e trataram logo de sair do local. Mesmo assim, os homens, famintos, arrancaram a porta de ferro do veículo, promovendo o saque. Um funcionário saiu ferido com uma pancada na cabeça. Depois de haver tentado saquear a Cooperativa Agrícola Mista de Pombal e a CIDAGRO, a multidão se deslocou para a Prefeitura Municipal com o objetivo de invadir o prédio, exigindo alimentos. A tentativa de invasão foi contornada por secretários e funcionários da prefeitura, que há tempo, conseguiram que os flagelados se concentrassem na praça principal daquela cidade sertaneja, sob a argumentação de que iriam providenciar alimentos.

A praça, lugar espaçoso e aberto, foi um dos pontos escolhidos para "acalmar" os trabalhadores e suas fa-

mílias, fazendo-os esperar que alguma providência amenizassem a situação. O objetivo dessa estratégia foi o de mantê-los afastados das casas comerciais, do mercado público e da própria prefeitura. Mesmo assim, "o clima de tensão ainda perdurava".

O III Batalhão de Polícia Militar, com sede em Patos, enviou um reforço policial para conter os flagelados, "e impedir distúrbios maiores". A solução imediata encontrada foi a aquisição de alimentos junto ao comércio da cidade, que contribuiu temendo que os flagelados invadissem também seus estabelecimentos comerciais, que permaneceram fechados por todo o dia.

Em agosto de 1982 a cidade de Uiraúna foi alvo de cinco ataques de agricultores famintos. Num desses "ataques" a polícia serviu para intimidar e disciplinar os agricultores, porém foi aconselhada a não intervir "a fim de evitar choques desnecessários". Além de considerarem perigoso um conflito de proporção desastrosa, não podemos esquecer que aquele era um ano eleitoral. A forma de enfrentamento influenciaria o resultado das eleições de 15 de novembro. Por isso, todo cuidado devia ser pouco. Mesmo assim, por serem considerados indivíduos de "maus costumes", de "maus comportamentos", a presença dos agricultores aglomerados na cidade incomodava ao prefeito, aos comerciantes, à polícia, e à própria população; criava um mal estar, um clima de instabilidade, de insegurança. Por isso, esforçavam-se por soluções imediatas que evitasse aglomerações de camponeses na cidade. Neste saque a distribuição de alimentos serviu para que os flagelados se retirassem da zona urbana.

"Cerca de mil e quinhentos agricultores, oriundos da zona rural de Uiraúna, invadiram ontem a sede deste município do interior da Paraíba, no quinto ataque à cidade em apenas dois meses. Vítimas pela estiagem que se abate lon

gamente sobre este município sertanejo, os flagelados assustaram a população, em vista de seu grande número, mas não se registraram maiores ameaças à segurança pública.

O Prefeito de Uiraúna, Antônio Maurício de Aquino, juntamente com comerciantes e populares, conseguiu obter alimentos junto a população, a fim de que os flagelados pudessem se retirar sem o desencadeamento de um saque, que teria proporções perigosas. A polícia foi chamada às pressas mas recebeu o conselho de não intervir, a fim de evitar choques desnecessários. O prefeito já se comunicou com o Governo Estadual, pedindo o alistamento imediato desses necessitados." 28

As pressões que os trabalhadores rurais famintos exerciam sobre as cidades apontavam para as crescentes necessidades de se manter uma disciplina de trabalho e de vida tanto no campo como na cidade, em vista da seca que aparece como fator determinante dos problemas sociais.

"CÉREBRO DESOCUPADO É OFICINA DO DEMÔNIO"

"Não se explica inteiramente o poder quando se procura caracterizá-lo por sua função repressiva. O que lhe interessa basicamente não é expulsar os homens da vida social, impedir o exercício de suas atividades, e sim gerir a vida dos homens, controlá-los em suas ações para que seja possível e viável utilizá-los ao máximo, aproveitando suas potencialidades e utilizando o sistema de aperfeiçoamento gradual e contínuo de suas capacidades. Objetivo ao mesmo econômico e político: aumento do efeito de seu trabalho, isto é, tornar os homens força de trabalho dando-lhes uma atividade econômica máxima; diminuição de sua capacidade de revolta, de resistência, de luta, de insurreição contra as ordens do poder, neutralização dos efeitos de contra-poder, isto é, tornar os homens dóceis politicamente. Portanto, aumentar a utilidade econômica e diminuir os inconvenientes, os perigos políticos; aumentar a força econômica e diminuir a força política." ²⁹

Nesta parte do nosso trabalho procuramos nos aproximar das análises de Foucault no que diz respeito a relação entre o poder de Estado e os indivíduos sociais.

Partimos do pressuposto de que, frente aos conflitos sociais, o poder de Estado tem uma forma de atuação que não depende de uma inteligência dominante, mas da forma como os movimentos sociais - que tem uma dinâmica própria - enfrentam este poder e faz as suas reivindicações. Talvez o caráter assistencialista comumente atribuída ao Estado, pela forma como este enfrenta os conflitos, sejam motivo para que o considerem "atrasados". Pensar assim é não perceber que as práticas assistencialistas significam a forma que o Estado encontra nos indivíduos e nas lutas sociais para poder legitimar-se, e evitar os perigos políticos. As práticas assistencialistas não são uma dádiva do poder, mas uma das maneiras que a sociedade e as instituições do Estado encontram para sobreviverem enquanto tal. No momento da seca os trabalhadores famintos recorrem ao assistencialismo para continuar resistindo em seu espaço próprio. Isto acontece pela forma como os indivíduos estão integrados à sociedade. Portanto, o poder de Estado se vale das práticas assistencialistas não para destruir o indivíduo, excluí-los da vida social, mas para mantê-los integrados à sociedade, que na visão dos setores dominantes significa subordiná-los ao trabalho, às leis, às decisões políticas.

Sendo assim, durante a seca de 1979/83 o trabalho representou arma crucial para controlar os trabalhadores rurais sertanejos. O trabalho serviu para combater os inconvenientes provocados pelo "desespero dos homens famintos". Como veremos, o trabalho criado pelas "frentes de emergências" teve significados políticos, econômicos e ideológicos. Mas representou, também, uma forma dos trabalhadores enfrentarem os "maus tempos", as dificuldades, a ameaça de morte pela inanição.

Segundo os próprios trabalhadores rurais colocavam, as "frentes de trabalho" serviam para evitar a fome. No imaginário das elites dominantes as "frentes de serviços" era essenciais para, além de "minorar" a fome, combater a "vagabundagem", a "ociosidade"; evitar que os camponeses desocupados

promovessem "riscos de convulsões temerárias no seio das populações famintas, riscos de que eram sinais os saques" ocorridos.

As "frentes de trabalho" eram providenciados a nível municipal e estadual. Quando os municípios estavam sob ameaça de invasão ou sendo saqueados, os prefeitos locais, pressionados, alistavam os trabalhadores famintos por conta dos recursos da prefeitura, até quando a situação estivessem amenizadas, quando o Governo Estadual tomasse providências que "amparasse" as cidades sertanejas atingidas. Os alistados por conta dos recursos municipais ocupavam-se em serviços de limpeza pública nas cidades, em atividades nas propriedades particulares, etc. O trabalho era fundamental porque ausentava dos trabalhadores as energias perniciosas, as idéias perigosas, a ignorância nefasta, os "maus costumes", enfim, afastava os estímulos e os feitos da rebeldia. Vejamos um exemplo:

No dia 07 de maio de 1980, cerca de 150 agricultores residentes nos sítios Catolé e Almas do município de Cajazeiras invadiram o centro da cidade e se dirigiram até a prefeitura à procura de alimentos. De imediato o chefe do gabinete do Prefeito e o secretário de serviços públicos

"Tomaram as providências visando contornar a situação aflitiva a começar por serenar os ânimos dos mais exaltados...

Após as primeiras providências ficou definido que os atingidos seriam alistados para trabalharem na limpeza pública da cidade e beneficiados com uma certa quantia em dinheiro e alimentos. Os gêneros alimentícios serão logo entregues as famílias enquanto os trabalhadores permanecem dando expediente no setor da

limpeza pública do município.

O clima de expectativa continua, já que o número de flagelados aumenta assustadoramente, e a população faminta clama por alimento. Em suma, pode-se seguramente afirmar que em caso das autoridades competentes, em especial o Governo do Estado, não vierem adotar medidas concretas contra as consequências da longa estiagem, a cidade de Cajazeiras poderá ser saqueada nas próximas horas e os seus habitantes serão envolvidos num drama por demais cruciante com os flagelados travando uma verdadeira batalha com os comerciantes que não admitem por hipótese alguma verem seus estabelecimentos invadidos." 30

Nos momentos de rebeldias, as elites dominantes eram forçadas - mesmo que alegassem falta de verbas - a criar empregos públicos momentâneos para os camponeses famintos, a ocupá-los por algum tempo com trabalhos públicos. Com as "fontes de serviços" municipais, os flagelados permaneciam no mundo ao qual estavam confinados - no mundo do trabalho.

As "fontes de trabalho" criadas pelo poder público local funcionavam como recurso imediato capaz de conter os saques no instante em que eles ocorriam. Era assim porque o trabalho correspondia a uma das principais rei-

vindicações dos flagelados. sendo uma providência imediata, estas "frentes de trabalho" falhavam porque atraíam outras levadas de camponeses que se deslocavam em direção das cidades em busca de socorros. Nestas situações o Estado era chamado a intervir de forma direta com "medidas concretas" a fim de atendê-los e impedir suas ações. Criando trabalho para os agricultores, os prefeitos locais livravam-se das "ações perniciosas das mentes desocupadas."

"Aproximadamente trezentos flagelados, oriundos da zona rural, invadiram o centro de Sousa na manhã de ontem, postando-se em frente ao armazém do Prefeito daquela cidade, Sr. Sinval Gonçalves Ribeiro, solicitando providências para o problema social criado com a seca...

Vendo a que ponto poderá chegar o pânico existente entre os rurícolas o chefe do Executivo souzense, que ainda espera ajuda governamental, alistou duzentos flagelados por conta do município, que atuarão no serviço de limpeza, até a situação ficar atenuada.

Destacou o Secretário de Administração de Sousa, Sr. Doca Pereira, que o município não tem meios para absorver toda a mão de obra ociosa, e é provável que a situação se agravará, quando outros flagelados tomarem conhecimento de que os que invadiram a cidade ontem foram alistados em emprego no

município".³¹

Como vimos na citação anterior, as "frentes de trabalho" criadas pelo prefeito de Cajazeiras com os recursos da administração local, serviram para diminuir a extensão do motim, dividindo e desmobilizando os camponeses famintos. O número de saqueadores correspondia a trezentos (talvez mais), sendo atendida apenas uma quantia de duzentos trabalhadores flagelados. Isto não deixa dúvidas de que as "frentes de trabalho" funcionavam como estratégia de cooptação clientelística, política e de controle social.

Pelo discurso das elites dominantes, as frentes de trabalho reivindicadas pelos trabalhadores famintos serviam para combater a ociosidade, a desagregação familiar e o êxodo rural.

Estava presente neste discurso o trabalho como condição social para se evitar o desvio moral do homem do campo. Nesta visão trabalho e moralidade se fundem, se complementam como condições essenciais para a estabilidade, prosperidade econômica e social. As preocupações orientavam-se no sentido de moralizar o indivíduo pelo trabalho, tornando-o ordeiro, passivo, sob as justificativas de que com um trabalho "digno e honesto" a sociedade estaria livre dos impulsos diabólicos produzidos pelo "cérebro desocupado", dos efeitos nocivos da ociosidade, efeitos estes que colocavam os indivíduos pobres à margem do social porque produzia a revolta contra a sociedade.

O desejo de impedir "a degradação" do homem do campo, que este perdesse os estímulos para o hábito de trabalhar desviando-se moralmente, tornando-se um criminoso, um assaltante, "um revoltado contra a sociedade" vigente, visava controlá-lo, discipliná-lo pelo trabalho. A ociosidade, a imoralidade, a revolta, deviam ser combatidos porque representavam a negação da ordem social, a decadência, o caos social. Para os dominantes,

qualquer ação que se contrapusesse a uma situação determinada pelos interesses em jogo era considerada imoralidade, degradação, etc. Quem de qualquer forma resistisse às ameaças de proletarização, à perda de identidade social, consideravam um criminoso, um desordeiro, um assaltante. Afirmavam que através do trabalho tudo se resolveria já que a revolta não contribuía em nada.

"O trabalhador rural vive no limite de qualidade de vida, sem nenhum acesso, a um grau melhor para a sua sobrevivência. Encontra um caminho pela via do êxodo para as cidades. Alí refugiava-se nas favelas por não ter trabalho regular. O drama perdura, cresce em proporções maiores, o destino deste homem está marcado e tudo pode acontecer, até mesmo o desvio moral, o crime e a degradação. É um revoltado contra a sociedade, que não lhe ofereceu os meios e instrumentos para um trabalho digno e honesto".³²

Tendo uma função produtiva simbólica, que a destra, disciplina e coopta o trabalho - imaginado como "elemento de ordem, paz, e moralidade" - devia ser introjetado pelo trabalhador rural como meio de expressão da realização social. Cabia ao Governo, portanto, o dever de assegurar o envio de recursos que proporcionassem emprego ao homem pobre do campo para só assim "enfrentar as dificuldades" ou até mesmo chegar à realizar-se socialmente.

O trabalho representava a arma principal contra os inconvenientes da natureza, do "desespero do homem fa

minto". Trabalhando todos teriam condições, estariam armados, para enfrentar a seca, as imprevisibilidades das épocas futuras, garantindo, assim, a continuação da vida. No discurso das elites dominantes parecia até que os pobres do campo não trabalhavam, não era explorados pelo trabalho. Parecia mesmo que numa sociedade dividida em classes sociais o trabalho não significava elemento de exploração, de controle social, cultural, político e econômico. Como um vereador da cidade de Campina Grande afirmava, na época, o trabalho constitui uma função social voltada para o bem comum, para a realização social sem distinção de classe.

"O problema do homem do campo é falta de trabalho... O povo precisa precisa de trabalho para enfrentar as dificuldades... é preciso investir para saciar a fome e minorar o desespero do homem do campo, visando eliminar de uma vez por todas o grande mal da seca, dando assim trabalho ao nosso homem do campo e conseqüentemente dando estrutura para que enfrentemos as épocas adversas".³³

Imaginavam as "frentes de trabalho" como condição capaz de impedir que os trabalhadores rurais se afastassem de suas famílias, porque divorciados dos laços familiares perdiam o apego aos estímulos domésticos. Elas vão ser pensadas, inclusive, como condição eficaz, capaz de preservar coesa a família como centro de reprodução das relações de poder. Nesta alteração de significação marginária podemos perceber que os governantes tentavam dar, em função da experiência dos anos anteriores, um sentido mais "racional" às "frentes de trabalho" não meramente como uma providência de caráter paliativo, mais como uma estratégia de controle social. De fato, em 1982 numa das sessões ordinárias da Assembléia Legislativa Estadual, um dos depu-

tados Paraibano afirmava que "a grande conquista das frentes de trabalho, foi quando se evitou afastar os trabalhadores de suas famílias".³⁴

No discurso dos grupos dominantes havia um interesse para corrigir a desagregação familiar como causa da perda de identidade social, da proletarização dos habitantes da zona rural, uma vez que, com a saída dos chefes de família em demanda ao sul do país, ficavam seus familiares sem amparo, sem trabalho, sedentos para sobreviverem às dificuldades, representando uma ameaça à ordem social, porque a ociosidade, a proletarização etc., significavam um estado preparatório que levavam os indivíduos ao crime, à degradação, à perversidade. Por isso, a família nuclear - núcleo disciplinar, base de reprodução das relações de poder da sociedade - devia (segundo as elites dominantes) ser preservada, e garantida, para o interesse social vigente; interesse este, definido, evidentemente, a partir da lógica da classe dominante no período da seca.

Outra das questões preocupantes para as autoridades estaduais relacionava-se ao deslocamento dos trabalhadores para as cidades ou regiões do país.

Uma das preocupações centrais do governador Wilson Braga, em seu primeiro ano de governo (1983), estava ligada à idéia de fixação do camponês aos locais de trabalho e moradia. Em sentido inverso, era bastante preocupante, para as elites dominantes do estado, o deslocamento dos trabalhadores rurais em busca das cidades. Como alguns comerciantes e industriais do sertão reclamavam em 1983 que

"As ruas centrais das cidades tem recebido nos últimos dias um grande número de pedintes, oriundos em sua maior parte da zona rural, fato que vem aumentar cada vez

mais a preocupação das autoridades que temem uma invasão por parte dos flagelados a exemplo do que já aconteceu em diversas cidades da região.

Muitos comerciantes da feira central, estão temerosos de expor seus produtos à venda, pois sempre está havendo ameaças de invasão por parte dos trabalhadores rurais 'desempregados.'" 35

Estas preocupações não surgia^mdo nada. Em 1983 os camponeses continuavam saqueando, invadindo as cidades' como nos anos anteriores. Neste ano ocorreram 12 saques em 11 cidades atingidas, apesar de que a participação dos trabalhadores tivesse decrescido em relação aos demais. No dia 04 de janeiro de 1983, trabalhadores famintos invadiram os municípios 'de Bom Jesus e Aguiar, à procura de alimentos, com ameaça de 'destruição do prédio da prefeitura, nesta última cidade. 36

Portanto, desejando evitar que os agricultores saqueassem as cidades, "depredassem" as prefeituras e praticassem roubo, as elites dominantes do Estado se utilizavam de um discurso humanitário cujas argumentações defendiam a idéia 'de que seria essencialmente vital o estado adotar medidas que implicassem "na permanência do trabalhador do campo em seu local de trabalho e residência". Era vital economicamente, politicamente, e moralmente, para a economia do Estado e do próprio país, evitar que o homem pobre da zona rural se afastasse "da sua área de ação", transformando-se num ocioso e, por isso mesmo, num indivíduo perigoso à gente das cidades.

"É preocupação do Governo Wilson Braga, bem como da sua Secretaria encontrar uma maneira viável de fazer com que o homem do cam-

po não se afaste da sua área de ação, para tanto vem trabalhando objetivando fornecer a essa população algo de melhor, pois se isso não for feito, o agricultor passa a emigrar para os grandes centros, o que poderá posteriormente, tornando-se até marginal.

... A permanência do agricultor em seus locais de origem, ou seja, os campos, não só o beneficia humanamente falando, mas contribui para uma melhora da economia do Estado e do próprio país." 37

No discurso dos políticos locais faltava proteção, providências governamentais para atender as dificuldades dos camponeses pobres, "sem destino", "decamparados", "ociosos", afastados do campo com a família, sem estarem fixos no lugar de moradia e de trabalho. Isto não contribuía para a prosperidade social. Imprescindível seria confiná-los ao trabalho agrícola, moldá-lo como um homem dócil às atividades rurais, sem ser preciso mexer na estrutura fundiária, nas formas de exploração do trabalho, nas relações de poder.

Neste discurso, o campo é a vida do camponês, a cidade é a sua proletarização é uma ameaça de morte. Não estava certo que os trabalhadores pobres do campo continuassem a procurar as cidades com a finalidade de melhorar a sua vida e de seus familiares, uma vez que lá não existia trabalho, e não encontrando, portanto, o que procuravam se tornariam indivíduos prejudicados, ao mesmo tempo perigosos, porque indóceis passariam a lutar pela sobrevivência". Compreendiam que, sendo o Estado responsável pelo caos social no campo e nas cidades, este devia se responsabilizar em tratar de resolver os problemas que a-

fetavam as populações pobres do campo.

"O homem do campo não remediado, ao desespero, é obrigado a migrar, por exemplo, para a Capital do Estado ou para Campina Grande, em busca de trabalho, nem sempre correspondido, levando à conviver em meio à miséria urbana. Trazendo consigo uma numerosa família, rude como todo homem do campo, esperançoso de encontrar o trabalho, a moradia, a educação para seus filhos, depara-se com a realidade de uma estrutura deficiente. Não suportando ver a família passando privações, desesperado, desencantado, passa a lutar pela sobrevivência e nem sempre é bem sucedido, terminando, muitas das vezes, atrás das grades, onde nem sempre é a solução adequada." 38

Preocupações bastantes visíveis relacionavam-se ao êxodo rural, à "fulga" de mão-de-obra ^{para} outras regiões do país. As elites dominantes temiam que a zona rural ficasse despoitada, abandonada, deserta, impedindo a exploração de uma força de trabalho, garantida pelo exército de reserva formado pela concentração fundiária que se voltava para a expansão da pecuária. Em função disso, temiam a decadência, a improsperidade, a crise econômica e social.

"Uma crise econômica sem precedentes vem sendo sentida em todo o sertão paraibano, agravando-se mais na região das espinharas, tomando proporções drásticas e sem medidas corajosas e dinâmicas não forem tomadas ur

gentemente, muitos males poderão ser registrados, como falências comerciais e industriais, além de uma rápida elevação no índice de desemprego.

Comerciantes e industriais foram unânimes em afirmar que a situação é mesmo calamitosa, atribuindo ao caos porque estão passando a grande seca que vem assolando toda a Paraíba pelo seu quarto ano onde o desemprego é uma constante em todos os municípios.

Se medidas corajosas não forem adotadas no mínimo espaço de tempo, a coisa poderá se arruinar muito mais e como consequência, a região rural do sertão paraibano dentro de mais alguns anos estará totalmente desabitada, uma vez que em quase toda casa que se visita existe uma ou mais pessoas que não suportando tantos sofrimentos viajaram para o sul do país onde buscam emprego para sobreviver." 39

Defendiam ser necessário fixar a força de trabalho de trabalho ao redor da unidade produtiva. Para tanto, as "frentes de trabalho" apareciam, no discurso das elites dominantes, como a única "fórmula" "racional" capaz de manter o trabalhador rural no campo.

"É a ampliação do programa de emergência, a única forma encontrada não apenas por ele, mas sim por todo homem de visão, para

se poder manter o homem do campo em suas terras.

Para ele, o Governo poderia conter o êxodo rural, ampliando o programa de emergência, única fonte de renda existente atualmente". 40

Realmente, em 1983 as elites dominantes da Paraíba imaginaram as "frentes de trabalho" no sentido mais amplo. Neste, as autoridades intervieram de forma mais direta no cotidiano dos trabalhadores rurais. As "frentes de serviços" providenciadas pelo Governo Estadual tiveram objetivos diferentes das municipais, principalmente em 1983. Neste ano, as "frentes de emergências" visaram não afastar os camponeses das cidades, no instante em que elas estavam sendo saqueadas, mas evitar que os homens pobres da zona rural se deslocassem à zona urbana com intenções de saquear.

Criar "frentes de trabalho" para fixar a força de trabalho ao redor da unidade produtiva foi uma experiência - aprendida nos conflitos sociais anteriores - que "deu certo". Foi uma forma mais "racional" de intervenção do poder de Estado nos conflitos sociais sertanejos. ^{EM 1982,} Após a criação dos "bolsões da seca" não houve nenhuma ocorrência de motins no sertão paraibano.

Transformando-se em mecanismo de exploração de trabalho, de reforço das relações de poder, as "frentes de trabalho" nem sempre conseguiram fixar o homem do campo nos locais de moradia e trabalho. Nem sempre conseguiram evitar saques nas cidades do sertão paraibano. Cachoeira dos Índios, município "amparado" pelo programa emergencial, foi saqueada duas vezes em 1982.

No dia 07 de junho de 1982, Cachoeira dos In

dios viveu momentos de grande apreensão. Aos gritos de "queremos comida", duzentos trabalhadores famintos invadiram esta cidade e saquearam a Cooperativa Agrícola Mista. Este motim foi pacífico porque os agricultores não encontraram resistência por parte dos funcionários da Cooperativa. 41

Por vários motivos os camponeses resistiram, de diversas formas, às "frentes de trabalho". Os camponeses resistiam quando percebiam os abusos, as falcatruas a exploração, praticados pelos responsáveis em organizar o programa emergencial. Os escritórios da EMATER funcionavam como verdadeiros "fora"* de denúncias entre as partes envolvidas no programa emergencial. No decorrer de cinco anos de seca diversas queixas foram apresentadas pelos proprietários rurais contra os trabalhadores que (segundo eles) só faziam receber o dinheiro da emergência. Os fazendeiros acusavam os agricultores de "malandros", de "vagabundos", de "proveitadores do dinheiro público".

Os trabalhadores rurais denunciavam seus patrões nas delegacias de polícia ou nos escritórios da EMATER. Os emergenciados denunciavam serem obrigados a "rachar" com os patrões o "salário" que recebiam das "frentes de trabalho". Segundo eles, muitos proprietários rurais, que também eram comerciantes, exigiam o "racha" quando do pagamento das diárias em "agradecimento" ao "favor" do alistamento conseguido, em troca do fornecimento de gêneros alimentícios ou para ressarcimento de dívidas contraídas pelos alistados. Quando acontecesse a desativação do programa das "frentes de emergência" a dívida contraída pelo trabalhador seria desfeita em troca de dias de trabalho nas propriedades dos comerciantes. Nesta relação os trabalhadores rurais eram obrigados a pagar, com o sacrifício do trabalho, algumas bugigangas que serviam para minorar o sofrimento provocado pela fome.

"Para determinados lavradores que estavam "

* Plural da palavra latina "Forum"

inscritos na emergência, a crise é pior do que para outros, tendo em vista que alguns deles, faziam as compras de alimentos, em mercearias, como foi o caso de José Pereira Porto, que teve o fornecimento cortado, quando o proprietário de uma mercearia, comerciante José Batista Ricarte, soube que a SUDENE, iria suspender o programa. essa condição prejudicava a muita gente, uma vez que estavam em débito com o comerciante e ficaram sem condições de resgatá-lo só o fazendo, a troco de dias de serviços na propriedade de José Ricarte, onde recebem a bonificação de Cr\$ 200,00 cruzeiros, por dia de serviço.

Na afirmação de um vereador, que também é escrivão de polícia em Cachoeira dos Índios há muitos anos, inúmeras queixas foram registradas na delegacia, contra Patrões que alistavam até oito pessoas e quando estas recebiam o pagamento, Cr\$ 5.700,00 cruzeiros por mês, tinham que rachar o ordenado insignificante." 42

Os trabalhadores rurais resistiram, inclusive, no que se relaciona aos "salários" das "frentes de emergência". Na primeira semana de junho de 1983, os trabalhadores, alistados nos "bolsões da seca" no município de São José de Espinharas entraram em greve. A paralisação que se deu por apenas um dia deveu-se ao fato de determinada autoridade federal ter assegurado aos trabalhadores que o próximo pagamento viria com

um substancial aumento de "salários". Ocorreu, entretanto, que ao sair o pagamento, todo o pessoal alistado recebeu somente a quantia de Cr\$ 11.200,00 cruzeiros ao invés dos Cr\$ 17.000,00 cruzeiros propalados na região. Como a maioria contraiu débitos elevados junto ao comércio local, ficaram por esta forma revoltados, resolvendo-se então entrar em greve os 250 "operários" que trabalhavam na construção do açude da fazenda Poço Dantas, propriedade do Sr. Dorgival Sátiro.⁴³

Envolvido no programa das "frentes de emergência", a atuação do Exército provocou uma recusa dos trabalhadores em comparecerem aos serviços emergenciais.

Como se aquele fosse um momento de guerra, o Exército foi encarregado de formar os "soldados do trabalho", para combaterem o grande mal da seca. Através da militarização do trabalho o Exército tinha a função de garantir a presença dos camponeses nos locais de serviços indicados, impedindo que estes ganhassem sem trabalhar e que se deslocassem para as cidades com o fim de saquearem o comércio, as prefeituras, as feiras-livres, etc.

"As ações imediatas" do Exército intimidavam, e causavam medo, controlavam os camponeses mantendo a ordem, a disciplina nos locais de trabalho, na região. Os trabalhadores deviam, obrigatoriamente, comparecer aos locais de trabalho obedecendo aos seguintes regulamentos: horários estabelecidos, regras de comportamento e ritmos determinados de produção. Os alistados resistiram pedindo a demissão das "frentes de serviços", isto é, desistiram desta guerra.

"Vários agricultores que se encontravam inscritos no programa de emergência, já estão se preparando para pedir dispensa de seus trabalhos para ir trabalhar em suas terras, fato que já começou a alegrar aos responsá-

veis pelo citado programa. Por sua vez, alguns proprietários de terras da região do curimataú em contatos mantidos com a imprensa, afirmaram que está existindo grandes dificuldades para se encontrar pessoas que queiram trabalhar nas terras particulares, uma vez que estas estão acostumadas no programa do governo, que só fazem mesmo receber o dinheiro sem fazer nada, embora agora a coisa esteja bem diferente uma vez que o Exército é quem está coordenando o referido programa e o trabalhador tem pelo menos que se fazer presente nas obras, coisa que antes não era sequer obrigado, comparecendo apenas para receber seus salários".⁴⁴

A forma como as "frentes de trabalho" chegaram a ser administradas chegou a representar um caso de privilégio, de roubo de classe. Bastante "generoso" um deputado estadual atuante no curimataú paraibano demonstrava publicamente (em 1983) sua "preocupação" (que só existia na sua imaginação) com os trabalhadores rurais daquela área, deixando claro uma das entre várias intenções das "frentes de trabalho". Com esta, as elites dominantes do Estado conseguia recursos públicos para o financiamento da exploração de uma mão-de-obra disponível para executar trabalhos nas propriedades particulares.

Nas décadas de 1970/80 o sisal representava uma das principais culturas econômicas do curimataú paraibano, que pelo seu valor comercial gerava riquezas e contribuía para a acumulação de capital naquele espaço. Parte dos trabalhadores que estavam alistados nas "frentes de trabalho" daquela área, foram obrigados a prestarem dois dias de serviços na produção empresarial do sisal, aumentando, dessa forma, a margem de lu-

cro dos empresários que organizavam esta produção.

"Preocupado com a situação calamitosa dos trabalhadores atualmente alistados nas frentes de emergências nos municípios da região do curimataú paraibano, o Deputado Aércio Pereira, do PDS... conseguiu que os trabalhadores dessa área prestem serviços apenas três dias por semana e os outros dois dias trabalhem no beneficiamento do sisal.

Os trabalhadores das frentes de emergência... receberão orientação do grupamento de Engenharia do Exército, no sentido de que somente estão obrigados a prestar três dias de serviço por semana e o restante do tempo será aproveitado no tratamento do sisal." 45

Contudo, com as "frentes de trabalho" se estabelecia uma situação, um acordo tácito - entre fazendeiros e trabalhadores - que não sendo planejado deliberadamente demonstrava medo, trauma, culpa e cumplicidade diante dos acontecimentos. Se os governantes prometiam trabalho e comida para o homem do campo, impondo ao imaginário social a idéia de que realmente somente disso necessitavam os camponeses, cabia aos trabalhadores cobrarem dos poderes municipais e estadual providências que trouxessem trabalho e comida para não terem que morrer de fome com seus familiares. Por outro lado, cabia aos fazendeiros a responsabilidade de cobrar as mesmas providências no sentido de que fosse possível manter os mecanismos de exploração e dominação estabelecidos pela sociedade vigente. Para os setores

dominantes o fundamental seria adotar providências que afastasse de uma vez o perigo dos impulsos de rebeldia fomentada pela tragédia da fome, do desemprego, a que estavam relegados os trabalhadores rurais sertanejos.

"Atêncio* disse que a notícia de desativação das frentes de emergência estava sendo vista pelos fazendeiros como uma ameaça de futuras invasões das cidades, pois os agricultores estavam sendo dispensados do trabalho, pela ausência de recursos para mantê-los nos serviços.

Os agricultores e fazendeiros estão liberando os moradores e trabalhadores que prestam serviços nas propriedades que não foram beneficiadas com os financiamentos de emergência.

As perspectivas são as mais sombrias, e uma verdadeira catástrofe econômica e social tomará conta do sertão e de outras regiões, se providências reais e efetivas não chegarem em tempo válido.

Fazendeiros e agricultores de todos os portes, clamam por imediatas providências, notadamente pelo urgente alistamento dos trabalhadores rurais, a fim de evitar males iminentes e de consequências imprevisíveis." 46

* Deputado Estadual Atêncio Wanderley.

Observamos, ainda, que as "frentes de serviços" eram em si mesma contraditórias porque se conseguiam conter a revolta, os motins, em determinados momentos, em outros criavam situações extremas que promoviam a rebeldia, a indignação, fazendo os saques acontecerem. Por exemplo, quando o Governo desmobilizava o programa emergencial os trabalhadores expulsos do campo se juntavam e saqueavam as cidades sertanejeas.

"A invasão de Cachoeira dos Índios foi a primeira da Paraíba, após a desativação do programa de emergência.

Em bandos, tática que sempre utilizam, os agricultores chegaram ... pela manhã à cidade... e ao invés de procurarem saquear o comércio, dirigiram-se à Cooperativa Agrícola Mista de onde conseguiram retirar grande quantidade de alimentos." 47

É possível se admitir com uma certa limitação, que a revolta dos camponeses tenha exercido influência no comportamento dos moradores pobres das cidades. As "frentes de trabalho" que talvez pudessem ter anulado uma possível identidade de classe, entre os grupos de trabalhadores rurais e urbanos (quem sabe se não houve esta intenção), proporcionaram o inverso na medida em que aproximaram os indivíduos pobres do campo e da cidade, colocando-os na mesma condição de "assalariados" das "frentes de emergências.

Transformando-se numa estratégia clientelística de controle social sob os trabalhadores rurais, durante os cinco anos de seca as "frentes de trabalho" - forjadas e reelaboradas pelo conflito social - foram ge-

renciadas em três etapas distintas, mas interligadas. Estas evidenciam que - situadas num contexto de relações de poder, ainda profundamente marcada por relações pessoais, paternalistas, entre trabalhadores rurais, proprietários de terra e políticos locais - a realidade sertaneja abortava qualquer tentativa de "racionalização" do conflito, adotada de cima, de forma autoritária pelo Estado. Não perdendo de vista que este, inclusive, é forçado a se integrar, a se adaptar cada vez mais às relações ali existentes, especialmente nos períodos de seca.

A primeira etapa correpondeu ao período de dois anos: maio de 1979 à maio de 1981. Nesta fase inicial a assistência estatal foi a nível de propriedade, isto é, "o Estado financiou os proprietários rurais (a fundo perdido), para manterem seus trabalhadores no próprio local de trabalho, evitando assim o êxodo rural tão comum nesta situação, criando trans-tornos aos grandes centros".⁴⁸

A segunda etapa correspondeu ao período de junho de 1981 a maio de 1982. Nesta fase privilegiaram-se as obras comunitárias rurais e urbanas, controladas pelo poder público local. O objetivo desta nova orientação foi estender o alistamento da clientela urbana nas "frentes de trabalho". Sendo aquele um momento pré-eleitoral, o programa emergencial das "frentes de serviços" funcionou, por sua vez, como instrumento de negociação e articulação entre os interesses dos grupos da política municipal. Na fase posterior foi importante na negociação entre os grupos da política municipal e estadual. Sem dúvida alguma, de 1981 a 1982 a seca serviu como pretexto estratégico na manutenção de uma frente clientelística - a nível municipal e estadual - com interesses eleitoreiros, especialmente no sertão paraibano onde a maioria dos vitoriosos pertenciam ao situacionismo pedessista. Foi nesta situação que foi eleito o candidato pedessista ao governo do Estado, na época o Sr. Wilson Leite Braga.

De 1982 a 1983 foram os "bolsões da seca", uma nova sistemática das "frentes de trabalho". Esta buscou manter o homem do campo preso ao chão onde residia e trabalhava, em primeiro lugar; em segundo, assegurar o controle do situacionismo pedessista na conjuntura política local e estadual.

O programa "bolsões da seca" atingia "as áreas de municípios considerados mais carentes". As metas prioritárias foram as obras públicas, preferencialmente as grande obras hídricas.⁴⁸ Na passagem do programa das "frentes de trabalho" para os chamados "bolsões da seca" foram desmobilizados cerca ' 28 mil trabalhadores rurais emergenciados. Daí ter sido 1982 o ano de seca em que se registrou o maior número de saques acompanhado de uma participação maior dos agricultores nos motins o corridos, como já vimos anteriormente.

Ao levar em conta "os municípios considera dos mais carentes" de assistência, o Governo do Estado aproveitava-se da situação para manter sob pressão política os municípios que não estavam aliados às decisões governamentais daquele momento. Além do mais, utilizava-se dos recursos extra-orçamentários destinados ao programa emergencial para manter, sob a tutela situacionista, uma força clientelística na política estadual capaz de garantir os interesses dos grupos que controlavam os poderes municipais e estadual.

Se por um lado os "bolsões da seca" visavam controlar os trabalhadores sertanejos, por outro tentavam manter sob pressão política, ou mesmo derrotar, os grupos opositivos no contexto da política local e estadual. Como vimos, em certos casos alguns líderes de oposição foram acusados de "subversivos", de "maus elementos", de "conhecidos desordeiros" que "insuflavam" os agricultores à saquearem as cidades do sertão da Paraíba.

Na verdade, havia uma disputa aberta entre '

os políticos da situação e da oposição pelo controle de uma clientela capaz de decidir as eleições locais e estadual. O importante era que ocupados ou desocupados, resistindo em seu espaço próprio, os cérebros dos trabalhadores famintos tinham consciência de que a sua capacidade de revolta independia de eleições, de votar em quem quer que fosse o candidato. O ano de 1983 é uma prova disto. (veja tabela nº 5).

O programa emergencial das "frentes de trabalho" iniciou em 1979 com uma clientela de 5.600 alistados, em 1982 estavam inscritos 192 mil em 54 cidades beneficiadas.⁴⁹

O alistamento dos trabalhadores rurais nas "frentes de trabalho" permitia o apadrinhamento como distribuição de favores, reforçando assim, as relações de poder e uma clientela política que, não podendo ser reduzida simplisticamente como clientela manipulada, servia como instrumento de barganha na negociação entre o latifúndio com o poder municipal, e entre estes com poder estadual. Por outro lado, a clientela rebelada funcionava como alicerce do mecanismo de pressão para obter, das autoridades estaduais e federais, recursos de fundos públicos, decisões administrativas que serviriam, por sua vez, para reforçar um clientelismo que evitasse a luta de classe como conseqüência da desorganização ou do afrouxamento das relações de poder. As elites dominantes paraibanas temiam que a clientela fosse desestruturada, desmantelada e capaz de gerar um movimento de luta de classe que colocasse em risco, ou aniquilasse os alicerces de sua dominação política e econômica.

A UTOPIA DA REDENÇÃO

De um modo geral, o sertão nordestino sempre foi considerado pelas elites dominantes regionais, e por uma certa historiografia, como uma "região" subdesenvolvida, atrasada "Ilhada", quase isolada do desenvolvimento, "afastada do progresso" que se fazia em regiões mais desenvolvidas, como por exemplo, a zona da mata, a agreste e o brejo. Ou seja, consideram que "o sertão mais vagarosamente vai transformando sua organização econômica e cultural." 50 Considerações deste gênero servem para justificar, legitimar, para chamar ou afastar o Estado à uma "intervenção racional" na vida econômica do sertão.

Por ser considerada uma região pobre, atrasada, molestada pelo "cautério das secas", as elites dominantes defendiam a idéia de que o sertão paraibano necessitava do "amparo" estatal para sair da crise gerada pelo período da "longa estagnação". Sem precisar mexer no regime de propriedade, nas relações sociais e nas formas de exploração do trabalho, para os grupos dominantes da região, as áreas sertanejas necessitavam ser "modernizadas". O projeto de "modernização" imaginado justificava-se através da argumentação de que o sertão precisava sair do "atraso", vencer o subdesenvolvimento, precisava se integrar ao progresso promovido pelo desenvolvimento econômico do Estado e do país.

Apontada como determinante dos conflitos, das contradições sociais, a seca era usada como justificativa para se promover reformas econômicas que "modernizassem" e, conseqüentemente, desenvolvessem a estrutura econômica da região sertaneja. Na utopia das elites dominantes seria possível, numa socie-

dade dividida em classes, corrigir as contradições sociais, afastando para sempre os riscos da luta de classes. A utopia dominante imaginava corrigir estas contradições através de reformas "modernizantes" que seriam para acabar com o fenômeno da seca, pois segundo elas era esta a causa determinante para a deficiência da estrutura produtiva no sertão paraibano. Somente assim seria possível promover a redenção definitiva dos sertanejos que sofriram a "tragédia da seca".

Sendo assim, não valia a pena aplicar recursos públicos em medidas paliativas que apenas administrassem a fome, que apenas custeassem famintos com esmolas, que fabricasse malandros, preservando, dessa forma, os riscos de "convulsões sociais" no seio da população rural e urbana. Como se estivessem voltadas para o interesse social, valia a pena sim, empregar o dinheiro público na construção de obras "multiplicadoras de riquezas", para a região. Este era o pensamento das elites dominantes da Paraíba.

Uma das principais reivindicações para vencer o atraso econômico, modernizar o sertão através do combate à seca, relacionava-se à adoção de uma política de irrigação que possibilitasse o fortalecimento da pecuária e gerasse empregos para os habitantes da região. Para as elites dominantes "o mais racional" seria construir barragens, perfurar poços, criar uma estrutura de armazenamento d'água que possibilitasse ao homem do campo produzir "com abundância até termos condições de exportarmos". O "atraso" sertanejo existia em função da falta d'água. Portanto, represar água significava combater a seca, vencer o atraso, enfim, modernizar e desenvolver.

"...O mais racional seria oferecer condições para que o agricultor produza com abundância, até termos condições de exportarmos".

...A execução das barragens do sistema do Paraíba (...) seria uma solução marcante e definitiva. Parta-se para uma política de irrigação, perfurando poços em todas as localidades; represemos o máximo de água que pudermos e quando vier o tempo das secas não haveremos mais de mendigar nenhum auxílio de emergências que, somados, já teríamos toda esta estrutura formada." 51

Os projetos planejados visavam acabar com a seca, porque livrando-se desta "tragédia estrutural", estariam os sertanejos livres dos "maus tempos", das "épocas adversas" e "ingloriosas" que ela criava. Modernizar a unidade produtiva do sertão paraibano representava, também, melhorar as condições de vida e de trabalho que pudessem conter o êxodo rural, que fixasse o trabalhador nos locais de residência e de produção.

Ao imaginar os problemas sociais como determinados pela seca, as elites dominantes tinham um alibi que legitimava a aplicação de recursos públicos em projetos faraônicos para a região. Por exemplo, o projeto de açudagem executado a partir de 1983 nas grandes propriedades do cariri paraibano foi resultado do projeto dominante que visava modernizar o sertão, aniquilando com as "sequelas da seca". Na realidade, o projeto canaã objetivava: conter os conflitos sociais, combater o êxodo rural que drenava a mão-de-obra para outras regiões, garantir a presença e a exploração de uma força de trabalho capaz de promover a prosperidade econômica desenvolvendo a produção daquela área sertaneja.

"... A situação é mesmo gritante em todo o cariri e se algo não for feito urgentemen-

nar muito mais, pois o homem com fome é ca
paz de tudo.

...a implantação do projeto Canaã na regi-
ão, seria uma das maneiras mais acertadas
de se conter o homem do campo em suas ter-
ras, os quais por falta de condições estão
abandonando impiedosamente.

... Com a implantação do referido projeto
na região, se daria automaticamente empre-
go para muita gente e posteriormente após
a conclusão da obra, se teria água em abun-
dância, coisa até então inexistente na re-
gião e os agricultores teriam condições de
irrigar suas terras e com isso aumenta-
rem a produção agrícola, dando dessa maneira
ra condições de vida para a sua família."⁵²

Num relatório entregue em abril de 1981 ao
Presidente da República, João Baptista de Figueirêdo, alguns De-
putados paraibanos disseram que a seca se combatia com água e
esta existia armazenada em reservatórios de grande e médio por-
te em todo o Nordeste, embora não tivesse tido ainda um aprovei-
tamento "racional", o que se fosse feito, significaria "a reden-
ção para milhões de nordestinos". Para que isto fosse feito, os
parlamentares reivindicavam a adoção de algumas providências ur-
gentes, como: provocação de chuvas artificiais, disseminação de
poços tubulares e armazenamento por propriedade rural enúcleo
de até cinco famílias, irrigação à jusante e à montante de açu-
des médios e de pequeno porte existentes, além da construção
dos já programados, construção de estradas vicinais para facili-
tar os transportes, aproveitamento do exército de agrônomos e
técnicos desempregados para atuarem junto às famílias da zona

rural, ensinando-lhes a usar os recursos hídricos de que dispõe, criação de um suporte forrageiro para o rebanho, com base nos recursos naturais da região é incorporando outros, localização e aproveitamento das jazidas minerais, inclusão, nos financiamentos à agropecuária, de obras de irrigação nas propriedades.

Com essa política, justificavam os deputados, poderia-se minimizar ou até mesmo eliminar "o problema das estíagens melhorando a vida das populações e a estrutura econômica da região". 53

Estrategicamente, as reformas "modernizantes" reivindicadas serviam para comprometer e legitimar a intervenção direta do Estado na economia do sertão paraibano. Os projetos elaborados visavam manter a exploração do trabalho, garantir as práticas de dominação, tentando, por suavidade, reforçar as relações de poder; enfrentar o perigo da decadência econômica, social e política.

Ademais, podemos afirmar que no momento da seca a realidade dos saques se configurava em ações e reações de luta de classes, forçando a partir disso a intervenção do Estado nos problemas sociais sertanejos. Por outro lado, frente aos conflitos sociais os comerciantes, a polícia, os políticos locais e o próprio Estado, tomavam providências não simplesmente para atender aos camponeses famintos, mas sobretudo visando mantê-los neutros e passivos. Em função disto, foram adotadas as medidas de segurança, as providências clientelísticas (distribuição de alimentos, dinheiro, "Frentes de Trabalho") e a execução de projetos que serviram para a realização de obras no setor público e privado. Estas medidas que seriam para evitar o "FASTÍGIO DA SECA", foi um dos aspectos que moldou, caracterizou e instituiu a luta de classes durante a seca de 1979/83.

II. CAPITULO

NOTAS

1. ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. FALAS DE ASTÚCIA E DE AN - GUSTIA: A seca no imaginário nordestino - de problema à solução - 1877/1922. Campinas-Sp, Tese de Mestrado. UNICAMP, 1987. Pag. 355
2. ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. O DISCURSO DA SECA (Pré-Projeto de pesquisa, s/d. Pag. 01
3. Aqui nos referimos especificamente as secas de 1877, 1932 e 1948. Os "acampamentos" que funcionaram como verdadeiros campos de concentração foram uma das estratégias de controle social, adotadas nas secas acontecidas até o final da década de 40. Posteriormente foram substituídas pelas "Frentes de Trabalho".
4. CHAUF, Marilena. Sobre o Medo. In: Os sentidos da Paixão. Sérgio Cardoso (Et Al.), São Paulo, Companhia das Letras, - 1987. Pag. 58/59
5. Diário da Borborema. 17 de abril de 1980, pag. 03. (Campina grande-PB;)
6. Dados colhidos no IBGE. Sinopse Preliminar do Censo Demográfico - IX Recenseamento Geral do Brasil, Paraíba, 1980. Vol. 01, tomo 1, nº 10
7. Num pronunciamento que fez na Assembléia Legislativa Estadual, em março de 1982, o deputado Atêncio Wanderley apresentava uma queixa sobre o apadrinhamento nas "Frentes de Trabalho". Vejamos:

"Tenho o dever de declarar que na área

onde atuei politicamente as denúncias são semelhantes, pois lá o pessoal da EMATER só inscreve mediante recomendações dos políticos atuantes na região. Portanto, lá as coisas ocorrem de maneira semelhante a São Mamede".

-Fala do Deputado Atêncio Wanderley. Diário da Borborema, 19 de março de 1982. pag. 03. (Campina Grande-PB.)

8. Ver ANDRADE, Maria Antonia Alonso de. Relações de trabalho e relações de poder. Cadernos do NDHIR, nº 18, UFPB (campus I) outubro de 1987. pags. 14, 15 e 23.
9. Embora saibamos que o processo eleitoral não determine por si só a emergência dos conflitos sociais no sertão, não podemos deixar de fazer uma ligação entre os saques e as eleições no ano de 1982. Este foi o ano em que se registrou o maior número de invasões das cidades, acompanhado de uma maior participação dos trabalhadores famintos. Se observarmos a tabela nº 04, veremos que os motins ocorreram entre os meses de junho, julho e agosto, próximo das eleições. Tradicionalmente os saques ocorrem entre os meses em que se espera as chuvas, nos meses em que a estiagem se consuma, ou seja, de janeiro a maio. Para finalizar, gostaria de esclarecer que o termo político aqui referido não tem um sentido político-eleitoral, mas por que em 1982 foi o ano em que houve maiores pressões às autoridades, aos governantes, no caso, os prefeitos, os deputados estaduais e o próprio governador. Neste ano houve um grande interesse, por parte dos flagelados, em atacar as instituições do Estado.
10. Diário da Borborema, 17 de abril de 1979, pag. 03, 4ª coluna (Campina Grande-PB.)

11. Diário da Borborema, 04 de julho de 1982, pag. 01, 4^a coluna
(Campina Grande-PB.)
12. Diário da Borborema, 10 de março de 1981, pag. 01 (Campina
Grande-PB.)
13. Jornal da Paraíba, 03 de Maio de 1980, pag. 05, 4^a coluna -
(Campina Grande-PB.)
14. Jornal da Paraíba, 17 de maio de 1980, pag. 05. 3^a coluna
(Campina Grande-PB.)
15. Diário da Borborema, 08 de maio de 1980, pag. 02 (Campina -
Grande-PB.)
16. Diário da Borborema, nº 1.119, 03 de maio de 1980, pag. 03
(Campina Grande-PB)
17. Jornal da Paraíba, 14 de maio de 1980, pag. 05 (campina Gran
de-PB.)
18. Diário da Borborema, nº 1.069, 02 de Março de 1980, pag. 03
(Campina Grande-PB)
19. Ata da 38^a Sessão Ordinária da Assembléia Legislativa do Es-
tado da Paraíba. João Pessoa, 13 de maio de 1981.
20. Jornal da Paraíba, 12 de junho de 1980, pag. 02, 4^a coluna -
Campina Grande-PB.)
21. Diário da Borborema, 11 de março de 1981, pag. 01, 2^a colunaa
(Campina Grande-PB)
22. Diário da Borborema, %06 de janeiro de 1983, pag. 01 (Campina
Grande-PB.)
23. Diário da Borborema, 14 de agosto de 1982, pag. 01, 4^a colun

na (Campina Grande-PB.)

24. Sobre o caráter relacional do poder, ver FOUCAULT, Michel; *Microfísica do poder*; organização e tradução de Roberto Machado - Rio de Janeiro: edições GRAAL, 6^a ed., 1986. (pags. X à XIV).

Quanto ao poder de Estado ele afirma:

"... o aparelho de Estado é um instrumento específico de um sistema de poderes que não se encontra unicamente nele localizado, mas o ultrapassa e complementa."

O Estado não é

"O órgão central e único de poder", nem a rede de poderes das sociedades modernas é "uma extensão dos efeitos do Estado, um simples prolongamento ou uma simples difusão de seu modo de ação, ..." (XIII)

25. Jornal da Paraíba, nº 2.454, 18 de maio de 1980, pag. 01 (Campina Grande-PB)
26. Diário da Borborema, nº 2.809, 19 de abril de 1979, pag. 01 (Campina Grande-PB)
27. Diário da Borborema, 12 de maio de 1981, pag. 01, 4^a coluna (Campina Grande-PB)
28. Diário da Borborema, 05 de agosto de 1982, pag. 01 (Campina Grande-PB)
29. Ver FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*; organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: edições Graal, 6^a ed., 1986. pag. XVI
30. Jornal da Paraíba, 08 de maio de 1980, pag. 05, 3^a coluna -

(Campina Grande-PB.)

31. Diário da Borborema, 30 de abril de 1980, pag. 01 (Campina Grande-PB;)
32. Fala do Deputado Estadual Edme Tavares. Diário da Borborema 22 de janeiro de 1983, pag. 03 (Campina Grande-PB)
33. Requerimento enviado à Câmara de Vereadores de Campina Grande/PB, pelo vereador José Luiz Júnior. APUD - Diário da Borborema, 10 de março de 1981, pag. 02, 3^a coluna. (Campina Grande-PB)
34. Fala do Deputado Estadual Aécio Pereira. Ata da 55^a Sessão Ordinária - Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, João Pessoa, 08 de julho de 1982.
35. Diário da Borborema, 01 de janeiro de 1983, pag. 07, 2^a coluna (Campina Grande-PB.)
36. Num telegrama enviado ao Governador do Estado, este prefeito fez ver, em tom preocupante, que a situação ali era "grave e de consequências imprevisíveis".
- Diário da Borborema, 05 de janeiro de 1983, pag. 01, 2^a coluna. (Campina Grande-PB.)
37. Fala do Secretário da Agricultura do Estado, Sr. Elzir Matos. Diário da Borborema, 14 de maio de 1983, pag. 08, 1^a coluna (Campina Grande-PB)
38. Fala do Vereador José Luiz Júnior. Diário da Borborema, 30 de abril de 1980, pag. 07, 4^a coluna. (Campina Grande-PB)
39. Diário da Borborema, 01 de abril de 1983, pag. 07, 2^a coluna (Campina Grande-PB)
40. Fala do Prefeito de Gurjão, Sr. Petrônio Medeiros. Diário da

- Borborema, 10 de junho de 1983, pag. 07. (Campina Grande-PB)
41. Diário da Borborema, 08 de junho de 1982, pag. 01, 3^a coluna (Campina Grande-PB)
 42. Diário da Borborema, 13 de junho de 1982, pag. 08 (Campina Grande-PB)
 43. Diário da Borborema, 07 de junho de 1983, pag. 07, 2^a coluna (Campina Grande-PB)
 44. Diário da Borborema, 09 de fevereiro de 1983, pag. 07, 4^a coluna (Campina Grande-PB.)
 45. Diário da Borborema, 07 de junho de 1983, pag. 07 (Campina Grande-PB.)
 46. Diário da Borborema, 12 de maio de 1981, pag. 03 (Campina Grande-PB.)
 47. Diário da Borborema, 08 de junho de 1982, pag. 01, 3^a coluna (Campina Grande-PB)
 48. Fala do Secretário de Administração de Sousa, Sr. Doca Pereira. Diário da Borborema, 30 de abril de 1980. pag. 07 (Campina Grande-PB.)
 49. Diário da Borborema, 18 de junho de 1982, pag. 07, 4^a coluna (Campina Grande-PB.)
 50. A propósito, ver: ANDRADE, Manoel Correia de. A Terra e o homem no Nordeste. São Paulo, Editora brasiliense, 3^a Ed., 1973. pag. 198

Alberto Rangel, pag. 30, citado por Nelson Werneck Sodré. In: Os Sertões - Campanha de Canudos. Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha; introdução - Nelson Werneck Sodré. Brasília. editora Universidade de Brasília, 27^a edição, 1963,

51. Diário da Borborema, 30 de abril de 1980, pag. 07. 4^a coluna
(Campina Grande-PB.)
52. Falá do Prefeito de Gurjão, 07 de junho de 1983. Pag. 07.
(Campina Grande-PB.)
53. Diário da Borborema, 31 de março de 1981.(Campina Grande-PB)

"Os assaltos às feiras, promovidos por bandos de famintos armados de sacos, estão continuando e se alastrando por todo o polígono das secas. os assaltantes não fazem ameaças, apenas pedem trabalhos que lhes assegure salários em vez de esmolas.

Em nenhuma época da nossa história , os nordestinos ameaçaram a paz das cidades em bandos como agora."

III - DE SUBVERSIVOS A PRÉ-POLÍTICOS A IMPORTÂNCIA POLÍTICA DOS SAQUES EM DISCUSSÃO

"Suas estratégias de luta expressam uma lógica própria, que tem formas e durabilidade próprias. Pode durar apenas umas horas ou se estender por longos anos. Este caráter dá margem para que muitos achem que este caráter espontâneo, lhe tire o alcance e a importância política".¹

Localizada em extremos diferentes, com interesses político-ideológicos opostos, há uma visão perpassada no imaginário das elites dominantes e na concepção teórica de autores marxistas que podendo ser justificada como negligência, ou preconceito, marginaliza o fazer-se social, cultural e político dos camponeses, atribuindo um papel secundário às lutas que estes travam na sociedade.

Vejo melhor
Para os que insistem em compreender a história humana à luz da luta de classes, é inadmissível tentar compreendê-la deixando de lado, ou marginalizando, as lu-

tas consideradas não-organizadas, espontâneas e irracionais, que não aparecem de forma explícita porque ameaçam os interesses em jogo, de um lado, do outro porque não se encaixam em premissas, em dogmas tradicionais, em modelos pre-determinados e absolutos que se propõem a dar um sentido "racional" ao processo de desenvolvimento da história humana. Por isso, desejamos aqui analisar (de forma parcial) a dimensão que é dada aos saques pelo discurso das elites dominantes da Paraíba, e pela concepção teórica de alguns autores da historiografia marxista que tratam de movimentos sociais desse caráter. Desejamos, com isso, apenas entrar (de forma acalourada) numa discussão que reconhecemos de bastante profundidade, de elevada importância para a compreensão da luta de classes no passado e no presente.

Começemos então pelo discurso das elites dominantes. Neste há, segundo constatamos em nossa pesquisa uma dubiedade de significações quanto à natureza política dos saques. Dubiedade esta elaborada nos conflitos sociais, num período de cinco anos de seca. Podemos então apresentar esta dualidade em duas etapas consecutivas.

Iniciemos pelos dados para tentarmos chegar aos propósitos. Entre os anos de 1979 e 1980 ocorreram 15 saques (22,3% do total) em aproximadamente 11 cidades atingidas (27% do total). Nestes dois anos participaram 14.000 trabalhadores rurais, isto é, 21,5% do total, como uma média de 993 saqueadores por saque e de 1.354 saqueadores por cidade atingida. Somando um total de 15 alvos atingidos, sendo a maioria contra a iniciativa particular, registraram-se invasões em apenas quatro instituições do Estado, entre elas, duas prefeituras, um Centro de Merenda Escolar e um armazém da CIBRAZEM.² Pois bem, nessa primeira etapa as elites dominantes deram significado político aos saques. As imagens que apresentavam identificavam os saques como "subversão". Isto ocorria quando os camponeses atacavam a propriedade privada em primeiro lugar. Nestas situações havia o interesse de ligar os saques a temas políticos-ideológicos que legitimassem a repressão, em defesa dos interesses particulares.

Já vimos que 1980 foi o ano de maior repressão contra os motins. Vejamos como o Deputado Américo Maia se posicionou diante dos saques, ocorridos na cidade de Catolé do Rocha em 1979. Estes foram essencialmente contra aproprieda de privada (ver tabela nº 1 - 2º Capítulo). Observemos que pelo discurso do parlamentar os trabalhadores famintos estavam in filtrados por "subversivos", influenciados por ideologias subversivas. O tom político que ele atribui relaciona-se com a pre sença de supostas ideologias e destas lideranças:

"Em Catolé do Rocha centenas de pessoas, insufladas por conhecidos desordeiros, assaltaram o açougue público e o mercado central ...

... Apesar das promessas de fornecimento de gêneros alimentícios, os perturbadores da ordem pública, com interesses escusos, lideraram um movimento de inva são da feira, gritando impropérios contra as autoridades constituídas, municipais e federais, em atos de escandalosa subversão".³

A segunda etapa correspondeu ao período 1981 a 1983. Neste espaço de tempo ocorreram 52 saques (77,6 % do total) em 39 cidades atingidas (78% do total). Houve uma participação de 32.290 saqueadores (68,6% do total) com uma média de 621 saqueadores por saque e de 828 por cidade. De 55 alvos atingidos, 14 pertenciam às instituições públicas, além das residências dos prefeitos que de vez em quando ficava sob ameaças de invasão.

1982 foi o ano em que houve a maior inci dências sobre as instituições públicas e as residências dos pre feitos.⁴ Nesta segunda etapa quase não houve repressão, a po-

lícia interveio mas de forma moderada. O Estado empenhou-se em evitar o conflito direto com as medidas clientelísticas. Nestes três anos as elites dominantes da Paraíba ^{NÃO} atribuíram um significado político aos saques. O saqueadores foram imaginados "homens famintos e desesperados", agindo com a barriga e a cabeça vazia. Os trabalhadores rurais aparecem neste discurso como se estivessem apenas a procura de assistência. Realmente os camponeses exigiam assistência, mas antes disto estava a forma como viam as autoridades, como pressionavam estas. Nesses momentos aproveitam para exporem seus descontentamentos com os políticos locais. Achavam que, enquanto personificação do poder que organizava a ordem social, as autoridades tinham o dever de protegê-los, caso não cumprissem com as obrigações atribuídas só lhes restava "o caminho do saque" ao comércio, das invasões às prefeituras etc. Os próprios prefeitos e deputados afirmavam isto, ou seja, que não havendo assistência dos governos estadual e federal só restava aos camponeses saquearem para não morrerem de fome.

Pois bem, como mostraremos mais adiante estas reivindicações por assistência, "frentes de trabalho", não se manifestavam de forma apolítica, principalmente em 1982 que foi um ano eleitoral. Naquele ano os trabalhadores se impuseram - em sua forma tradicional de ação - não só como eleitor que tinha a arma do voto, mas como um insatisfeito, revoltado e saqueador.

Portanto, sendo apolítico porque nascia da miséria, como uma "sequela da seca", os motins por alimento e trabalho são tratados, pelo discurso das elites dominantes, nesta segunda etapa, como "desespero" e "assalto coletivo". "Desespero" porque davam a idéia de serem reações irracionais, e "assalto" porque ofendiam o direito de propriedade individual.

"Cumprimentando vossa excelência peço venia para informar situação de calamidade municípios de Conceição, Nova Olinda e Uiraúna, invadidos por milhares de

flagelados que em total desespero assal-
taram armazéns e postos de serviços em
busca de alimentos.

... Solicito sejam tomadas urgentes pro-
vidências sentido minorar sofrimento
sertanejos paraibanos e evitar maiores
catástrofes que possam comprometer ima-
gem honrado presidente João Figueiredo,
a quem dirigi apelo dando conta da si-
tuaçãõ aflitiva que atravessa o Estado!⁵

Os camponeses se desesperam porque são
incapazes de agirem racionalmente, conscientemente, porque a
fome lhes "tira o juízo". No imaginário das elites dominan-
tes, a revolta contra a fome representava práticas inconsci-
entes porque escapava de qualquer racionalidade humana. Por-
tanto no que se refere à consciência os camponeses sertane-
jos aparecem agindo de forma instintiva, irracional, pois suas
manifestações emanam de momentos de infortúnio, desgraça e
de fatalidade. Na tentativa de racionalizar as ações dos
trabalhadores rurais, estes eram igualados por aqueles a ani-
mais que agem pelo instinto de sobrevivência. Neste sentido,
as elites dominantes definiam os saques como sendo movimen-
tos irracionais, patológicos, ou na melhor das intenções, co-
mo uma reação momentânea a situações insuportáveis determina-
das pelas condições climáticas:

"O que está se verificando nesta hora do
Nordeste, onde tantas cidades estão sen-
do invadidos por bandos de flagelados,
não se pense absolutamente que tenha pu-
tra causa, a não ser a fome que assola
a população rural na faixa atingida pe-
lo fenômeno da estiagem.

Só o instinto da sobrevivência é que leva o caboclo nordestino a prática de atos como estes..."⁶

Com relação à organização dos motins há uma ambiguidade no discurso das elites dominantes. Os saques aparecem ora como sendo influenciados por elementos estranhos às fileiras camponesas:

"Segundo o prefeito de Cajazeiras ... haviam pessoas no seu município que estavam incitando a população da zona rural para saquear a feira-livre".⁷

Ora como sendo organizados e planejados pelos próprios trabalhadores rurais:

"Os camponeses estão passando sérias privações e por isso mesmo organizaram-se e planejam o saque aos estabelecimentos comerciais daquela cidade".⁸

De fato, alguns líderes das cidades, políticos locais etc., se misturaram e até deram apoio aos "bandos" de camponeses, mas a fagulha que ateava a chama da revolta na -
cia, sem dúvida alguma, das condições reais de existência das populações que saqueavam, da estiagem; e da falta de assistência governamental para o homem do campo.

sentido que é político de as elites
Em geral, no imaginário das elites dominantes da Paraíba a tendência das ações dos trabalhadores rurais era a seguinte: quando agiam por iniciativa própria suas lutas tendiam a ser apolíticas porque agiam "impulsionados tão somente pela fome e pelo desespero." "Insuflados por "elementos" da mulidão, influenciados por idéias "subversivas", os motins tendiam a ser políticos.

Assim sendo, podemos afirmar sem muitas dúvidas, que a idéia veiculada neste discurso é a de que os camponeses - apesar de toda rebeldia nos períodos mais agudos de crise - são incapazes de por si sós conferirem um nível político às suas ações, dadas as condições naturais do meio que determina uma espécie de "atraso" cultural e econômico, reduzindo-os irremediavelmente ao desespero, a incapacidade, a irracionalidade. Apesar das revoltas que desencadeavam contra as suas condições de vida, inclusive quando demonstravam seu descontentamento ao enfrentarem as ações de caráter repressivo, orientada pela polícia, havia a idéia de que os camponeses são incapazes de darem um sentido político às suas manifestações de luta.

Mesmo negando a ideologia da classe dominante, a teoria marxista se aproxima desta no que se relaciona aos camponeses. Na visão de alguns autores marxistas os camponeses que lutam por interesses imediatos, resistem de forma espontânea, em seu espaço próprio, contra a exploração, são considerados reformistas e apolíticos. geralmente o camponês é tratado como um agente social preso ao passado, isto é, uma figura do passado que não acompanha o desenvolvimento econômico do país.⁹ Na historiografia marxista os camponeses aparecem como fator de atraso político, porque são incapazes de desenvolverem uma consciência revolucionária, organizarem suas lutas que os conduzam à afirmação de classe para si.¹⁰ Enfim, para agirem politicamente, os camponeses carecem de direção, organização e consciência revolucionárias vindas de fora.

Discutir o significado político das lutas camponesas na historiografia marxista exige, evidentemente, analisar como as suas experiências são tratadas em termos dos objetivos, da consciência e da organização da classe.

Segundo Hobsbawm, a turba urbana - espécie de Movimentos em que os trabalhadores exigem das autoridades melhores condições de vida - é considerada primitiva porque

"assumem uma forma espontânea e arcaica de agitação social; podendo ser considerada reformista na medida em que raramente, ou nunca, pensa na construção de uma nova ordem da sociedade". Portanto, "os movimentos espontâneos, ou pré-políticos, são primitivos no que se relaciona às suas perspectivas, como em relação aos seus membros". ¹¹

Hobsbawm atribui aos camponeses um papel meramente secundário, inferior ao operariado industrial no processo de luta de classe nas sociedades contemporâneas. Para ele os camponeses necessitam de lideranças para que sejam "eficazes", e sem uma "organização formal" para a ação é impossível que assim sejam; sem alguém que seja capaz de exercer hegemonia (usando a expressão gramsciana), irão permanecer tão "subalternos" como a plebe do passado pré-industrial.

Na análise deste autor os camponeses, enquanto classe subalterna, exigem que mesmo a mais elementar consciência de classe ou organização lhes sejam importada "de fora", enquanto as formas mais elementares de consciência de classe, ação de classe e organização tendem a desenvolver-se espontaneamente dentro da classe operária. Concluindo, para Hobsbawm as lutas camponesas que não são dirigidas por sindicatos ou partidos políticos de esquerda são movimentos desestruturados, que para desenvolverem uma consciência política e transformarem-se numa afirmação de classe carecem de organização, de idéias importadas "de fora" de suas lutas. ¹²

Com relação à consciência de classe dos camponeses Marx e Lukács notaram que esta é geralmente bastante e ineficaz, exceto quando organizada e conduzida por não camponeses, com idéias não camponesas. ¹³

Nas análises de George Rudé, os motins por alimentos são caracterizados por terem uma ideologia primitiva, tradicional e apolítica. Segundo este autor os camponeses assumem uma postura política quando a sua ideologia "inerente" se fun

de com as idéias "derivadas" de outros grupos sociais. Há porém neste processo de fusão entre estas idéias algo parecido como uma relação mecânica, isto é, acontece uma espécie de transmissão da segunda sobre as primeiras, como se a ideologia "derivada" promovesse, ou criasse as condições de organização dos camponeses lhes dando "lucidez política". Portanto, na concepção deste autor, os camponeses necessitam das idéias "derivadas", ou seja, a ideologia dos camponeses deve ser fortalecida por uma "injeção de idéias derivadas" (de teoria revolucionária) para se organizarem e desenvolverem sua consciência de classe. ¹⁴

apesar de Thompson trata os motins por subsistência como sendo manifestações "subpolíticas". Para ele estas manifestações não constituem entraves ou uma negação ao fazer-se da classe trabalhadora. Em suas análises o enfoque dirigido às lutas "espontâneas" e "desorganizadas" assumem novas perspectivas. O que existe de interessante nos estudos de E. P. Thompson relaciona-se ao fato de que através destas manifestações "subpolíticas" os camponeses vão construindo a sua afirmação de classe.

De acordo com ele, a consciência e a organização de classe são construídas no seio dela própria, isto é, estas condições vêm de dentro, não são determinadas "de fora". Através destas lutas os trabalhadores são capazes de forjarem por si próprios a consciência de classe, de se afirmarem enquanto tal. Para este autor a classe não é uma "estrutura" ou "categoria" determinada "de fora", mas uma relação constituída historicamente, efetivada quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas) sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõe) dos seus. Já a consciência de classe é a forma como as experiências humanas são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, em grande parte, pelas relações de produção, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. ¹⁵

Em 1979 alguns setores das esquerdas brasileiras pareciam corroborar com as idéias de Thompson sobre organização e consciência de classe. Para ambos, os trabalhadores de um modo geral organizam-se na própria luta. Como vimos nas análises de Thompson não há determinismo econômico, ou seja, a consciência e a organização de classe não depende necessariamente do desenvolvimento das forças produtivas, nem tampouco de uma vanguarda revolucionária. No debate sobre o processo de transformação social do país naquele momento, estes setores de esquerda situam o operariado industrial na vanguarda dos movimentos sociais, e o ABC paulista como centro propulsor de novas idéias, novos métodos de ação e organização, embora continuassem utilizando-se de instituições tradicionais:

"As massas populares aspiram e estão trabalhando concretamente pela unidade. A reativação de tradicionais organizações de massas, como os sindicatos, e o rápido surgimento de muitas outras entidades, de categorias profissionais ou em defesa de bandeiras políticas, econômicas e sociais, ocorrem em ritmo cada vez mais intenso, sob o impulso e de acordo com as necessidades da luta. Criativamente as massas populares resolve o falso impasse de que não pode haver luta sem uma prévia e sólida organização. Ao contrário, organizam-se na luta, já que a mera passagem da idéia a ação implica inevitavelmente em algum nível de organização.

... O desenvolvimento capitalista mais recente no país moldou de forma caracte

rística a feição da chamada região do ABC paulista, cujos operários se encontram atualmente na vanguarda do movimento." 16

Em certos aspectos nos parecem até interessante estas idéias, entretanto, atribuir um caráter secundário aos camponeses situando-os na retaguarda da luta de classes, considerando os movimentos espontâneos como manifestações "subpolíticas", é continuar tratando os trabalhadores rurais como sendo uma classe meramente "subalterna" como faz Hobsbawm. Por isso, não desejamos aqui apenas rotular os motins por alimentos e trabalho ocorridos no sertão paraibano, no decorrer da seca de 1979/83, mas procurar ressaltar a importância política de movimentos sociais desse tipo.

Pelo que foi exposto até aqui pode-se ver que existe um tratamento marginal tanto no imaginário das elites dominantes da paraíba como de alguns autores marxistas, referentes aos saques ocorridos entre os anos de 1979/83 no sertão paraibano.

para os que se interessam em recuperar a resistência camponesa e dar-lhe dimensão política, seja nas lutas imediatas ou nas manifestações localizadas, é imprescindível deixar de compreendê-la como sendo manifestações apolíticas, turbulentas, criminosas, instintivas, primitivas, arcaicas, pré-políticas e subpolíticas. Pretender definir estes movimentos sociais, ocorridos no sertão paraibano, através destes rótulos, que foram deixados de lado, ou esquecidos, significa manter os camponeses presos numa camisa de força que os esconde, ou talvez os anule, da memória do processo de luta de classe em nossa sociedade.

Se aplicados ao passado pré-industrial, os rótulos marxistas que definem os movimentos sociais camponeses são incabíveis, porque exigem destes uma consciência revolu

cionária que objetive a transformação radical da sociedade, na perspectiva de uma sociedade igualitária, o que significa perceber não o que os trabalhadores desejavam naquele momento histórico, mas sim atribuir a eles questões e metas políticas só cabíveis no presente. *Sess. 1964*

Se aplicados aos movimentos de resistências camponeses na atualidade, aqueles rótulos continuam incabíveis porque embora o tema central e decisivo hoje, no seio da classe trabalhadora, seja a superação da sociedade capitalista pela socialista, já não se pode mais conceber as lutas por interesses imediatos, como sendo lutas não políticas, pois elas têm uma vida autônoma, dinâmica própria à margem das instituições políticas organizadas (partidos políticos, sindicatos etc). Mas são formas tradicionais de reação presentes, que devem se manter na cultura, nos valores e nas tradições populares, independentemente dos grupos que controlam o poder de Estado, mesmo numa possível nova sociedade, pois elas sempre visam pressionar o Estado por concessões ou direitos que são negados na vida cotidiana, principalmente nos períodos de crise crônica que agudiza as contradições sociais.

Da mesma forma, os rótulos que as elites dominantes da Paraíba atribuem aos saques realizados pelos camponeses sertanejos são incabíveis porque exerce uma espécie de pressão ideológica que funciona como mecanismo do exercício de controle e dominação.

Segundo Durval Muniz:

"Devemos pensar... que a vida do homem pobre é uma vida de luta cotidiana, su as relações diárias são relações de conflito e dissensão. Autores que tem uma visão que restringe às grandes lu-

tas, aos grandes momentos organizados de reivindicação, o espaço de luta na história, talvez achem que os motins "desorganizados" da seca, ...os saques não são formas de lutas dignas de constarem das páginas da história dos dominados, e até aceite que realmente foi só o desespero pela fome que os causou, eles não só teriam a barriga vazia, mas a cabeça também; seriam simples animais agindo pelo instinto da sobrevivência." ¹⁷

Pensando assim, gostaríamos de concluir esta parte de nosso trabalho procurando dar uma importância política à ação dos trabalhadores rurais que durante cinco anos de seca se amotinaram e saquearam as cidades sertanejas. Procuraremos fazer isto à medida em que faremos algumas considerações parciais sobre os motins por alimentos e trabalhos no sertão paraibano.

Os saques ou motins por subsistência que ocorrem nas áreas sertanejas da Paraíba constituem reações tradicionais dos camponeses deste espaço contra o agravamento econômico, envolvendo o desemprego, a fome aguda, o aumento da pobreza e a expulsão das terras em que trabalham. constituem, também, reações contra as ameaças de proletarização, à perda de identidade cultural dos homens pobres da região, contra a omissão das autoridades em relação a esta situação de penúria a que são relegados, particularmente nos períodos de estiagem.

Mesmo se valendo de tradições mais antigas e de experiências próprias, os saques não podem ser pensados como manifestações irracionais ou apolíticas porque no momento em que os camponeses se revoltam estas experiências e tradições são repensadas¹⁸, reelaboradas por valores novos na medida em

que contextualizadas em tempo e espaço diferente. Neste sentido, podemos dizer que existem uma relação histórica entre o movimento social denominado de cangaço e os saques ocorridos no período que ora estudamos. Esta relação está presente na forma como os motins são definidos pelas elites locais, e na forma como estas ações acontecem realmente. Em "bandos organizados" os cangaceiros rondavam as cidades, os povoados, as vilas, se amotinavam nas fazendas e "como cães famintos" saqueavam, "assaltavam", "roubavam", "pilhavam", "estupravam". Segundo as autoridades da época, não se viviam em paz com os cangaceiros. Definiam estes como "loucos", "grupos errantes", como "bandidos" e "assaltantes".

As definições que davam aos cangaceiros legitimavam a repressão, da mesma forma que os efeitos da repressão impulsionavam as "energias perigosas", "os efeitos perniciosos" dos cangaceiros. É nesta relação conflitual e de poder que encontramos um dos primeiros aspectos que nos permitem definir os saques como manifestações políticas. No passado e no presente isto se confirma no instante em que os camponeses reagem à repressão, às autoridades, contra as ameaças de proletarização, de perda da identidade cultural.

As intervenções policiais em defesa da ordem, dos costumes, e das regras, constituem uma mediação que faz das resistências camponesas, resistências políticas; que as recuperam da irracionalidade que lhe é atribuída; de sua insignificância apolítica, de sua significação pré-política, descobrindo nelas a dimensão política; o perigo que representam de subversão da ordem constituída. Durante a seca de 1979/83 várias foram as intervenções policiais contra os motins ocorridos neste período no sertão da Paraíba.

No dia 30 de abril de 1980 mais de mil trabalhadores rurais invadiram a cidade de Itaporanga, no alto sertão da Paraíba. Os camponeses arrombaram e saquearam o armazém da CIBRAZEM e o Centro da Merenda Escolar. Tão logo iniciaram o saque foram violentamente reprimidos pela polícia que fez disparos para o ar e espancou agricultores que procuravam fugir

ã ação levando sacos de mantimentos.¹⁹ Em maio do ano seguinte cerca de mil flagelados se amotinaram no centro da cidade de Pombal exigindo que o prefeito municipal distribuísse e procedesse ao alistamento dos agricultores nas "frentes de trabalho". "Temendo o desespero dos famintos", as agências bancárias e o comércio cerraram suas portas, só voltando a funcionar no final da tarde quando a situação estava normalizada. Um contingente policial foi deslocado para aquela cidade "visando evitar maiores conseqüências".²⁰

Os motins por alimentos e trabalho que ocorreram no sertão paraibano foram marcados tipicamente pelos métodos da pressão direta sobre as autoridades e por hostilidades contra a propriedade, fosse ela pública ou privada. Em ambas as situações, os saques assumem uma dimensão política. Saqueando, roubando, depredando, os saqueadores objetivavam: conseguir provisões para saciar a fome, fazer pressões que obrigassem as autoridades decidirem políticas efetivas ou parciais que amenizassem a situação de penúria absoluta a qual estavam submetidos.

Geralmente os motins eram mais ou menos espontâneos e seguiam um curso determinado pelo costume, em defesa de interesses imediatos. Contudo, a de se admitir que havia graus de espontaneidade entre os motins ocorridos. Falando sobre um saque ocorrido na cidade de Pombal em maio de 1981, um Deputado esclarecia que os "flagelados saquearam um carro da COBAL por iniciativa própria, impulsionados tão somente pela fome e pelo desespero, não tendo havido interferência de quem quer que seja".²¹ No dia 15 de janeiro de 1983 o prefeito de Pochinhos foi surpreendido "com o movimento do povo logo cedo na frente da Prefeitura. Falando sobre a ameaça de saque ao comércio e de invasão ao prédio da prefeitura, o prefeito daquela cidade afirmava "que não tinha a quem atribuir o comando do movimento, a própria fome e o povo sentindo dificuldades para sobreviver, foram os causadores da ameaça de saque".²² É possível,

em alguns casos, outros não, a presença de líderes com ousadia, entusiasmos ou interesses eleitoreiros momentâneos. Havia líderes que surgiam no seio da multidão ou nas fileiras dos próprios camponeses (estes por gozarem de um certo prestígio moral, sendo respeitados e admirados, além de serem conhecidos na zona rural devido a seus constantes deslocamentos.), e havia os líderes que surgiam "de fora" das multidões.

No dia 12 de março de 1981 seiscentos camponeses se amotinaram na Fazenda Santa Catarina, município de Monteiro. Neste motim os trabalhadores rurais tomaram iniciativas através de seus próprios líderes, recrutados em seu meio social. Os camponeses ameaçavam saquear a cidade porque segundo eles "suas famílias estavam passando fome e não havia nenhuma outra solução para o problema que enfrentavam a não ser uma invasão" da cidade. Alegavam ainda que de seiscentos posseiros em situação difícil apenas trezentos estavam alistados nas "frentes de emergência", "sendo este o motivo principal do clima de apreensão e revolta". Avisados das intenções dos camponeses, o prefeito da cidade de Monteiro recebeu de imediato, em seu gabinete, uma comissão eleita pelos próprios trabalhadores com a finalidade de discutirem uma solução paliativa".

Temendo que a cidade fosse saqueada, o poder público municipal foi obrigado a distribuir, na própria fazenda, um caminhão de alimentos por conta dos recursos públicos locais, ficando responsável, ainda, de conseguir junto ao governador ampliação do alistamento nas "frentes de trabalho".²³

No dia 03 de julho de 1982 trezentos homens, mulheres e crianças saquearam a feira-livre de Conceição. A polícia "perseguiu os invasores" e fez oito prisões de pessoas acusadas de planejar a invasão da feira. Neste mesmo dia a cidade de Itaporanga esteve sob ameaças de saques. A polícia com um efetivo de 18 homens patrulhando a feira-livre local reprimiu os amotinados, fazendo duas prisões de pessoas "sobre as quais recai a suspeita de haver preparado o saque".²⁴

Na fala da polícia, dos políticos locais, as lideranças "de fora" das multidões eram "elementos desordeiros" pertencentes à oposição local, que interessados em desestabilizar as administrações municipais (e talvez ascenderem politicamente) "insulflavam" os camponeses à revolta. Os motins, aparecendo como mais ou menos organizados, assumiam uma dimensão política quando os camponeses - mesmo sendo liderados por membros da oposição municipal - demonstravam um certo descontentamento ou descrença em relação as autoridades. Em maio de 1980 uma multidão de 1.500 camponeses saquearam a cidade de Ibiara no alto sertão paraibano, provocando prejuízos enormes e causando pânico entre a população e aos próprios comerciantes que viram os seus estabelecimentos serem saqueados inapelavelmente. Inicialmente os agricultores famintos invadiram o mercado central, provocando de imediato a paralização da feira semanal realizada na oportunidade. Não satisfeitos com o que conseguiram os trabalhadores invadiram a prefeitura.²⁵

É comum, nos períodos de seca, os camponeses se aglomerarem nas cidades no intuito de cobrarem dos políticos, as promessas que estes faziam nas campanhas eleitorais. Em maio de 1980 mais de uma centena de trabalhadores se concentraram nas ruas de Cajazeiras exigindo das autoridades trabalhos e alimentos. Conduzindo sacos vazios os camponeses diziam que os seus patrões se negaram a fornecer dinheiro e alimentos, em virtude do corte do município de Cajazeiras do Programa de Emergência. Vendo a que ponto poderiam chegar as intenções dos homens famintos, o prefeito foi obrigado a distribuir alimentos com os necessitados. Quando aqueles recebiam os poucos alimentos fornecidos pela Prefeitura Municipal, afirmavam que voltariam à cidade, pois não iriam morrer de fome na zona rural, aguardando as promessas de políticos "que só nos ligam nos tempos de eleições, passando esse período, eles nos esquecem".²⁶

As atividades dos saqueadores dirigia-se primeiramente contra as autoridades locais (o prefeito), em caso de omissão deste, contra os comerciantes da cidade. Isto aconte

↓
 no sentido do que vem a ser
 a autoridade

cia porque os camponeses imaginam as autoridades como os organizadores e as vezes desorganizadores da ordem social. Para quem pensava assim este fato requer e exige, em qualquer época, um mínimo de consciência política. Por exemplo, é comum ouvir os trabalhadores rurais afirmarem, nos períodos de seca, que o governo "só faz pelos ricos", ou então, "a fome só vem para os pobres".

Os "ataques" à propriedade privada tinham objetivos políticos porque significavam um ato de rebel-
 dia contra o poder, eram uma das formas de pressão sobre os políticos da região. Entendemos que os gestos, a ação dos camponeses são formas de falar, de pensar. Quando saqueavam, roubavam, depredavam e agrediam os comerciantes, os prefeitos etc., os trabalhadores imaginavam que era obrigação das autoridades cumprirem promessas, deveres; garantir condições de trabalho e de vida; nem que fosse através de atos paternalistas. Se isto não acontecesse, pelo menos nos momentos mais delicados, era justo que eles saqueassem as cidades. A omissão dos governantes somado aos problemas sociais como a fome e o desemprego, garantia uma certa imunidade aos saqueadores' no que diz respeito aos crimes praticados contra a propriedade, definidos pela Constituição. Tudo indica que esta imunidade era garantida por força da tradição, do elevado número de saqueadores e das condições sociais dos trabalhadores rurais. O certo é que, saqueando, os camponeses rompem momentaneamente com os códigos estabelecidos por lei. As ameaças de "assaltos" contra a propriedade e o poder público municipal forçavam aos governantes a emergência de providências imediatas, como a criação de "frentes de trabalho", distribuição de alimentos e de dinheiro.

Algo curioso é que mesmo que não fosse uma ameaça consciente à natureza de classe do sistema social, os dominantes viam os motins como um "grave perigo à ordem

pública". Isto nos leva a crer que este fato está ligado ao medo que as elites dominantes tinham das multidões, como depredadora, turbulenta, e também que estas lutas levassem os camponeses a desenvolver uma ideologia contrária ao sistema, isto é, a uma consciência de classe revolucionária. Este medo fica explícito especialmente durante a primeira etapa dos saques em que atribuem a estes significados políticos, como referi no início deste capítulo. Imagens como "subversão", "convulsão social" são temas políticos ligados à idéia de guerra civil, de revolução. Estamos certos de que esta não era a intenção dos saques, mas nem por isso devemos deixar de lhes dar uma dimensão política.

Ora, não concordamos que as imagens "apolíticas" de "assaltos" e "desespero" elaboradas pelas elites dominantes da Paraíba se coadunem com as de "subversão" e "convulsão social". Prova disto é que estas últimas aparecem, em nossa pesquisa, apenas nos primeiros anos de seca, posteriormente as imagens de conteúdo político são substituídas por imagens "apolíticas". Não será isto uma mudança de estratégia? Será que tratando os motins como subversão, grave ameaça a ordem social, não poderiam legitimá-los como sendo isto realmente? As imagens políticas poderiam provocar mudanças fundamentais num acontecimento tradicional, legitimado por toda a sociedade como sendo lutas "apolíticas".

Chamamos a atenção para o fato de que a mudança de significação dada aos saques após os primeiros anos de seca coincide com alterações na forma de se enfrentar os motins por alimentos e trabalho no sertão da Paraíba. Nada melhor para as elites locais e os comerciantes do que ouvir os conselhos "curtos" do governador do estado naquele período, o Sr. Clóvis Bezerra, quando mandou dizer aos comerciantes e a polícia da cidade de Coremas, em 1983, que "fome não se combate com armas".²⁷ A estratégia do governo preten-

dia mais convencer do que reprimir as lutas camponesas, por que isto lhe conferia importância política. Para manter a dominação, é mais seguro transformar os camponeses em homens "irracionais e apolíticos".

Não havia hora e local determinado para os camponeses pressionarem as autoridades municipais. Estas eram perseguidas diariamente. Por exemplo, numa madrugada de maio de 1981 o prefeito de Antenor Navarro acordou ame-drontado com o barulho de um grupo de flagelados que pretendia comida e trabalho. Atordoado o Sr. José Dantas Pinheiro chamou o tesoureiro e mandou distribuir uma quantia de Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros) a cada retirante, mas o grupo não se dispersou. Pacificamente, no entanto, os flagelados continuaram exigindo comida e trabalho.²⁸ Dois meses antes deste fato, o município de Riacho dos Cavalos foi invadido por cerca de 300 camponeses. "Pressionado, o prefeito fugiu da cidade, ficando sua residência fechada durante todo o dia. Na primeira semana de março de 1981 uma multidão de 5.000 camponeses invadiu Bonito de Santa Fé e aos gritos saqueou a feira-livre, chegando mesmo a expulsar o prefeito da cidade.²⁹ Explicando o saque ocorrido, o prefeito Tirbutino de Almeida explicou "que realmente havia se ausentado da cidade, temendo a pressão dos flagelados". No dia 04 de janeiro de 1983 trabalhadores famintos invadiram a cidade de Aguiar com ameaça de destruição do prédio da Prefeitura Municipal.³⁰

Enfim, no nosso entender os trabalhadores famintos do sertão paraibano, se manifestam não de forma instintiva, irracional, como querem alguns, mas de forma racional, consciente, pois lutam para não morrerem de fome com a família, protestando contra as autoridades por estas não cumprirem as suas promessas e os seus deveres. Neste caso, a fome não "tira o juízo", ao contrário, ela força o homem pobre a pensar mais, a se organizar de forma própria. Os motins

por alimentos continua sendo, ainda hoje, o lugar privilegiado e tradicional da ação camponesa no sertão da Paraíba. Não sendo organizados por sindicatos, partidos políticos etc., os saques podem ser considerados uma prova concreta de que os trabalhadores do campo preferem agir em seus espaços próprios, por que desconfiam das organizações tradicionais, definidas institucionalmente.

Por mais momentâneos que fossem, os motins ocorridos no sertão da Paraíba, tiveram uma importância política. Os trabalhadores rurais se manifestavam não simplesmente pelo desejo de promoverem badernas, de perturbar ou atentar contra a ordem social, mas porque esperavam, dessa forma, conseguir o que necessitavam para continuar vivendo. Hostilizando as autoridades com suas revoltas, os trabalhadores procuravam sensibilizá-las, tentando destas arrancar concessões imediatas até então negadas, omitidas.

Antes de finalizarmos, é importante fazermos duas considerações que achamos serem fundamentais. Em primeiro lugar, quando se rebelavam os camponeses demonstravam que são capazes de superar a alienação, alcançar no processo de lutas uma consciência de classe que se não for revolucionária é a possível. Isto significa dizer que não estão presos a uma irracionalidade determinada pelas condições naturais e sociais, significa dizer, que não estão submetidos a uma incapacidade subjetiva permanente, determinada pelas condições econômicas e culturais da sociedade sertaneja.

Em segundo lugar, os saques representam uma manifestação de luta de classe, porque quando saqueiam os camponeses estão reclamando do poder de Estado decisões políticas, garantia de participação na riqueza produzida pela sociedade, direito de ficar na terra.

Ademais, ao mesmo tempo em que reclama

vam direitos econômicos, culturais e políticos, os motins por alimento e trabalho contribuíam para reforçar as relações de poder enfraquecidas. Este reforço acontecia quando as autoridades sancionavam as providências clientelísticas. Evidentemente, os camponeses reivindicavam o reforço destas relações não pensando em se submeterem a dominação, mas em resistir num espaço que lhe é próprio contra a exploração, buscando preservar a sua identidade cultural e social de camponeses. Atendendo a estes, os políticos locais e estadual nada mais faziam do que garantir o equilíbrio anterior, já que o conflito nasce, segundo o seu discurso, da perda de equilíbrio social:

"Cumpro o dever de informar a V.Excia. o clima de profunda apreensão no Estado, em virtude da iniciativa de desmobilização das frentes de trabalho nas áreas atingidas pelas prolongadas estiagens.

Ninguém sabe o que pode acontecer com esta desmobilização. A situação é insustentável até mesmo do ponto de vista da segurança". 31

Pelo que foi visto, podemos observar que de ações subversivas à pré-políticas, os saques existiram realmente independentemente das significações que lhes foram dadas; e só podem ser considerados fato histórico na medida em que sejam analisados a partir de sua importância política, da dimensão da luta de classe no momento da seca.



da - uma demonstração do desespero dos agricultores

III CAPITULO

NOTAS

1. MARTINS, José de Souza - A Militarização da Questão Agrária no Brasil, Petrópolis, Vozes, 1984. Citado por RANGEL, Maria do Socorro. In: "Medo da Morte; Esperança de Vida: As Ligas no Imaginário Camponês.", Coordenação de História - UFPB (Campus II), 1988. Pag. 56
2. Ver tabelas nºs 1, 2, 3, 4, 5 e 6 (2º Capítulo).
3. Diário da Borborema. 17 de abril de 1979. Pag. 03, 4ª Coluna (Campina Grande-PB.).
4. Ver tabelas nºs 1, 2, 3, 4, 5 e 6 (2º Capítulo).
5. Diário da Borborema. 07 de julho de 1982. Pag. 03, 4ª Coluna (Campina Grande-PB.).
6. Diário da Borborema. 23 de maio de 1981. Pag. 04 (Campina Grande-PB).
7. Diário da Borborema. 13 de março de 1981. Pag. 03, 4ª Coluna (Campina Grande-PB).
8. Diário da Borborema. 06 de abril de 1980. Pag. 01, 4ª Coluna (Campina Grande-PB.)
9. Ver MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil. Edit. Vozes, petrópolis, 1986. Pag. 16.
10. Embora tenha dado importância política a resistência dos trabalhadores contra as péssimas condições de vida e de trabalho - "toda luta de classes é uma luta política" - Marx, no manifesto Comunista, tratou os camponeses como fator de atraso político, como um sujeito histórico pre

só ao passado:

"De todas as classes que ora enfrenta a burguesia, só o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária. As outras classes degeneram e perecem com o desenvolvimento da grande indústria; o proletariado, pelo contrário, é seu produto mais autêntico.

As classes médias - pequenos comerciantes, pequenos fabricantes, artesãos, camponeses - combatem a burguesia porque esta compromete sua existência como classes médias. Não são, pois, revolucionárias, mas conservadoras; mais ainda, reacionários, pois pretendem fazer girar para trás a roda da história. Quando são revolucionárias é em consequência de sua iminente passagem para o proletariado; não defendem então seus interesses atuais, mas seus futuros; abandonam seu próprio ponto de vista para se colocar no do proletariado."

(Ver MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. Obras escolhidas, Edit. Alfa-Omega, São Paulo, s/d. Vol. 1 - Pags. 28 e 28).

11. Ver HOBBSAWM, E. J. Rebeldes Primitivos - Zahar Editores, Ed. 2ª, 1978. Pags. 12, 16, 17, e 112.
12. Ver HOBBSAWM, E. J. Mundos do trabalho, Edit. Paz e Terra, São Paulo, 1987. Pags. 47 e 49.
13. Idem, pag. 37.

14. Ver RUDÉ, George. Ideologia e Protesto Popular, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1982. Pags. 25, 97, 98 e 112.
15. Ver THOMPSON, E. P. A formação da classe operária inglesa. (A árvore da liberdade), volume I, Editora Paz e Terra, São Paulo, 1987. Pags. 9 a 81.
16. Jornal O Movimento, nº 194. 19 a 25 de março de 1979. Publicação da Edição S/A. Pags. 4 e 11, colunas 2ª, 3ª e 4ª. (Pinheiros, São Paulo).
17. ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Falas de astúcia e de angústia - A seca no imaginário Nordestino, de problema à solução, 1877-1922. (Tese de mestrado - Campinas-SP., UNICAMP, 1987. Pag. 151.
18. Segundo FOUCAULT "Não há saber neutro. Todo saber é político. E isso não porque cai nas malhas do Estado, é apropriado por ele, que dele se serve como instrumento de dominação, descaracterizando seu núcleo essencial. Mas porque todo saber tem sua gênese em relação de poder.", isto é, numa relação conflituosa. (o grifo é nosso).
- (Ver FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder; organização e tradução de Roberto Machado. - Rio de Janeiro: Edição Graal, 6ª ed. 1986.
19. Diário da Borborema, nº 1.118, 01 de maio de 1980. Pag. 01 (Campina Grande-PB).
20. Diário da Borborema, 19 de janeiro de 1981. Pag. 01 (Campina Grande-PB).
21. Fala do Deputado Estadual Francisco Pereira. Ata da 52ª Sessão Ordinária da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, 02 de junho de 1981. Pag. 04.

22. Diário da Borborema, 16 de janeiro de 1983. Pag. 08 (Campina Grande-PB).
23. Diário da Borborema, 13 de março de 1981. Pag. 01 (Campina Grande-PB).
24. Diário da Borborema, 04 de julho de 1982. Pag. 01, 3ª e 4ª Coluna (CampinaGrande-PB).
25. Jornal da Paraíba, nº 2.454, 14 de maio de 1980. Pag. 01 (Campina Grande-PB).
26. Jornal da Paraíba, nº 2.476, 10 de junho de 1980. Pag. 05 (Campina Grande-PB).
27. Diário da Borborema, 06 de janeiro de 1983. Pag. 01 (Campina Grande-PB).
28. Diário da Borborema, 13 de maio de 1981. Pag. 01 (Campina Grande-PB).
29. Diário da Borborema, 11 de março de 1981. Pag. 01, 2ª coluna. (Campina Grande-PB).
30. Diário da Borborema, 05 de janeiro de 1983. Pag. 01, 4ª coluna. (Campina Grande-PB).
31. Telegrama do Governador Tarcísio de Miranda Burity para autoridades Federais, Apud. Diário da Borborema, 11 de junho de 1981. Pag, 01 (Campina Grande-PB).

"Resta-nos apelar ao Céu que se compadeça dos humildes e pobres habitantes de nosso Estado, concedendo-nos as chuvas geradoras de riquezas, se não para a produção de gêneros alimentícios, pelo menos para matar a sede dos seres humanos sacrificados e dos rebanhos que es tão ameaçados de extermínio."

(Pronunciamento do Deputado Estadual Américo Maia. Anéxo à Ata da Sessão Ordinária da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, 7 de abril de 1983).

CONCLUSÃO

Neste trabalho analisamos a forma como as elites dominantes da Paraíba imaginaram os conflitos sociais durante a seca de 1979/83. Vimos que as contradições e os conflitos sociais apareceram no discurso daquelas como se fossem determinadas pelas condições climáticas da região, isto é, pela seca. Sabemos que esta existia realmente, mas, por que as elites imaginaram ser a seca o motivo central que permitia a revolta e os conflitos sociais?

O imaginário de cada grupo social não é construído e efetivado em si mesmo, ou seja, dentro do próprio grupo, tomando este isoladamente. Somente através das relações sociais isto pode acontecer. É no conflito de idéias, de interesses econômicos, políticos, sociais e culturais que estas elaborações imaginárias e ideológicas se constituem e se efetivam. Por exemplo, quando os patrões afirmavam não terem recursos que pudessem manter os camponeses em suas terras, no período da seca, estes saqueavam o comércio, invadiam as feiras e as prefeituras em busca de serem ouvidos, evitar saírem da terra para não perderem a condição de camponeses, porque ter terra

ra não perderem a condição de camponeses, porque ter terra para trabalhar era poder enfrentar as secas, as dificuldades, era viver e não morrerem inanidos; não ter que se "desesperar" e tornar-se "assaltantes".

Entretanto, as motivações que levavam os camponeses a saquearem as cidades apresentadas pelas elites dominantes, eram insatisfatórias porque apresentavam os conflitos sociais como fruto apenas da conjuntura, possuindo uma visão - fragmentária da realidade econômica e política da região, não abordando estes conflitos a partir dos interesses dos trabalha-dores famintos que saqueavam, mas dos seus próprios interesses.

Os trabalhadores rurais se amotinavam quando o governo não criava "Frentes de Trabalho", quando estavam sem emprego e sem condições financeiras para adquirirem os alimentos de que necessitavam, quando estavam ameaçados de serem expulsos da terra; de se proletarizarem, ou perderem a sua identidade camponesa. Entretanto, quando se rebelavam tendiam mais para restabelecer os direitos já conquistados e, de certa forma, garantidos, perdidos no período da seca, do que reivindi-carem mudanças ou reformas.

Seria um equívoco se afirmássemos que os Movimentos Sociais deste caráter representa uma manifestação da luta de classes cujo ^{objetivo} visa a transformação radical do sistema e econômico vigente. Da mesma forma seria, se afirmássemos que os motins não têm uma importância política e não possam contribuir para um aprendizado político mais amplo que permita uma possí-vel transformação social.

Cuidado!

Os saques realizados pelos camponeses tinham um duplo objetivo: embora fossem momentâneos, os motins por alimentos e trabalho questionavam a fome em meio à riqueza existente, reivindicavam uma certa participação nos resultados da produção econômica e era um momento em que os homens pobres do sertão agiam com maior interesse pela política; interesse este que se acentuava quando cada vez mais o governo demonstrava lentidão ou omissão em dar respostas aos reclames dos revoltados. Portanto, os saques devem ser vistos como parte da crise econômica, social e política, acirrada pela seca, pois roubando, saqueando, os camponeses se posicionavam contra a omissão das autoridades locais em resolverem os problemas, desafiavam as regras impostas pela lei e pela ação policial.

Até hoje os camponeses são vistos como os moradores, rendeiros, parceiros, assalariados permanentes e temporários, pequenos proprietários, ou como homens pobres, rudes, ignorantes, assaltantes etc.; sendo, no entanto, trabalhadores rurais explorados, que necessitam da terra para viver e sair deste cativo. Estas são as condições permitidas, mas que devem ser eliminadas da vida dos camponeses; e devem não somente a partir de premissas ideológicas ou científicas, mas com terra e condições sociais humanas e dignas. Os trabalhadores só serão camponeses quando tiverem a posse da terra. Se estes lutaram até ao presente, não apenas de forma irracional, instintiva, apolítica, mas também num sentido político e racional, para entrar ou não sair da terra, deverão lutar daqui para frente visando tê-la de verdade como propriedade sua.

No imaginário das elites dominantes, os motins não eram uma manifestação da luta de classes. Imagina -

navam assim para evitá-la, porque a temiam. Das imagens que se laboravam durante o conflito social e do medo nascido sob as ameaças de saques como "sinais de convulsões temerárias", nasceram as estratégias para impedir o fazer-se da classe trabalhadora, para evitar a união dos homens pobres do sertão paraibano.

Evitar os saques, impedir as ações dos camponeses famintos no período da seca, representava derrotá-los - político e culturalmente. Isto se deu não unicamente pela repressão, mas pela forma como o Estado Interviu através das medidas clientelísticas e paternalistas. Além do que, o próprio fato de não apresentarem os saques como uma manifestação da luta de classes, significava uma forma de derrotá-los no processo da luta de classes. Mas, como entende Maria do Socorro Rangel, nem tudo está perdido ou derrotado, porque a experiência do passado está no presente e pode vir a ser a esperança do futuro:

"Numa sociedade de classes, é preciso que se entenda que nenhuma experiência pode ser desprezada por não ser vitoriosa. Essas experiências são fundamentais como aprendizado político e é neste sentido que elas contém o germe da transformação."¹

Como pudemos ver, as lutas e as estratégias aqui narradas são "AS CHAMAS" que produziu a história no momento "DA SECA".

CONCLUSÃO

NOTAS

01. RANGEL, Maria do Socorro Rangel. "Medo da Morte; esperança de vida; as ligas no imaginário camponês, Campina Grande, monografia de conclusão do Curso de História, UFPB, campus II, 1988.

BIBLIOGRAFIA

JORNAIS E ATAS

01. Diários da Borborema, 1979/1983 (Campina Grande-PB)
02. Jornal da Paraíba, 1980/1981 (Campina Grande-PB)
03. Atas da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, 1981/1982.
04. Jornal O Movimento, 1979.

LIVROS, ROMANCES E POESIAS

01. ANDRADE, Manoel Correia de. A Terra e o Homem no Nordeste. São Paulo, editora Brasiliense, 3^a edição, 1973.
02. ASSARÉ, Patativa. Cante lá que eu canto cá - Filosofia de um trovador nordestino. Petrópolis, vozes, 6^a edição, 1986.
03. AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. Onda Negra Medo Branco: o negro no imaginário das elites (século XIX). Rio de Janeiro, editora Paz e Terra, 1987.
04. BICHARA, Ivan. Carcará. Rio de Janeiro, José Olimpio Editora, 1984.
05. CORNELIUS, Castoriadis. A Instituição Imaginária da Sociedade. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2^a edição, 1982.
06. CHALHOUB, Sidney. Trabalho, Lar e Botequim - o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle époque. São Paulo, brasiliense, 1986.
07. CHAUI, Marilena. O que é Ideologia. São Paulo-SP, brasiliense, 15^a edição, 1984.

08. _____ Sobre o Medo. In: Os Sentidos da Paixão. Sérgio Cardoso (et al.), São Paulo/SP, Companhia das Letras. 1987.
09. CUNHA, Euclides Rodrigues Pimenta da. Os Sertões: campanha de canudos; introdução de Nelson Werneck Sodré (Brasília), editora Universidade de Brasília, 27^a edição, 1963.
10. DECCA, Edgar. 1930 O Silêncio dos Vencidos. São Paulo/SP, editora brasiliense, 4^a edição, 1988.
11. DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. A Vida Fora das Fábricas: cotidiano operário em São Paulo - 1920/1934. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
12. DÓRIA, Carlos Alberto. O Cangaco. São Paulo, brasiliense, 2^a edição, s/d.
13. DUBY, G. (et al.). História e Nova História; tradução de Carlos da Veiga Ferreira, Lisboa, Teorema, 1986.
14. FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro, edições Graal, 6^a edição, 1986.
15. GARCIA, Carlos. O que é o Nordeste brasileiro. São Paulo/SP brasiliense, 1984.
16. HELLER, Agnes. O Cotidiano e a História. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2^a edição, 1985,
17. HOBBSAWM, E. J. - Bandidos. Editora Forense Universitária, Rio de Janeiro, 2^a edição, 1976.

_____ Rebeldes Primitivos: estudos de formas arcaicas de Movimentos Sociais nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro, Zahar editores, 2^a edição, 1978.

18. _____ Movimentos Pré-Políticos em áreas perifé -
ricas. In: O Estado Autoritário e Movimentos Populares.
Juan Lins (et al), Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.
19. _____ Mundos do Trabalho: novos estudos sobre
história operária. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
20. JANOTTI, Maria de Lourdes M. O Coronelismo: uma política de
compromissos. São Paulo, editora brasiliense, 6^a edi -
ção, 1987
21. JOFFILY, Irineu. Notas sobre a Paraíba. Brasília, editô -
ra Thesaurus, fac-símile da 1^a edição - Rio de Janeiro
em 1892 -, s/d.
22. LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: o município
e o regime representativo no Brasil. 5^a edição, São
Paulo, Alfa-omega, 1986.
23. LOPES, Luiz Roberto. História do Brasil Contemporâneo. 3^a
edição, Porto Alegre, Mercado Aberto, 1987.
24. MARIGHELA, Carlos. (et al.). A Questão Agrária no Brasil
Textos dos anos sessenta, 2^a Edição, São Paulo, edito -
ra Brasil Debates, 1980.
25. MARTINS, José de Souza. Os Camponeses e a Política no Bra -
sil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo
político. Petrópolis, Vozes, 3^a edição, 1986.
26. MARX, Karl e Engel, Friedrich. Obras Escolhidas. São Pau -
lo, editora Alfa-Omega, volume 1, s/d.
27. _____ A Ideologia Alemã - Teses sobre Feuerbach
São Paulo, editora Moraes, 1984.

28. MONTEIRO, Hamilton de Mattos. Nordeste Insurgente (1850-1890). São Paulo/SP, brasiliense, 3^a edição, 1987.
29. RAGO, Margareth. Do Cabaré ao Lar - a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890/1930, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
30. REGO, José Lins do. Cangaceiros. 6^a edição, Rio de Janeiro, Livraria José Olímpio editora, vol. 58, 1976.
31. RUDÉ, George. Ideologia e protesto popular. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982
32. SCHERER-WARREN, Ilse. Uma Revolução no Cotidiano? - os novos Movimentos Sociais na América do Sul. São Paulo, brasiliense, 1987.
33. SOBRINHO, Antonio Estevam de Lima. Fome: agricultura e política no Brasil - a chantagem alimentar. Petrópolis, editora Vozes, 1982:
34. SOUZA, Luiz Gonzaga. Sabor de Amargura. Campina Grande, editora e gráfica, 1987.
35. THOMPSON, E, P. - A Formação da Classe Operária Inglesa. Vol I (a árvore da liberdade), Rio de Janeiro/RJ, Paz e Terra, 1987.
36. _____ A Formação da Classe Operária Inglesa, Vol II (a maldição de adão), Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

REVISTAS E CADERNOS

01. GRÃO - Publicação do Curso de Ciências Sociais do Centro de Humanidades da UFPB, Campus II, ano I - nº 04, set/out.

de 1985.

02. RAÍZES, nº 4-5, Revista de Ciências Sociais e Econômicas .
 Problemática Agrária. Publicação semestral dos Mestros em economia e em sociologia de Campina Grande, UFPB campus II, Jan. 84/dez. 85.

03. UFPB/NDIHR, nº 18 - Relações de Trabalho e Relações de poder
 Maria Antonia Alonso de Andrade, outubro de 1987.

TESE, RELATÓRIO, PROJETO E MONOGRAFIA.

01. ALBUQUERQUE JÚNIO, Durval Muniz. Falas de Astúcia e de Angústia: a seca no imaginário nordestino - 1877/1922. Universidade Estadual de Campinas, Tese de Mestrado, 1987.

02. _____, O Discurso da Seca, Pré-Projeto de Tese ,
 S/D.

03. FORTUNATO, Maria Lucinete. Repensando as Relações de trabalho e poder no sertão paraibano. Relatório Parcial - Bolsa de aperfeiçoamento. CNPq, setembro de 1987/março de 1988.

04. _____ Repensando as Relações de Poder no Sertão Paraibano. Projeto de Mestrado. Campina Grande, UFPB, campus II, Curso de Mestrado em Sociologia Rural, 19-88.

05. RANGEL, Maria do Socorro. "Medo da morte; esperança de vida : as ligas no imaginário camponês". Campina Grande , UFPB, campus II, monografia de conclusão do curso de história, 1988.